



SA
RI

I Semana Acadêmica de Relações Internacionais da UNILA
03 a 05 de Outubro de 2016

ANAIS DO EVENTO

(revisão dos autores)

Foz do Iguaçu, março de 2017



I Semana Acadêmica de Relações Internacionais e Integração

(3 a 5 de outubro de 2016)

A I Semana Acadêmica de Relações Internacionais foi realizada em outubro de 2016, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), nas dependências do campus do Parque Tecnológico de Itaipu (PTI). O objetivo do evento foi promover o debate sobre as mais variadas temáticas ligadas às Relações Internacionais, contribuindo para o fortalecimento do diálogo e reflexão entre estudantes, professores e população em geral. Nesta primeira Semana Acadêmica, foram realizados dois minicursos, duas sessões de discussões de papers e uma mesa redonda.

A abertura ocorreu com a mesa redonda *Relações Interamericanas, integração regional e o cenário democrático na América do Sul*, organizada pelo Grupo de Pesquisa CESPI-América do Sul, A mesa foi coordenada pela professora Prof^a Dr^a Renata Peixoto de Oliveira, tendo como expositores os mestrandos do PPG-ICAL Jesus Ibañes e Wanderley Reis Jr., além da Mestre em Cultura, Território e Fronteiras pela Unioeste, Vanessa Zorek. Os debatedores foram o Prof. Dr. Julio da Silveira Moreira e a Prof^a Dr^a Silvia Lilian Ferro. O minicurso *O marxismo e as relações internacionais: passado e presente*, ministrado pela Prof^a Msc. Karen dos Santos Honório, pela Prof^a Dr^a Roberta Sperandio Traspadini e pelo Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero, apresentou e discutiu as perspectivas marxistas das RI a partir do enfoque de suas principais agendas de pesquisa, autores e categorias analíticas para a compreensão do campo, problematizando essas contribuições para a compreensão das relações internacionais na América Latina. O minicurso *Projetos transnacionais: o Pan-Americanismo e o Pan-Africanismo em perspectiva comparada*, ministrado pelo Prof. Dr. Micael Alvino Silva e pelo Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo, discutiu as principais questões ligadas aos processos integracionistas envolvendo os dois continentes, analisando semelhanças e diferenças entre tais processos.

Os artigos disponíveis nestes anais foram apresentados e discutidos em duas sessões. Na primeira, foram apresentados os seguintes trabalhos: *A situação prisional das mulheres do CRESF/PR em agosto de 2014: uma breve reflexão*, de Cyrce Adryadne Sousa e Eric Gustavo Cardin, ambos do PPG Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTE; *Desenvolvimento e confirmação das abordagens feministas no campo das Relações Internacionais Contemporâneas*, de Stephany Dayana Pereira Mencato, Daysi Dalia Leticia Villamayor Florentin, Luciane Ferreira e Marjana dos Santos ambas do PPG Lato Sensu em Relações Internacionais Contemporâneas da UNILA; *Atuação da OTAN em conflitos no século XXI: análise da crise da Ucrânia em 2014 na cobertura web da Telesur*, de Ana Laura Coelho da Silva Heck e Julie Lemos Bohorquez, do PPG Lato Sensu em Relações Internacionais Contemporâneas da UNILA, e de Domingos de Almeida e Karen Johanna Bombón Pozo, do PPG-ICAL da UNILA; *As relações internacionais no contexto da Guerra Fria à contemporaneidade: a unipolaridade americana como força da teoria da dependência e a sistemática globalização*, de Marcia Angela Dahmer Quinzani Heck, do PPG Lato Sensu em Relações Internacionais Contemporâneas da UNILA e Hugo Sakamoto Pessoa, do Projeto Incubadora Santos Dumont do Parque Tecnológico de Itaipu – PTI. Esta primeira sessão contou com a Prof^a Dr^a Suellen Mayara Peres de Oliveira e com o Prof. Dr. Fábio Borges como debatedores. Na segunda sessão foram debatidos os textos: *Regime de maquila e suas implicações para os trabalhadores na fronteira com o México: perspectivas para o modelo adotado no Paraguai*, de Deise Baumgratz, do PPG Lato Sensu em Relações Internacionais Contemporâneas da UNILA; *Cooperación internacional en bancos de leche humana entre Brasil y El Salvador*, de Hugo Alfredo Jiménez, do PPG em Políticas Públicas e Desenvolvimento da UNILA; *El gobierno personalista de Rafael Correa*, de Mishell Geoconda Pavón Abalco, do curso de graduação em Relações Internacionais e Integração da UNILA; *Tríplice Fronteira: entre conflito e cooperação pela água*, de Luciane Ferreira e Juliane Maria Flores Bernardo, ambas do PPG Lato Sensu em Relações Internacionais Contemporâneas da UNILA. Esta segunda sessão teve como debatedores o Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira e a Prof^a Msc. Karen dos Santos Honório.

O evento foi uma iniciativa dos cursos de Graduação em **Relações Internacionais e Integração** e pós-graduação *lato sensu* em **Relações Internacionais Contemporâneas**. Contou com a organização do Centro Interdisciplinar de Integração e Relações Internacionais e com o apoio do Centro Acadêmico de Relações Internacionais e Integração Eduardo Galeano (CARIIEG) e do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina (PPGICAL).

ORGANIZAÇÃO

CIIRI
Centro Interdisciplinar de
Integração e Relações
Internacionais

APOIO



PPGICAL
Programa de Pós-Graduação
em Integração Contemporânea
na América Latina



COMISSÃO ORGANIZADORA

Alberto Leon Henao Montoya
Anakelli Gonçalves de Carvalho
Ananda Vilela da Silva Oliveira
Delia Tamara Abegg Ovelar
Farley Vásquez Nuñez
Felipe Cordeiro de Almeida
Gustavo Carvalho Guimarães
Laís Helena Soares de Oliveira Silveira da Silva
Leonice Camargo de Souza
Lucas Ariel Retamozo González
Marcelino Teixeira Lisboa
Rafael Santos do Nascimento

COMISSÃO CIENTÍFICA

Fábio Borges
Fernando Gabriel Romero
Gustavo Oliveira Vieira
Júlio da Silveira Moreira
Karen dos Santos Honório
Mamadou Alpha Diallo
Micael Alvino Silva
Renata Peixoto de Oliveira
Roberta Sperandio Traspadini
Sílvia Lilian Ferro
Suellen Mayara Peres de Oliveira

SUMÁRIO

A SITUAÇÃO PRISIONAL DAS MULHERES DO CRESF/PR EM AGOSTO DE 2014: UMA BREVE REFLEXÃO	05
Cyrce Adryadne Sousa Eric Gustavo Cardin	
REGIME DE MAQUILA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS TRABALHADORES NA FRONTEIRA COM O MÉXICO: PERSPECTIVAS PARA O MODELO ADOTADO NO PARAGUAI	22
Deise Baumgratz	
ATUAÇÃO DA OTAN EM CONFLITOS NO SÉCULO XXI: ANÁLISE DA CRISE DA UCRÂNIA EM 2014 NA COBERTURA <i>WEB</i> DA teleSUR	33
Ana Laura Coelho da Silva Heck Domingos de Almeida Julie Lemos Bohorquez Karen Johanna Bombón Pozo	
COOPERACIÓN INTERNACIONAL EN BANCOS DE LECHE HUMANA ENTRE BRASIL Y EL SALVADOR	46
Hugo Alfredo Jiménez	
TRÍPLICE FRONTEIRA: ENTRE CONFLITO E COOPERAÇÃO PELA ÁGUA	59
Luciane Ferreira Juliane Maria Flores Bernardo	
AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA À CONTEMPORANEIDADE: A UNIPOLARIDADE AMERICANA COMO FORÇA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA E A SISTEMÁTICA GLOBALIZAÇÃO	73
Marcia Angela Dahmer Quinzani Hugo Sakamoto Pessoa	
EL GOBIERNO PERSONALISTA DE RAFAEL CORREA	85
Mishell Geoconda Pavón Abalco	
DESENVOLVIMENTO E CONFIRMAÇÃO DAS ABORDAGENS FEMINISTAS NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS	100
Stephany Dayana Pereira Mencato Daisy Dalia Leticia Villamayor Florentin Luciane Ferreira Marjana Dos Santos	

A SITUAÇÃO PRISIONAL DAS MULHERES DO CRESF/PR EM AGOSTO DE 2014: UMA BREVE REFLEXÃO¹

Cyrce Adryadne Sousa²

Eric Gustavo Cardin³

Resumo: O presente artigo aborda e problematiza a situação prisional feminina na cidade de Foz do Iguaçu, no Centro de Reintegração Feminino - CRESF, em agosto de 2014, sendo esse o único local que abriga as mulheres presas na cidade. A partir da análise dos dados levantados busca-se traçar um perfil da mulher presa na região, avaliando especificidades e incongruências. O conhecimento acerca da população prisional faz-se necessário para que as políticas públicas possam ter maior aderência e efetividade, além disso, a região de fronteira traz em si especificidades que podem diversificar os dados regionais em comparação àqueles nacionais (política, economia e relações de socialidade próprias da fronteira).

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi realizada como parte da dissertação elaborada junto ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras realizado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, a qual foi defendida em 03 de setembro de 2016.

O presente artigo busca analisar e correlacionar os dados coletados junto ao Centro de Detenção e Ressocialização Feminino de Foz do Iguaçu (CRESF) em agosto de 2014, articulando tais dados com a situação do Estado do Paraná e do Brasil.

O CRESF de Foz do Iguaçu/PR abriga presas provisórias (sem sentença condenatória) e definitivas (com sentença condenatória) que cumprem a pena em regime fechado. Não há em Foz do Iguaçu/PR nenhum estabelecimento prisional para os regimes semiaberto e aberto. Localiza-se em um prédio próximo a Cadeia Pública Laudemir Neves (CPLN) e anexo ao Centro de Detenção e Ressocialização de Foz do Iguaçu (CDR), inaugurado no ano de 2012. Em agosto de 2014, data em que os dados foram coletados, havia 222 (duzentas e vinte e duas presas) no CRESF.

O presente artigo analisará os dados repassados pelo CRESF, buscando traçar um perfil da mulher encarcerada na cidade, bem como articulando e problematizando a temática. Como não foi localizada base de dados que possibilitasse traçar um perfil da mulher presa na região, esse levantamento

¹ Texto apresentado na I Semana Acadêmica de Relações Internacionais da UNILA, realizada entre os dias 03 e 05 de outubro de 2016, pelos cursos de Graduação em Relações Internacionais e Integração e Pós-Graduação Lato Sensu em Relações Internacionais Contemporâneas.

² Mestranda em Sociedade, Cultura e Fronteira na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, e-mail: cdireito2008@gmail.com

³ Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Unesp/Araraquara e professor adjunto nos cursos de graduação e mestrado em Ciências Sociais e também no Programa de Pós-graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), e-mail: eric_cardin@hotmail.com.

se mostra importante, vez que possibilita uma melhor compreensão da população prisional feminina na região e serve como parâmetro para investigações posteriores.

A análise simplificada dos dados estatísticos será feita na forma de comparação entre os dados locais, estaduais e nacionais, no entanto, a comparação não tem finalidade estatística, vez que não foi possível comparar os achados numéricos referentes aos mesmos períodos analisados em cada ente federativo, pois não houve disponibilização oficial dos dados nacionais após 2010, ano da última compilação. Além disso, ante a escassez de estudos nacionais acerca da população prisional feminina, serão apresentados alguns estudos internacionais que abordam temas correlacionados aos achados estatísticos e que se mostram úteis para compreensão e interpretação desses dados, sendo ressalvado que não se pretende, com a presente pesquisa, universalizar as peculiaridades prisionais de determinada região ou país, mas apenas analisar de forma conjunta aos dados e apresentar reflexões sobre os mesmos.

1. PRESAS NA FRONTEIRA: ANÁLISE DOS DADOS DO CRESF

A prisão⁴ pode ocorrer em diversas hipóteses e regimes, sendo ela a privação de liberdade determinada por ordem escrita da autoridade competente ou em caso de flagrante delito⁵(CAPES, 2011, p.296). Na perspectiva sociológica, Durkheim (1977) define que a pena é uma reação passional, de intensidade graduada, que a sociedade exerce por intermédio de um corpo constituído sobre aqueles dos seus membros que violam certas normas de conduta.

No Brasil, através da Lei de Execução Penal, se extrai que a pena possui tríplice finalidade: retribuir o crime cometido (finalidade retributiva), evitar a reincidência e a prática de crimes pela população em geral (finalidade preventiva especial e geral) e reintroduzir ao convívio social o apenado (finalidade reeducativa ou ressocializadora), sendo esta a prevalecente neste diploma legal, conforme dispõe o artigo 1º da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984).

Dependendo do crime e da quantidade da pena aplicada pelo Juiz, o regime de cumprimento da pena de prisão é estabelecido⁶. Pode ele ser fechado, semiaberto ou aberto. Considera-se regime

⁴Para além da diferença doutrinária entre reclusão e detenção, no presente trabalho se adotará o termo prisão como termo geral para a pena institucional de privação de liberdade.

⁵Há outras modalidades de prisão que não serão estudadas na presente pesquisa. São as prisões decorrentes de crime militar próprio (CF, art. 5º, LXI), as ocorridas em período de exceção ou estado de sítio (CF, art. 139, II) e as prisões civis (devedor de pensão alimentícia) e administrativas (prisão administrativa do extraditando durante o procedimento administrativo de extradição, conforme Lei n. 6.815/80) (CAPES, 2011, p. 296-300).

⁶Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;

II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;

III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média, já o regime semiaberto visa a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar e por fim, o regime aberto que visa a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado, conforme artigo 33, §1º do Código Penal (BRASIL, 1940).

Como é possível observar, o sistema prisional brasileiro não abrange unicamente o regime fechado. Há uma ampla gama de estabelecimentos penais, dentre eles: cadeias públicas (art. 102 da Lei de Execuções Penais - LEP⁷), casa do albergado (art. 93 da LEP⁸), centro de observação criminológica e remanejamento (art. 96 da LEP⁹), colônias penais agrícolas, industriais ou similares (art. 91 da LEP¹⁰) e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico (art. 99 da LEP¹¹ e as penitenciárias (art. 87 da Lei de Execuções Penais¹²). O Brasil ainda possui inúmeros presos irregularmente mantidos em Delegacias de Polícia.

O Centro de Reintegração Feminino de Foz do Iguaçu (CRESF) abriga presas provisórias (sem sentença condenatória) e definitivas (com sentença condenatória) que cumprem a pena em regime fechado. Não há em Foz do Iguaçu/PR nenhum estabelecimento prisional para os regimes semiaberto e aberto. Localiza-se em um prédio próximo a Cadeia Pública Laudemir Neves (CPLN) e anexo ao Centro de Detenção e Ressocialização de Foz do Iguaçu (CDR), inaugurado no ano de 2012.

Para ter acesso aos dados prisionais de Foz do Iguaçu entrei em contato com o Diretor Cássio Rodrigo Pompeo, que forneceu os dados estatísticos do CRESF em “pdf” (os quais estão disponíveis para quem desejar acesso a base de dados). Os dados enviados foram baseados na população prisional daquela unidade em agosto de 2014. Importante mencionar que o Diretor Cássio é diretor tanto do CRESF como do CDR. Em agosto de 2014, data em que os dados foram repassados pelo Diretor, havia 222 (duzentas e vinte e duas presas) no CRESF.

A análise dos dados estatísticos fornecidos pelo Diretor do Presídio Feminino de Foz do Iguaçu/PR demonstra que os dados oficiais coletados pela unidade prisional pode apresentar incongruência com os dados reais, em especial porque a coleta de dados para a inserção em um sistema administrativo burocrático acaba fragmentando a história real e a história oficial da apenada, pois a cronologia administrativa não respeita a cronologia da vida da sentenciada, que por diversos motivos

IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível (BRASIL, 1940).

⁷A cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios (BRASIL, 1984).

⁸A Casa do Albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana (BRASIL, 1984).

⁹No Centro de Observação realizar-se-ão os exames gerais e o criminológico, cujos resultados serão encaminhados à Comissão Técnica de Classificação (BRASIL, 1984).

¹⁰A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto (BRASIL, 1984).

¹¹O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico destina-se aos inimputáveis e semi-imputáveis referidos no artigo 26 e seu parágrafo único do Código Penal (BRASIL, 1984).

¹²A penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado (BRASIL, 1984).

pode ter deixado de responder determinado questionamento ou ainda pode sequer ter sido questionada quanto a esse ponto em decorrência da inutilidade aparente da coleta de tal dado frente ao excesso de trabalho experimentado pelos agentes públicos responsáveis pelo preenchimento dos relatórios (ADORNO, 1991).

Isso se comprova pela grande representatividade de dados “não informados” nos mais diversos grupos expostos, motivo pelo qual a presente análise fica restrita aos campos em que houveram informações efetivas da realidade prisional.

Inicialmente, tem-se a causa primária da prisão: o crime cometido. Trata-se de categoria problemática de ser analisada, uma vez que o histórico de prisão não é retilíneo, sendo possível a condenação por mais de um crime. Dessa forma, os dados oficiais não elucidam se a categoria crime cometido leva em consideração apenas o crime de maior preponderância temporal (maior tempo de condenação) ou se dispõe acerca de todos os crimes cometidos. Dessa forma, mostra-se necessário a realização de pesquisa quantitativa com as presas em regime fechado para que seja possível analisar, de forma individual, o histórico prisional de cada uma dessas mulheres e apurar de forma mais confiável o histórico de prisão.

No entanto, com os dados disponíveis é possível observar que há diferenças notáveis entre homens e mulheres com relação as suas entradas no sistema prisional. De acordo com o último censo carcerário realizado no Paraná¹³¹⁴, das 35.005 pessoas presas no Estado, 2548 são mulheres, ou seja, elas representam aproximadamente 7% dos presos do Estado. Quanto ao crime cometido, só há informações de 1647 presas, ou seja, de aproximadamente 65%. Dessas, 600 presas cometeram crimes contra o patrimônio e outras 864 foram enquadradas na Lei de Drogas, tem-se, nessa categoria, a maior incidência penal feminina no Estado, representando mais de 52% das presas. Já os crimes contra o patrimônio representam mais de 36% das presas. Quanto ao crime contra a pessoa, tem-se apenas 4%.

Em Foz do Iguaçu o número de mulheres presas pelo cometimento de crimes contra a pessoa é ainda menor. Muito embora os dados de agosto de 2014 não tenham categorização por tipo de crime de forma específica, constando apenas as categorias “crimes contra o patrimônio”, “Lei n. 11.343/2006” e “outros” é possível constatar que as mulheres presas na cidade em decorrência do tráfico de drogas representa aproximadamente 80%¹⁵, ou seja, 176 das 222 mulheres presas. Já as presas pelo cometimento de crimes contra o patrimônio representam 10%. Para a categoria “outros” que

¹³Foi realizado censo carcerário em 12/2012, entretanto os dados apresentados apresentam diversas incongruências, razão pela qual se optou por utilizar os dados apresentados em 04/2012, uma vez que possuíam maior confiabilidade.

¹⁴ Também é importante mencionar que a análise aqui apresentada foi escrita no início de 2015, ressaltando-se eventual publicação de dados posteriores pelo Estado.

¹⁵Os dados repassados pelo CRESF apresentam incongruência numeral, uma vez que relaciona 176 presas por envolvimento com drogas, 22 por crimes contra o patrimônio e 22 como “outros”, entretanto, o número total não condiz com o total de presas, apresentando uma divergência.

provavelmente englobe todos os outros tipos penais, inclusive os crimes contra a pessoa (contra a vida e contra a dignidade sexual), há apenas 10% das presas, conforme se denota do gráfico a seguir:

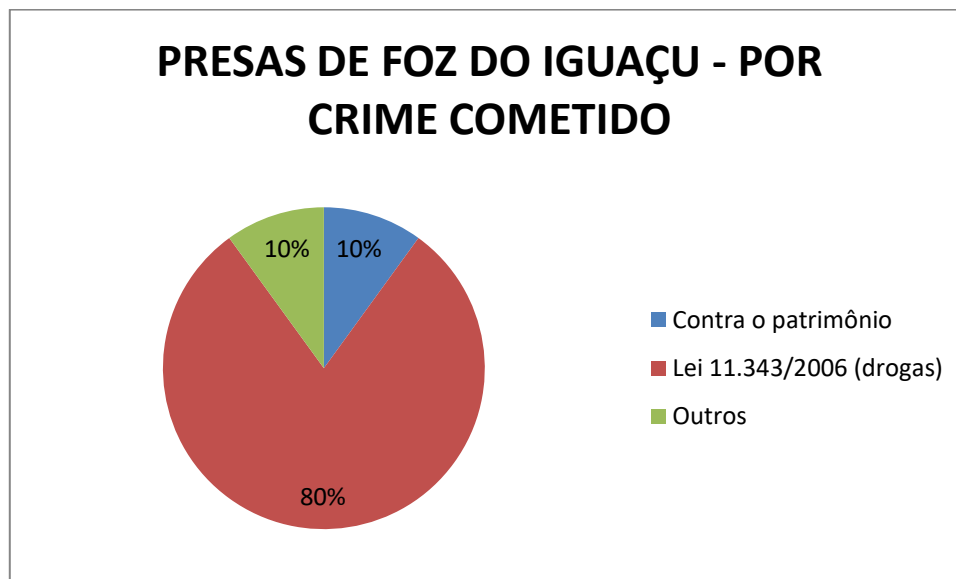


Gráfico 1 - Presas de Foz do Iguaçu por crime cometido

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados na presente pesquisa, 2015.

A comparação dos dados do Paraná e de Foz do Iguaçu com o censo carcerário brasileiro de 2012 não é possível, uma vez que não há disponibilização de relatório consolidado posterior a dezembro de 2010¹⁶, pois os *links* de tais dados estavam inabilitados no site do Departamento Nacional de Execução Penal (DEPEN) no momento em que realizamos a presente etapa da pesquisa (final de 2014 e primeiro semestre de 2015), pois não tinha ocorrido ainda compilação nacional dos dados informados pelos Estados.

Assim, a comparação será realizada com os dados nacionais de dezembro de 2010 (INFOPEN, 2010). Em dezembro de 2010 a população prisional feminina totalizava 34.807 presas, sendo que só há informações quanto aos crimes cometidos de 22.626 presas, ou seja, de aproximadamente 65% das presas. Dessas, aproximadamente 65% cumpriam pena por implicações na Lei de Drogas, 22% por crimes contra o patrimônio e aproximadamente 7% cumprem pena por crimes contra a pessoa, conforme se constata no gráfico abaixo:

¹⁶Dados disponibilizados pelo DEPEN. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={3BC29926-7CDA-4485-815E-CE140647DC9E}&ServiceInstUID={4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD}>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

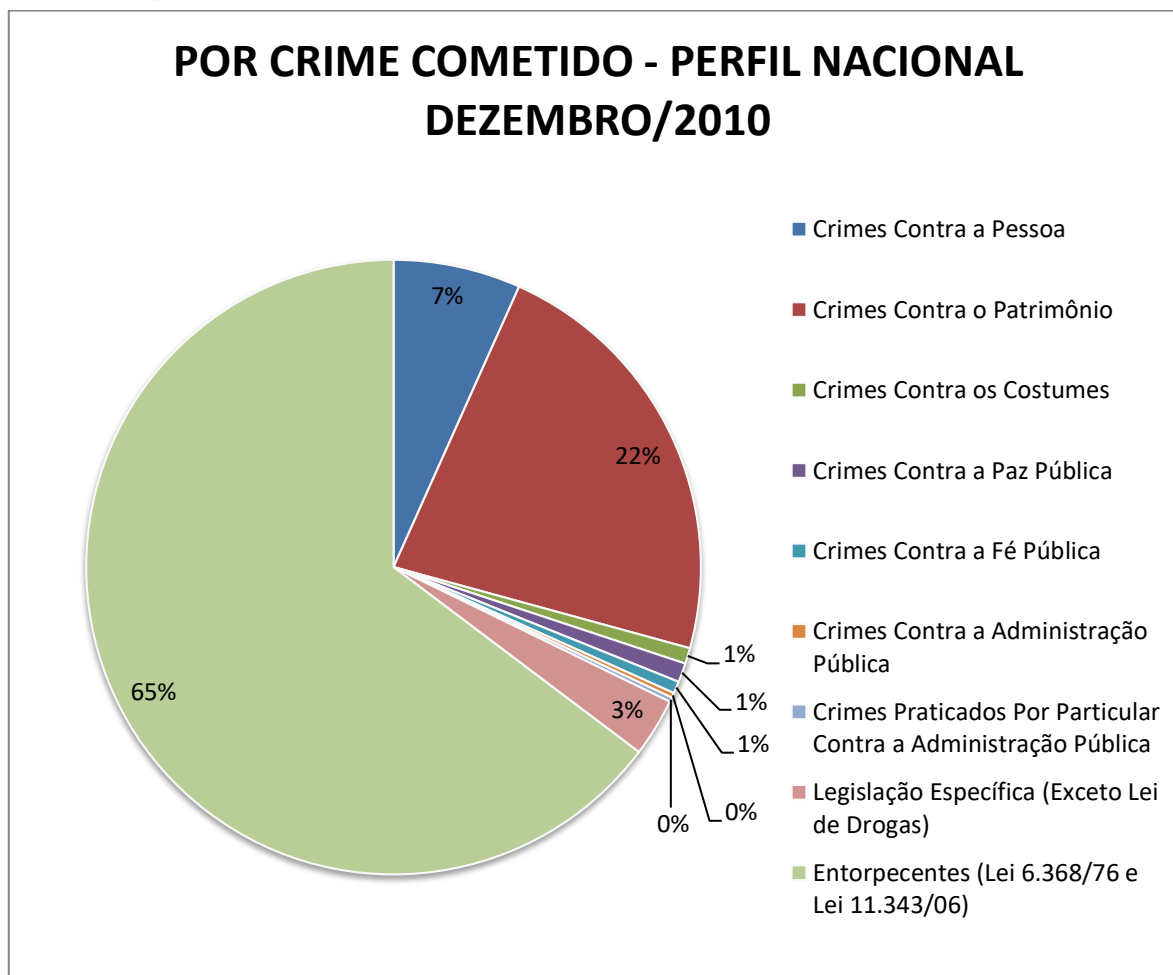


Gráfico 2 - Presas do Brasil em dezembro de 2010 por crime cometido
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados na presente pesquisa, 2015.

Dos dados apresentados, observa-se que há indicativo de que as mulheres são menos propensas à criminalidade violenta e menos propensas a prisão em comparação com os homens e isso talvez explique o desinteresse estatal e dos pesquisadores em dedicar suas pesquisas ao público feminino quando comparados aos estudos com a população prisional masculina (TEIXEIRA, 2007). Entretanto, conforme já mencionado, o número de mulheres que cometem crimes tem aumentado vertiginosamente, sendo que apenas nos últimos 12 anos o percentual de mulheres presas aumentou 246% (INFOPEN, 2012). Já quanto a essa informação, tem-se o seguinte ponto de controvérsia: teria aumentado de fato o número de mulheres que cometem crimes, ou foram aumentaram os tipos penais que acarretam aprisionamento?

Nesse sentido, Loïc Wacquant (2012, 13-14) aponta a necessidade de se romper com o círculo vicioso do crime e castigo, ponderando que tal abordagem significa uma camisa de força nos debates acadêmicos e políticos sobre encarceramento, pois a separação entre crime e castigo é cada vez mais descarada, aduzindo:

Uma simples estatística basta para demonstrar essa desconexão e revela a inutilidade de se procurar explicar o aumento do encarceramento pela escalada do crime. Os Estados Unidos mantinham 21 prisioneiros para cada 1.000 “crimes registrados” em 1975, comparados com 113 detentos por 1.000 crimes em 2000, o que representa um aumento de 438%; para os “crimes violentos”, o pulo foi de 231 para 922 presos por 1.000 delitos, um aumento de 299%. Isso significa que o país se tornou de quatro a cinco vezes mais punitivo em um quarto de século, tendo o crime se mantido constante (um indicador mais recuado no tempo aponta a mesma tendência).

Por certo que o aumento da repressão ao crime não importa em automática redução dos índices de criminalidade, esse fato corrobora ainda mais a necessidade de estudos específicos voltados às causas da criminalidade feminina, com especial atenção ao que leva essas mulheres a incidir no tráfico de dados de forma tão maciça, ao menos em Foz do Iguaçu. São necessários também estudos que tornem possível desenvolver melhores estruturas para receber as mulheres nas unidades prisionais, em especial para diminuir a discriminação que as mulheres enfrentam socialmente, isso porque onde a mulher esteja ela foi e continuará sendo discriminada e a prisão “não passa de uma fotografia da mesma desigualdade retratada no espaço livre” (ESPINOZA, 2004, p. 21).

Edward J. Latessa, Shelley L. Listwan e Deborah Koetzle (2013), estudiosos criminológicos e PHDs em Justiça Criminal, publicaram recentemente o livro *What Works (and Doesn't) in Reducing Recidivism*, no qual um capítulo é dedicado a analisar o que funciona com as mulheres para reduzir a reincidência. Para fazer essa análise os autores apresentam os dados prisionais nos Estados Unidos, em especial para avaliar quais os crimes mais cometidos pelas mulheres em comparação aos homens.

Em 2011, cerca de 2,5 milhões de mulheres foram presas nos EUA, sendo responsáveis por 26% do número total de presos naquele mesmo ano. Ao examinar o tipo de delito, as mulheres representam 20% de todas as detenções violentas e 37% de todos os crimes contra a propriedade. Em comparação com os infratores do sexo masculino, elas são menos propensas a serem presas por qualquer infração, à exceção da prostituição, vício e peculato.

Assim, os dados do CRESF, do Estado do Paraná e dos Estados Unidos, apontam que as mulheres não possuem grande representatividade nos crimes violentos. No entanto, os dados estatísticos relativos às mulheres é bastante escasso e desconhecido no Brasil. Essa fragilidade foi percebida pelo Governo Federal que, no ano de 2008, montou o primeiro grupo de trabalho interministerial para enfrentamento e análise do encarceramento feminino, destacando que naquilo “que se refere ao perfil da mulher presa, cumpre inicialmente destacar a falta quase absoluta de dados nacionais oficiais sobre o encarceramento feminino, o que em muito dificulta a definição de um perfil nacional” (BRASIL, 2008, p. 36).

No ano de 2011, o Governo Federal, por meio do Departamento Penitenciário Nacional, em atenção a crescente taxa de encarceramento feminino, lançou, por meio da Diretoria de Políticas Penitenciárias, o Projeto Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal.

Ainda no ano de 2012 o DEPEN/Mulheres divulgou um estudo sobre os dados nacionais de encarceramento feminino. Na pesquisa realizada foram elencados dados estatísticos, inclusive quanto ao crime cometido, item problemático em levantamentos anteriores. Assim, era de se esperar que a equipe realizasse novo levantamento para suprir as lacunas deixadas pelos levantamentos realizados pelo INFOPEN. No entanto, ao analisar os dados do estudo divulgado, constatamos que levantamentos foram extraídos do INFOPEN relativo ao período de dezembro de 2011, sendo compilados os dados fornecidos por Estado junto ao órgão, que é um programa de coleta de dados do sistema penitenciário no Brasil alimentado pelos órgãos de administração penitenciária.

Dessa forma, como as unidades prisionais amargam dificuldades referentes a força de trabalho e superlotação das unidades, não há acuidade no preenchimento dos dados, o que traz irregularidades e inconsistências nas informações geradas, impossibilitando uma análise realística do fenômeno prisional. Dessa forma, os mesmos problemas identificados já em 2008 pelo Governo Federal, continuaram a existir após a divulgação dos resultados pelo Projeto DEPEN/Mulheres de 2012.

De acordo com o relatório divulgado pelo Projeto Mulheres, que analisou os dados referentes ao ano de 2011, os crimes mais praticados pelas mulheres no Estado do Paraná, são percentualmente: 1º - tráfico: 19,84%; 2º - crimes contra o patrimônio: 15,82%; 3º - tráfico internacional: 2,46% e em 4º e último lugar os crimes contra a paz pública: 0,3%. Observa-se que a incongruência dos dados é latente. Somente foram dispostos 40,5%, não existindo qualquer menção aos quase 60% restantes. Além disso, o Estado do Paraná, em comparação com os demais Estados da Federação, seria o que possui a segunda menor representatividade de presas em decorrência do tráfico de drogas, vez que o Ceará detém o menor índice, que possui 11,66%.

Ao confrontar os dados disponibilizados em dezembro de 2011 e os dados de abril de 2012, que estão sendo avaliados na presente pesquisa, tem-se uma divergência considerável. Enquanto em dezembro de 2011 havia apenas 19,84% de presas por tráfico de drogas, em abril de 2012 esse percentual seria de 52%. O que indica um crescimento de mais de 32% em apenas quatro meses, o que torna os dados ainda menos críveis. O estudo publicado pelo Projeto Mulheres apresenta inconsistência de dados em todos os Estados da Federação, pois nenhum apresentou o total de crimes de 100% da população prisional feminina, tendo estados que apresentaram estatísticas de 158,02% (Distrito Federal). Assim, compilei os dados disponibilizados pelo Projeto na tabela abaixo, onde fica clara a inconsistência apontada:

Estado da federação	Percentual de mulheres presas por tráfico (incluso tráfico internacional)	Soma dos quantitativos percentuais apresentados para todas as categorias de crimes
Acre	70,6%	86,6%
Alagoas	42,78%	94,58%
Amazonas	72,76%	89,4%
Amapá	58,97%	96,65%
Bahia	45,4%	69,92%
Ceará	11,66%	79,28%
Distrito Federal	75,30%	158,02%
Espírito Santo	85%	110,27%
Goiás	51,62%	87,57%
Maranhão	54,45%	69,92%
Minas Gerais	24,25%	48,97%
Mato Grosso do Sul	76,18%	93,26%
Mato grosso	85,52%	99,33%
Pará	59,17%	98,49%
Paraíba	77,85%	90,44%
Pernambuco	36,29%	93,77%
Piauí	58,26%	88,17%
Paraná	22,3%	40,5%

Tabela 1 – Aferição de inconsistência estatística no estudo divulgado pelo projeto mulheres
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados divulgados pelo DEPEN/Mulheres (2012), 2015.

É provável que os dados lançados no INFOPEN em dezembro de 2011, os quais foram replicados pelo Projeto Mulheres quanto ao crime cometido pelas mulheres, não só no Estado do Paraná, mas em todo o Brasil, estejam equivocados, uma vez que a aferição de dados da Tabela 1 demonstra incongruência de dados expressiva.

O grupo de trabalho idealizado pelo Governo Federal criou a Portaria Interministerial nº 210, que foi promulgada em 16 de Janeiro de 2014. Esta instituiu a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), enunciando, dentre outras metas:

I - criação e reformulação de bancos de dados em âmbito estadual e nacional sobre o sistema prisional, que contemplem:

- a) quantidade de estabelecimentos femininos e mistos que custodiam mulheres, indicando número de mulheres por estabelecimento, regime e quantidade de vagas;
- b) existência de local adequado para visitação, frequência e procedimentos necessários para ingresso do visitante social e íntimo;
- c) quantidade de profissionais inseridos no sistema prisional feminino, por estabelecimento e área de atuação;
- d) quantidade de mulheres gestantes, lactantes e parturientes;
- e) quantidade e idade dos filhos em ambiente intra e extramuros, bem como pessoas ou órgãos responsáveis pelos seus cuidados;

- f) indicação do perfil da mulher privada de liberdade, considerando estado civil, faixa etária, cor ou etnia, deficiência, nacionalidade, religião, grau de instrução, profissão, rendas mensais da família anterior ao aprisionamento e atual, documentação civil, tempo total das penas, tipos de crimes, procedência de área rural ou urbana, regime prisional e reiteração criminal;
- g) quantidade de mulheres inseridas em atividades laborais internas e externas e educacionais, formais e profissionalizantes;
- h) quantidade de mulheres que recebem assistência jurídica regular, da Defensoria Pública, outro órgão ou advogado particular, e frequência desses procedimentos na unidade prisional;
- i) quantidade e motivo de óbitos relacionados à mulher e à criança, no âmbito do sistema prisional;
- j) dados relativos à incidência de hipertensão, diabetes, tuberculose, hanseníase, Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS-HIV e outras doenças;
- k) quantidade de mulheres inseridas em programas de atenção à saúde mental e dependência química;
- l) quantidade e local de permanência das mulheres internadas em cumprimento de medidas de segurança e total de vagas; e
- m) quantidade de mulheres que deixaram o sistema prisional por motivos de alvará de soltura, indulto, fuga, progressão de regime ou aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Dessa forma, há ciência governamental acerca da ausência de confiabilidade dos dados estatísticos prisionais referentes as mulheres. Essa falta de confiabilidade acaba por prejudicar a compreensão se a amostra regional (Foz do Iguaçu) está em dissonância dos dados estaduais e nacionais.

Passando ao próximo item informado pelo CRESF, tem-se a etnia. Nesse ponto, 48% das presas do CRESF são brancas, 28% pardas, 12% negras, 1% amarelas e 11% “não informado”, conforme se verifica no gráfico abaixo:

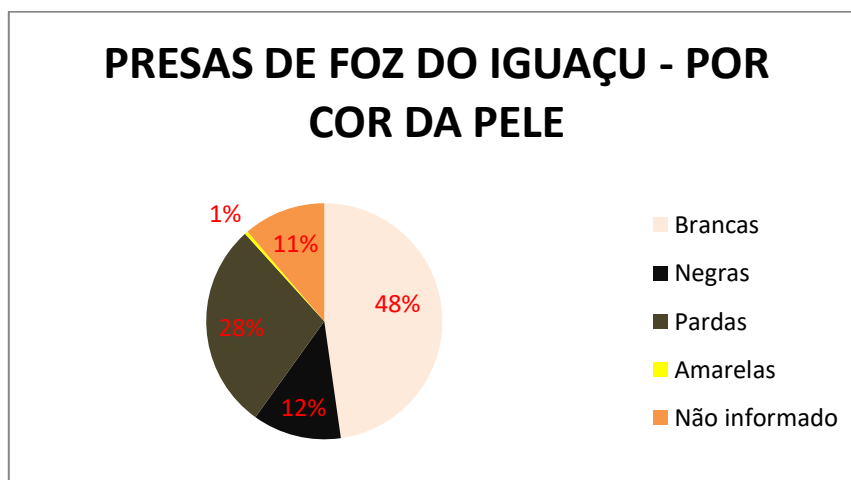


Gráfico 3 - Presas de Foz do Iguaçu por cor da pele

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados na presente pesquisa, 2015.

Quando comparamos os dados da cidade de Foz do Iguaçu com aqueles divulgados pelo Governo do Estado do Paraná em abril de 2012, nota-se que o Estado possui apenas informações sobre etnia de 1206 presas, ou seja, menos da metade da população carcerária feminina do Estado (aproximadamente 47%). Dessa população, aproximadamente 75% foi caracterizada como branca, 6% como negra, 17% como parda e 2% amarela. Importante mencionar que os dados apresentam inconsistência de quantidade, ou seja, o número total de categorias supera o número de presas (são informadas 1206 presas, mas somando as categorias individuais, chega-se ao número de 1230).

A comparação de etnia da cidade de Foz do Iguaçu e do Estado do Paraná com os dados brasileiros divulgados pelo INFOPEN em dezembro de 2010, nota-se que somente há informação acerca da etnia de 28.188 presas, que representa aproximadamente 81% do total. Dessas, as mulheres negras representavam aproximadamente 56% das mulheres encarceradas (considerando-se o critério do IBGE para definição de raças, onde pretos e pardos são considerados negros), em contrapartida, aproximadamente 33% eram brancas. Importante mencionar que os dados apresentam uma inconsistência de aproximadamente 2.632, uma vez que os campos contabilizados separadamente não somam 28.188, e sim 25.556.

Importante esclarecer que os dados não são respondidos pelas próprias apenadas, mas pelas autoridades carcerárias, o que pode gerar arbitrariedades e talvez explique a discrepância entre os dados informados pelo Paraná e pela cidade de Foz do Iguaçu em comparação com as estatísticas nacionais. Nesse sentido, Sérgio Adorno (1995, p. 45) afirma que:

(...) no curso do processo penal, indiciados e réus são submetidos a várias e distintas instâncias de interrogatório, oportunidade em que se preenchem formulários diversos. Em algumas delas, o funcionário burocrático, por sua conta e risco, examina o réu e atribui-lhe uma cor. Em outras oportunidades, o funcionário apenas transcreve dados extraídos de formulários anteriores, ou se fia no depoimento de testemunhas. Há ainda situações em que se pede ao réu que se autotranscreva. Evidentemente, procedimento como este turvam a fidedignidade das informações.

Outra importante informação é acerca da escolaridade das presas. Os dados da escolaridade referentes a cidade de Foz do Iguaçu são bastante detalhados, o que indica o cumprimento de uma das metas setoriais do Plano Diretor do Sistema Penal do Estado do Paraná 2011-2014 (SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, 2011, p. 19).

O Plano Diretor do Sistema Penal do Estado do Paraná 2011-2014 tinha como objetivo geral integrar a atuação da esfera federal com a estadual para a busca de solução para a crise carcerária no país e o cumprimento dos dispositivos contidos na Lei de Execução Penal (LEP), objetivando a concreção dos princípios constitucionais, especialmente os de respeitar os direitos humanos, erradicar a marginalização e promover o bem de todos, além de buscar alcançar os Objetivos de Desenvolvimento

do Milênio (ODM) (SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, 2011, p. 08).

Nesse sentido, houve preocupação estatal acerca da educação prisional, existindo inclusive um Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná, elaborado no ano de 2012, de forma conjunta pela Secretaria de Estado da Educação e pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com a participação ampla de representantes dos diversos segmentos sociais que objetivava a garantia da escolarização básica, no nível fundamental e médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação profissional às pessoas em privação de liberdade, no Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, por meio dos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJA e/ou Ações Pedagógicas Descentralizadas – APED (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2012).

Esse plano foi elaborado após a publicação das Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação em Estabelecimentos Penais aprovadas pela Resolução nº 3, de 11 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que foram homologadas pelo Ministério da Educação por meio da Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Essa regulamentação é resultado de diversos estudos referentes a baixa escolaridade dos presos, além da análise dos dados estatísticos lançados no INFOPEN, que demonstraram que em abril de 2012 a população carcerária paranaense apresentava-se jovem: 51,33% encontram-se na faixa de 18 a 34 anos e com baixo nível de escolaridade: 62% não possuíam o Ensino Fundamental completo. Além disso, no dia 24 de novembro de 2011 foi sancionado o Decreto nº. 7.626/2011 pela Presidência da República, o qual instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional - PEESP, com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais.

Uma consequência prática dessa normativa é a obrigatoriedade de que cada Estado da Federação tenha o seu Plano Estadual de Educação nas Prisões. Dessa forma, o Estado do Paraná, por obrigação legal, precisou se adequar às normas sancionadas e elaborar o Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná (2012), que previa metas e adequações para os anos de 2012, 2013 e 2014.

Esse Plano faz um diagnóstico acerca das condições educacionais do Estado e apresenta um relatório de medidas e ações objetivando cumprir a LEP no que se refere a assistência educacional do preso, que até então não vinha sendo satisfatoriamente observadas pelo Estado. Dentre as ações propostas pelo documento está garantir o acesso do preso trabalhador à escola, concomitante ao trabalho.

Essa também é uma preocupação da Resolução nº. 03/2009 da CNPCCP, que dispõe no artigo 8º: “O trabalho prisional, também entendido como elemento de formação integrado à educação, devendo ser ofertado em horário e condições compatíveis com as atividades educacionais”. Antes do Plano

Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná, não havia no Estado esforços concentrados para a alfabetização dos presos e estímulo para a educação. Provavelmente como consequência do Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná (2012) e sua efetivação, tem-se que os dados repassados pelo CRESF quanto a situação educacional das apenadas são bastante específicos e detalhados, destoando dos demais campos tabulados pelo órgão.

Em análise, os dados repassados pelo Diretor do CRESF demonstram um elevado número de presas que possuem ensino fundamental incompleto, sendo que a maior parte delas possuem ensino médio incompleto fase I, revelando menor grau de instrução. Se somarmos as presas que possuem ensino fundamental incompleto fase I e II chegamos a 111 presas, as quais representam 50% da população carcerária do CRESF, note-se:

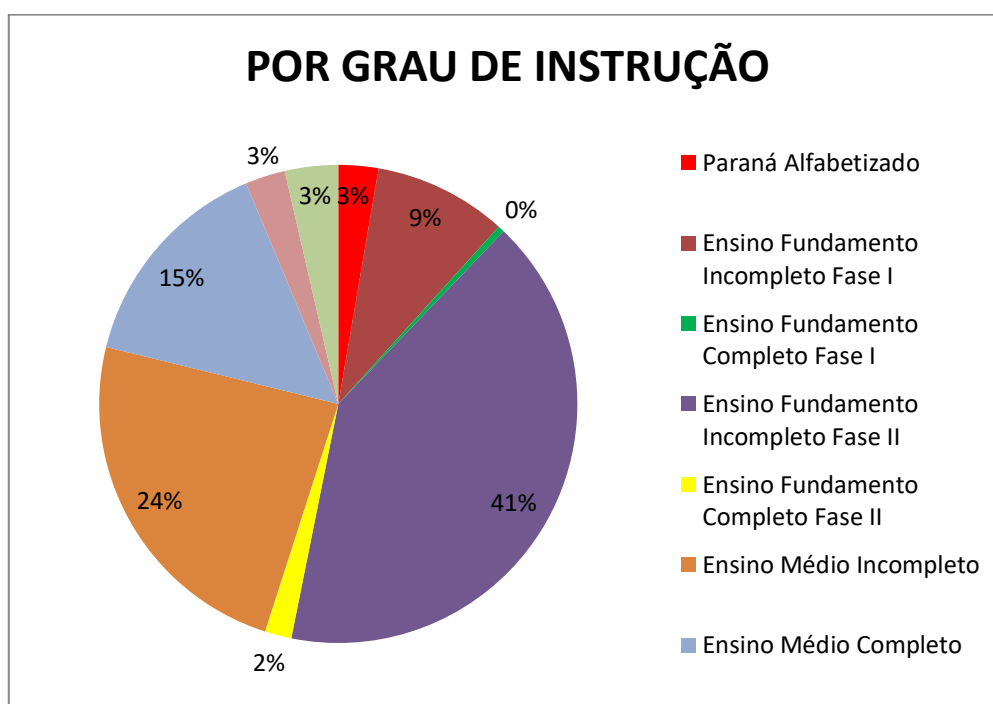


Gráfico 4 - Presas de Foz do Iguaçu por grau de instrução

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados na presente pesquisa, 2015.

Quando comparados os dados da cidade de Foz do Iguaçu com aqueles divulgados pelo Governo do Estado do Paraná em abril de 2012, nota-se que o Estado possui informações acerca da escolaridade de 1206 presas, ou seja, menos da metade da população carcerária feminina do Estado (aproximadamente 47%). Dessa população, aproximadamente 49% possui ensino fundamental incompleto, aproximando o perfil educacional da presa de Foz do Iguaçu do perfil geral do Estado (ressalvando-se a limitação imposta pela escassez de dados). Ao analisarmos os dados nacionais para o ano de 2010 (INFOPEN, 2010), nota-se que somente há informações de 28.188 presas, que representam 81% do total. Dessas, aproximadamente 43% das presas possuíam ensino fundamental incompleto, além

disso, aproximadamente 5% era analfabeta e 10% era apenas alfabetizada. Novamente os dados apresentam inconsistência de quantidade, sendo suprimidas informações de 1676 presas¹⁷.

A baixa formação das apenadas representa um desafio em termos de políticas públicas voltadas a reinserção social, em especial diante de um mercado de trabalho que impõe ao trabalhador a cada dia maior grau de formação, agravando a recolocação dessas mulheres marcadas socialmente. Contudo, a elevação do estudo nem sempre garante a empregabilidade, e isso se dá por diversos fenômenos, dentre os quais a própria evolução tecnológica, que faz com que diversos postos de trabalho até então existentes sejam suprimidos. Segundo Gaudêncio Frigotto (2005, p. 240-241):

(...) sem elevação da escolaridade – uma escolaridade de qualidade – não há nem cidadania e nem competitividade, se a gente pensar em termos capitalistas. As implicações, portanto, são de várias ordens.

Agora, aí nós temos que separar o joio do trigo; não culpar a vítima por ser vítima. Posso eu culpar o jovem trabalhador que tem pouca escolaridade, dizer que ele não é empregável porque tem pouca escolaridade?

Ele às vezes não tem escolaridade alguma. Mas não é ele... Não adianta ele ter escolaridade, se não há postos de trabalho para lhe oferecer.

Um importante dado, que não poderá ser analisado quanto ao perfil prisional diz respeito ao tempo de prisão. Isso porque não há esclarecimento se a informação constante nos dados cedidos pelo CRESF e divulgados pelo Estado do Paraná e pelo Brasil (INFOPEN, 2010) se referem a condenação, ao tempo em regime fechado ou ainda se considera demais períodos de prisão.

Os dados apresentados servem para indicar um caminho a ser seguido, mas infelizmente não podem ser utilizados para definir um perfil prisional da mulher, uma vez que a inconsistência dos dados oficiais denuncia um descaso estatal quanto ao aprisionamento feminino. Sem saber ao certo qual o perfil da mulher presa o trabalho de desenvolver políticas públicas e metas de alcance é dificultado, pois a abordagem à especificidade fica impedida.

Dessa forma, constata-se que as políticas públicas que visam a ressocialização da mulher foram desenvolvidas com base em dados estatísticos falhos e sem precisão metodológica, o que pode implicar na falta de sucesso institucional das abordagens até então realizadas pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise realizada se observa que grande parte do aprisionamento feminino em Foz do Iguaçu se deve ao cometimento do crime de tráfico de drogas. Como a presente pesquisa não objetivava

¹⁷ Muito embora os dados nacionais analisados sejam referentes a período anterior ao Plano governamental de investir na educação nos presídios, os dados analisados indicam que de fato havia baixa escolaridade dos presos.

estudar os motivos de tal ocorrência sugere-se que sejam realizados estudos locais quanto ao aprisionamento decorrente de tráfico, para buscar o porquê de tal destacamento.

Além disso, observa-se que as presas tinham baixa escolaridade, no entanto, há riqueza de detalhes quanto a tal escolaridade, indicando o cumprimento do Plano Diretor do Sistema Penal do Estado do Paraná 2011-2014.

Não foi possível analisar a condição financeira e social das mulheres presas, vezes que a unidade prisional não encaminhou tais dados, apresentando aproximadamente 91% de “não informado”, impossibilitando a análise e prejudicando a verificação de ocorrência do aprisionamento da pobreza.

Além disso, observou-se que os dados prisionais oficiais acerca das mulheres não detém confiabilidade suficiente, o que demonstra que as escassas políticas públicas existentes não foram elaboradas com base no público alvo, vez que, conforme mencionado, o público alvo sequer é conhecido. Esse descompasso pode acarretar a falta de oportunidades de trabalho, ou mesmo o investimento em formação e profissionalização em áreas que não atendam os interesses das presas e egressas.

A falibilidade dos dados sistematizados pelo INFOPEN com relação a criminalidade feminina é conhecida há longa data pelo governo federal (que, já em 2011, montou um grupo de trabalho para análise de tal déficit), no entanto, ao menos até a conclusão da presente pesquisa, não houve nenhuma mudança efetiva estatal no sentido de buscar uma melhor sistematização da organização e publicação dos dados prisionais referidos.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: CEBRAP, nov./95, novembro, (43), pag 45-63.

BELKNAP, J. *The invisible woman: Gender, crime and justice*. 3 ed., Stamford :CT, Wadsworth, 2007.

BLANCHETTE, Kelley; BROWN, L. Shelley. *The Assessment and Treatment of Women Offenders*. England: John Wiley & Sons Ltd, 2006.

BRASIL. Código Penal. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, RJ, 7 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em diversas datas de 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.626 de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de novembro de 2011, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm>. Acesso em diversas datas de 2015.

BRASIL. Exposição de Motivos da Lei de Execução Penal. **Ministério de Justiça**, Brasília, 1983. Disponível em: <

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCQQFjABahUKEwiywLCqLXHAhWFKx4KHSClCS8&url=http%3A%2F%2Fportal.mj.gov.br%2Fservices%2FDocumentManagement%2FFileDownload.EZTsvc.asp%3FDocumentID%3D%257BC116F62C-19FB-4F25-8625-E6D3D415537D%257D%26ServiceInstUID%3D%257B4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD%257D&ei=FHjUVbLmM4XXeKDKpvgC&usq=AFQjCNFImIytaCyEIN1Ylg5XQ6m7e0DlvQ&sig2=VGawfCPofEMEEEZLtyxT1g&bvm=bv.99804247,d.dmo>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Grupo de Trabalho Interministerial - Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino**. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/depen/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTsvc.asp?DocumentID={0D583EE2-5A22-41A1-A16A-17304AE40849}&ServiceInstUID={4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD}>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BULMILLER, Kristin. *Incarceration, welfare state and labour market nexus: The increasing significance of gender in the prison system*. In B. Carlton, & M. Segrave (Eds), **Women exiting prison: Critical essays on gender, post-release support and survival** (pp. 13–33). Abingdon, UK: Routledge Studies in Crime and Society Series, 2013.

CARLTON, Bree Carlton; SEGRAVE, Marie. *Rethinking women's post-release reintegration and 'success'*. **Australian & New Zealand Journal of Criminology**, 03 de março de 2015. Disponível em: <<http://anj.sagepub.com/content/early/2015/03/03/0004865815573876.abstract>>. Acesso em: 20 de mai. 2015.

CHESNEY-LIND, M. *Women and the criminal justice system: Gender matters*. In: **Topics in community corrections: Responding to women offenders in the community** (pp. 7–10). 2000, Washington, DC: National Institute of Corrections.

COIMBRA, Cecília; SCHEINVAR, Estela. Subjetividades punitivo-penais. In: **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Mulheres Presas - Dados Gerais Projeto Mulheres/DEPEN**. Brasília: Ministério de Justiça, 2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTsvc.asp?DocumentID=%7B4B3271E4-7474-41A7-8E4A-494B08701E31%7D&ServiceInstUID=%7B4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD%7D>>. Acesso em diversas datas de 2015.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCrim, 2004.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. **Revista Ártemis**, Vol. XVIII n° 1; jul-dez, 2014. pp. 212-227. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/criminalidade_e_prisao_feminina.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

KENDALL, Kathleen. *Post-release support for women in England and Wales: The big picture*. In: B. Carlton, & M. Segrave (Eds), **Women exiting prison: Critical essays on gender, post-release support and survival** (pp. 34–55). Abingdon, UK: Routledge Studies in Crime and Society Serie, 2013. Disponível em: <<http://eprints.soton.ac.uk/353279/>>. Acesso em: 20 de mai. 2015.

LATESSA, E., LISTWAN, S., & KOETZLE, D. *What works (and doesn't) in reducing recidivism*. Waltham, MA: Elsevier Anderson Publishing, 2013.

TEIXEIRA, Carlos. Relato de experiência na educação carcerária. **Revista Educação**. São Paulo: Segmento. Disponível em: <<http://www.revistaeducacao.uol.com.br/textos.asp?codigo=12037>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

VAN VOORHIS, P.; et al. *Women's risk factors and their contributions to existing risk/needs assessment: The current status of a gender-responsive supplement*. **Criminal Justice and Behavior**, 2010, 37, 261–288. Disponível em: <<http://cjb.sagepub.com/content/37/3/261>>. Acesso em: 15 abr 2015.

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade**. Trad. João Roberto Martins Filho, et al. 23 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Trad. Sérgio Lamarão. 3 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____, Loic. **Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Org. Vera Malaguti Batista, Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

REGIME DE MAQUILA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS TRABALHADORES NA FRONTEIRA COM O MÉXICO: PERSPECTIVAS PARA O MODELO ADOTADO NO PARAGUAI¹

Deise Baumgratz²

Resumo: Na década de 1960 surgiu no México um regime industrial que ficou conhecido como maquila, através do qual indústrias dos Estados Unidos se instalavam na fronteira mexicana, para aproveitar o baixo custo da mão de obra e incentivos fiscais para realização da etapa de manufatura de seus produtos. Neste trabalho pretende-se descrever como se deu esse processo de negociação e quais os impactos que o processo de manufatura teve para a economia e sociedade mexicana, além de compreender quais vantagens e desvantagens estão atreladas para cada lado neste modelo maquilador. Em análises realizadas, observa-se que há muitos argumentos no sentido prejudicial aos trabalhadores envolvidos, além do impacto ambiental, isto por que estas empresas se instalam com o objetivo de explorar o território, gerando riquezas e levando os produtos acabados para seu país de origem. Recentemente o Paraguai adotou modelo semelhante de produção, fazendo esta análise, será possível tangenciar uma perspectiva de como será este processo novo, porém semelhante que se dá no Paraguai.

Palavras-Chave: Maquila. México. Paraguai. Mão de Obra. Exploração.

INTRODUÇÃO

No senso comum fronteira marca uma separação, uma divisão entre dois espaços distintos, normalmente de maneira conflituosa, ainda mais quando tratamos de uma fronteira geográfica entre países com estágios de desenvolvimento distintos e posições geopolíticas importantes. Este é o caso da fronteira existente no norte do México com os EUA. Local marcado por violência, tentativa de migração ilegal, contrabando e pobreza, essa relação desigual gerou como meta e objetivo povoar este espaço de conflito. Não distinta desta perspectiva, há-se a fronteira do Paraguai com o Brasil, assemelhando-se em muitos aspectos dos limites descritos.

A lei da Maquila surgiu no México na década de 1960, num intuito daquele governo de industrializar o país e gerar empregos. Um sistema econômico e de produção que consiste em indústrias de montagem manual situadas em países com força de trabalho barata, no qual os produtos acabados têm geralmente como destino, um país desenvolvido.

¹ Texto apresentado na I Semana Acadêmica de Relações Internacionais da UNILA, realizada entre os dias 03 e 05 de outubro de 2016, pelos cursos de Graduação em Relações Internacionais e Integração e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Relações Internacionais Contemporâneas.

² Aluna do curso de pós-graduação em Relações Internacionais Contemporâneas da UNILA, e-mail deiseb_72@hotmail.com

As empresas maquiladoras normalmente atuam no estágio de manufatura, sem muita tecnologia ou agregação de valor. Há uma quantidade de reflexões e debates sobre a exploração dos funcionários destas empresas que ficam na fronteira mexicana com os Estados Unidos, assim como todas as outras maquiladoras pelo mundo. Outro amplo questionamento é sobre o aspecto ambiental e social destas empresas.

Este modelo industrial incentivado pelos EUA ao redor do globo, aparece como uma maneira messiânica de industrializar os países do chamado terceiro mundo, porém com baixo poder de competitividade no cenário global, onde, em teoria ambas partes envolvidas seriam beneficiadas. O que pouco aparece são os resultados advindos desta ação para estes países em desenvolvimento em detrimento dos lucros obtidos pelos países desenvolvidos, que exploram aquele território e as vantagens econômicas. A lei da Maquila prevê que as indústrias maquiladoras instaladas em seu território podem trazer matéria prima do país de origem, e produzir usando a força de trabalho do país onde estão instaladas, desde que os produtos industrializados retornem para o país de origem.

As empresas norte-americanas, são incentivadas pelas leis 806 e 807 de Novembro de 1966 do seu país, que lhes permite exportarem matéria prima sem taxaço, desde que retornem para o país com o produto acabado ocasião em que seria taxado apenas sobre o valor agregado ao produto final. Desta maneira é extremamente vantajoso se instalarem em solo mexicano, usufruindo da matéria prima, equipamentos e tecnologia dos EUA, e da força de trabalho de baixo valor do país vizinho. Sendo que após acabado o produto final retorna para os EUA onde é comercializado normalmente.

O Paraguai adotou modelo semelhante de produção em sua fronteira com o Brasil. Este sistema prevê que empresas brasileiras se instalem em solo paraguaio, utilizem a mão de obra do país que representa cerca de 50% a menos de custo no valor final da folha de pagamento, além de um imposto único (IVA) de 1%, desde que 90% dos produtos acabados retornem para o Brasil em até dois anos.

Ao longo do texto se fará referência aos países de primeiro e de terceiro mundo. Estes termos surgiram no contexto da guerra fria, fazendo menção aos países aliados aos Estados Unidos (Primeiro Mundo), os aliados da União Soviética - URSS (Segundo Mundo) e aqueles que não tinham união a nenhum destes pertenciam ao grupo dos países de Terceiro Mundo. Mais tarde este conceito foi utilizado para diferenciar os países desenvolvidos dos países em desenvolvimento, assim como o termo países o norte e países do sul.

DESENVOLVIMENTO

Após a II Guerra Mundial, o cenário internacional foi marcado por uma série de revoluções pela independência como da África e da Ásia, apesar de a América Latina já estar independente em sua maioria

desde o século XIX seus países ainda não eram industrializados. Em linha gerais, eles começaram a industrializar-se nos moldes Europeus, no entanto não tinham poder para competir no mercado internacional. A teoria da vantagem comparada argumenta que o primeiro mundo está fazendo o que faz de melhor que é produzir e exportar produtos industrializados, enquanto o terceiro mundo fazia melhor a produção e exportação de matéria-prima e commodities. Nesta lógica fica difícil para os países do Terceiro Mundo se industrializarem, uma vez que não tem chances no mercado internacional frente aos países desenvolvidos.

Desta maneira, os países desenvolvidos intuíram que o restante do globo só se desenvolveria com ajuda destes. Em 1964, *The United Nations' continuing Conference on Trade and Development (UNCTAD)* se reuniu em Genebra e trouxe a abordagem de que precisavam ajudar os países do terceiro mundo, em 1968 a UNCTAD criou o Sistema Geral de Preferências (GSP) para garantir o acesso das exportações dos países de Terceiro Mundo para os países de Primeiro Mundo. Neste contexto as grandes corporações internacionais passaram a investir nestes países subdesenvolvidos, atraídos principalmente pelo baixo custo da força de trabalho. Os novos países em desenvolvimento abriram suas fronteiras para estas empresas, visando a quantidade de trabalho que seria gerado, e o lucro que seria obtido através do câmbio da moeda mais forte para a moeda local.

Alguns destes países obtiveram sucesso em sua industrialização por esta empreitada, como é o caso de Hong-Kong, Tailândia, Coréia do Sul e Singapura. Neste período, dentro dos Estados Unidos, houve uma campanha da população contra estas empresas que se instalavam no exterior, devido a retirada de oportunidade de empregos do país. O Wall Street Journal em 1977, numa matéria de Peter Drucker publicou: A “produção compartilhada” está baseada na simples ideia de que tanto o interesse dos países de Primeiro Mundo, quanto dos países de Terceiro Mundo são atingidos, já que ambos podem se concentrar na parte de produção que lhe compete.

Neste momento da história, os países do Primeiro Mundo são melhores em produzir materiais de tecnologia avançada e de produção moderna, além de especialização científica que é o que mantém a engrenagem da cooperação produtiva internacional funcionando, trabalho de alta qualificação e operações de capital intensivo. O Terceiro Mundo assim pode se especializar nos trabalhos de baixa e média qualificação e de alta intensidade. Deste modo a produção global seria “dividida” para benefício mútuo e satisfação de todos.

Grande parte das *offshores* dos EUA estavam alocadas na Ásia, apesar de ser uma empreitada lucrativa, estavam começando a ter problemas de logísticas. Além disso nos EUA existe a lei 806.30 e 807.00 do *Tariff Schedule of US (TSUS)* que permite exportar matéria dos EUA para ser produzida no exterior e depois importada com taxa apenas sobre o valor agregado ao produto, que não estava sendo aproveitada em seu máximo, já que o custo ficava muito alto para as empresas levarem a matéria-prima

para o exterior, para lá produzir o produto e depois importar, e acabavam comprando a matéria-prima do país que estavam sediados ou importavam de países mais próximos.

O México, tinha uma economia protecionista, mas na tentativa de gerar empregos, e suprir uma demanda de demarcação de fronteira tomou uma medida antagônica a esta perspectiva. Assim, abriu de maneira temporária o território para empresas de capital estrangeiro que quisessem produzir seus produtos utilizando a mão de obra com baixo custo deste país. As indústrias se instalaram e produziam sempre se considerando como transitórias, em uma situação de exceção (Contreras 2000). Nesta perspectiva o México ganharia pelos empregos gerados, e pelo lucro obtido através do câmbio da moeda americana, dólar, para pesos mexicanos, além disto apostavam que a matéria-prima seria adquirida do país.

Estas indústrias ficaram conhecidas pelo nome em Espanhol *maquiladora*, que vem de sua origem colonial, *maquila*, que corresponderia a porção de farinha que o moleiro garantia após moer o milho. Nesta analogia, os EUA fornecem o milho (matéria-prima), o México fica com um pouco da farinha (lucro sobre o câmbio de dólares para pesos e os salários dos funcionários) e a farinha (produto final) volta para os EUA, que normalmente é vendido para os trabalhadores da maquila que regularmente gastam parte do seu salário naquele país.

Em 1965 o governo federal mexicano estabeleceu uma política de fomento as indústrias maquiladoras de exportação no norte do país, com a instrumentalização do Programa de Industrialização da Fronteira Norte. Com o passar dos anos, o governo estendeu o incentivo ao longo de todo seu território nacional.

As indústrias americanas se beneficiavam inteiramente das leis 806/807, já que facilmente atravessavam com a matéria-prima pela fronteira, produzem seus produtos lá, com um custo de força de trabalho inferior ao do país e depois exportavam novamente para o EUA, com taxas incidindo apenas sobre o valor agregado no produto. É importante ressaltar, que os principais beneficiários desta modalidade de produção são as grandes corporações internacionais e um grupo seletivo de elite do país mexicano.

A América Latina foi orientada a seguir as dez normas do consenso de Washington, que surgiu em 1989 prevendo o livre mercado, sem fronteira sem taxas e regulamentação. Através desta teoria neoliberalista, haveria uma relação de ganho mútuo entre os EUA e a AL, isto por que o EUA poderia desenvolver sua mão de obra e tecnologia de forma ultra avançada, enquanto os outros países desenvolveriam mão de obra mediana, ou inferior. Resultado da conferência “Latin-America Adjustment: How Much Has Happened?” Tendo como principal teórico o economista britânico David Ricardo e Friedrich Hayek. Alguns teóricos como Gambрил, 2008 tentam desmistificar esta teoria neoliberal, mostrando a face de perdas deste mercado livre, onde o único favorecido é o capital que é altamente

concentrado na mão da minoria, principalmente no solo mexicano, onde mais de 70% das grandes empresas estão nas mãos de poucas famílias.

Em 1994 foi criado o NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, composto pelos EUA, México e Canadá. Com o advento do Nafta, o fenômeno da maquila ganhou força devido à inexistência de tarifas entre os três países, o que favoreceu a importação de componentes e a exportação de produtos acabados, algumas potências, especialmente os Estados Unidos, as utilizaram para melhorar sua competitividade internacional com os privilégios que lhes foram oferecidos por diversos governos mexicanos. Alguns teóricos, como Gruben e Kiser (2001), alegam que não foi o NAFTA responsável pelo crescimento da maquila no período de 1994-2000 e sim diversos fatores, como o fortalecimento da economia norte-americana e a desvalorização do peso mexicano.

O NAFTA surgiu propondo que o acordo aliviaria muitos dos problemas da fronteira causados pela zona franca. O NAFTA também aprimoraria as condições de trabalho e as leis ambientais, além de diminuir a alta concentração de maquiladoras ao longo do território fronteiriço. (Public Citizen, 2000). Infelizmente o NAFTA não teve o efeito proposto. Até os anos 2000 a força de trabalho nas maquilas ampliou-se em cerca de 110% (Sargent y Matthews 2003), poucas maquiladoras se espalharam pelo território, a maior concentração permaneceu na região de fronteira. Em 1995, 85% dos trabalhadores de maquila estavam empregados em um dos seis estados de fronteira do México (Public Citizen, 2000). Outro ponto negativo do NAFTA foi na questão ambiental. Originalmente no sistema maquilador, as indústrias eram obrigadas a retornar todo material tóxico e resíduos para a matriz no EUA, após o NAFTA permitiu-se que estes fossem descartados no país em que estavam alocados (EHC, 2000).

As empresas maquiladoras passaram por vários pontos de evolução, em 1990 eram 1500 estabelecimentos, já em 2001 eram mais de 3700. Além do crescimento desta atividade relacionado ao NAFTA, também há uma ligação com a desvalorização da moeda nacional, o peso, percebe-se ciclos de aumento de investimentos quando há desvalorização da moeda. Quanto a distribuição destas indústrias no território nacional, em 1990 apenas 15% estavam alocadas distante do espaço fronteiriço, já em 2000 essa porcentagem passava de 27,5%. Em relação ao montante de exportação, nos anos 1980 a maquila representava 10% do total exportado, em 2000 estava em 45%, em contrapartida há uma importação dos EUA de em torno de 30%. Neste contexto, Villafañe (2004), descreve a fronteira mexicana como um espaço produtivo da economia dos Estados Unidos.

A alteração no decreto emitido em 1 de junho de 1998, no Diário Oficial da Federação mexicana, mostra algumas preocupações e a mudança de enfoque do governo quanto ao resultado esperado pelas indústrias maquiladoras do território:

“Las empresas maquiladoras de exportación deberán atender a las siguientes prioridades nacionales:

- I. Crear fuentes de empleo;
- II. Fortalecer la balanza comercial del país a través de una mayor aportación neta de divisas;
- III. Contribuir a una mayor integración interindustrial y coadyuvar a elevar la competitividad internacional de la industria nacional, y
- IV. Elevar la capacitación de los trabajadores e impulsar el desarrollo y la transferencia de tecnología en el país”

A partir de 2003 percebe-se uma queda no processo industrial maquilador, quase 1.000 indústrias a menos que em 2001. Villafañe (2004), atribui este acontecimento a dois fatores: primeiro a queda na atividade econômica dos EUA; segundo, a migração da economia para a China, que atraiu mais investidores com valores menores da força de trabalho.

Em 2006 o governo mexicano criou o IMMEX (Manufacturing, Maquiladora and Export Services Industry Program) no qual em 2008 foi responsável por 76% de toda exportação de manufaturados do país. A grande questão em torno da maquila é em relação ao trabalho de manufatura, que exige mão de obra desqualificada e barata, gerando pouco valor agregado, além dos baixos salários pagos, exploração dos funcionários e os danos ambientais causados.

Através de informações da mídia, discursos e diversos artigos nacionais mexicano, visualiza-se que a maioria dos trabalhadores da maquila, são mulheres, novas, indígenas, pessoas de baixa ou sem escolaridade básica, muitos sequer têm domínio do idioma, pois falam o dialeto local. Há uma grande dificuldade de expressão, além disso a forma de trabalho é repressora, os direitos, apesar de existirem no papel, não acontecem na prática. É comum o trabalho infantil neste segmento. Apesar da regulamentação mexicana permitir o trabalho a partir dos 16 anos, não é incomum observar documentos forjados para crianças trabalharem nas maquiladoras. (MLNA,1999). Os empregadores buscam pessoas submissas, que estejam dispostos a acatar qualquer ordem, sem horários definidos, com salários baixos, sem plano de saúde. O medo de ser demitido é constante, é comum que as pessoas chegam para trabalhar de manhã não são permitidas a entrar, muitas vezes sem receber seus direitos. Além disso, existe a conhecida e temida lista negra, onde os nomes dos funcionários “revoltosos” são compartilhados entre as empresas, para que se um reclamar seu direito em uma indústria, este seja demitido e não consiga emprego em outra indústria.

Portanto, mesmo conhecendo seus direitos, os funcionários ficam calados e aceitam os ataques dos empregadores, pois precisam daquilo para sobreviver e não deixar suas famílias passarem fome, sabendo que não há alternativa de emprego além daquela. Já que entre as empresas que se instalaram ali, há uma espécie de tabelamento de salários e condições, então não há muita diferença de uma para outra.

Enrique Dávalos, presidente da Rede de Solidariedade de San Diego, explica que “as maquiladoras pagam menos impostos que as empresas mexicanas, utilizam uma força de trabalho muito barata e possuem regulamentações ambientais que nunca são cumpridas”. A falta de cumprimento dessa legislação

permite, segundo Dávalos, que as indústrias reduzam custos enquanto contaminam a vida dos trabalhadores, a terra e os animais que vivem próximos das zonas industriais das maquiladoras.

Assim, é evidente no México, que estas indústrias maquiladoras não desenvolveram o país, ao contrário, são responsáveis por várias reclamações de exploração dos funcionários e de descumprimento da legislação ambiental, além disso, há uma grande insegurança por sua volatilidade. Se outro mercado oferecer melhores condições, facilmente a indústria fecha as portas e migra. Percebe-se a ascensão da China no mercado mundial, afetando severamente os países que dependem de manufatura e processos de exportação que utilizam muita força de trabalho (Blázquez, Rodríguez y Santiso 2006; Dussel 2004). Depois de quase 40 anos de funcionamento do programa maquilador, atualmente o teor médio de utilização de insumos nacionais é inferior a 5 por cento, e apesar do progresso indubitável na mudança para operações de fabricação de alta tecnologia e algumas atividades de design, pesquisa e desenvolvimento, ainda não existe uma estratégia em si para desenvolver uma indústria competitiva, com base em processos de alto valor agregado e conhecimento.

Enquanto no México há um amplo questionamento sobre o futuro da Maquila, frente a expansão mundial da economia chinesa, na América Latina, avança no sentido oposto, com a criação do regime maquilador no Paraguai, permitindo desde 2001 que indústrias estrangeiras (principalmente brasileiras) se instalem neste território, com uma tributação única de 1% sobre o valor agregado (aluguel, mão de obra, compra de maquinários, etc.), sendo que parte deste valor ainda pode ser revertido para a indústria, importação livre de impostos e baixo custo de mão de obra, desde que no mínimo 90% dos produtos acabados sejam exportados para o país de origem dentro de 2 anos.

No terceiro trimestre de 2014, enquanto o Brasil estava com um PIB de 0,3% o Paraguai crescia 5,8%, isso demonstra que a dependência do vizinho em relação ao Brasil está diminuindo. A realidade dispar entre Brasil e Paraguai, e sua interdependência torna esta relação bilateral conflituosa, apesar que neste momento o país vizinho tem se destacado em setores econômicos enquanto sofremos os desafios de uma crise econômica e política, aos poucos ele vem se tornando mais que um comércio de fronteira.

A carga tributária do Paraguai, por si só já é a menor da América Latina, conforme dados do Banco Mundial de 2006. O custo da energia é a mais barata do Mercosul, em torno de 63% a menos que no Brasil. O imposto na folha de pagamento é em torno de 35%, distinto dos 110% que é cobrado no Brasil. Qualquer produto produzido na maquila, pode utilizar até 60% da sua composição de matéria prima importada de qualquer lugar do mundo, que ainda terá o selo de produzida no Mercosul, tendo taxa 0 para exportar para o Brasil e Argentina.

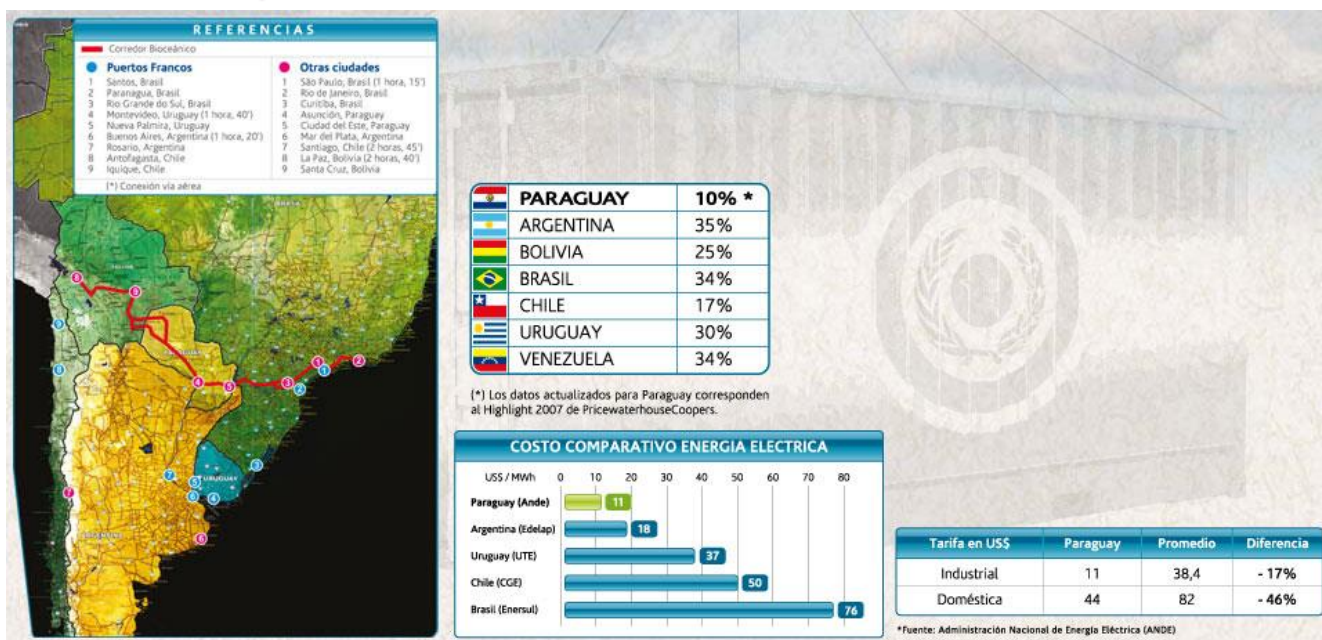


Figura 1: <http://mail.maquila.gov.py/ES/paraguay-razones-para-invertir.php>

A Lei 1.064/97 chamada Lei de Maquila, promulgada pelo Decreto 9.585/2000 no Paraguai, tem como órgão executor e regulador das indústrias maquiladoras o CNIME – Conselho Nacional das Indústrias Maquiladoras e Exportadoras – pertencente ao Ministério de Indústria e Comércio do país e age em compasso com o Tratado do Mercosul, numa perspectiva de fomento ao desenvolvimento regional, com o objetivo principal de atrair investidores, principalmente regionais, para manufaturar seus produtos no Paraguai.

Apesar de por lei, ser permitido que estas indústrias se instalem em todo território nacional, a maioria fica na região de fronteira de Ciudad Del Este, atualmente o parque industrial conta com 54 indústrias, conforme dados de novembro de 2015. As exportações do país entre janeiro a junho de 2015 somaram USD 139,5 milhões, 25% a mais que no mesmo período do ano anterior, conforme o Ministério da Indústria e Comércio (MIC). Os principais produtos exportados são do ramo de confecção e têxtil, seguido de peças de veículos e cabos. E o destino final de 90% destes produtos são para o Mercosul, principalmente Brasil e Argentina.

O presidente do MIC, em reportagem cedida no dia 07 de setembro para o jornal paraguaio La Nación, demonstra a importância que o regime de maquila tem para o país, Leite ressaltou que as empresas operantes neste regime, ofertam em torno de 11 mil postos de trabalho. “Me parece que Paraguay está imponiéndose por costo, por precio, y por calidad en el mercado mundial, y eso es lo que queremos, tenemos que ser sinceros, somos un país que tiene menos de 7.000.000 de habitantes (...), tenemos que abrimos al mundo”, reforçou Leite.

O economista Michael Porter, fez uma conferência sobre o tema "Estratégias de desenvolvimento no Século XXI: o imperativo do progresso social e crescimento competitivo", no auditório do Banco Central paraguaio, ocasião em que afirmou que "Se no Brasil tudo está complicado e na Argentina também, isso é muito positivo para o Paraguai". O professor da Escola de Negócios de Harvard e presidente do Instituto para a Estratégia e Competitividade se reuniu em setembro de 2013 com o presidente do Paraguai, Horacio Cartes, e sua equipe econômica. Disse conhecer a situação macroeconômica e política do Paraguai e sua posição geopolítica entre os dois grandes países da América do Sul e que se facilitar o ambiente de negócios, poderia se transformar muito cedo em uma ponte dinâmica entre eles. "Tem que construir um lugar de fácil acesso para as empresas, que proteja seus investimentos, com regras claras. O Paraguai tem que aproveitar esta conjuntura", lembrou o especialista, recomendando aumentar as receitas e impulsionar o progresso social. "Não necessariamente o governo que mais investe em gastos sociais (subsídios) eleva o nível social. As vezes, ainda prejudica mais o progresso social. Os gastos (com os mais pobres) não definem o sucesso, disse, comparando Brasil e Chile, afirmando que este último investe menos em subsídios e tem uma porcentagem muito menor de pobres.

O professor de Comércio Internacional da Universidade Autónoma de Assunção, Jesús Ángel Martín declarou à agência Efe que "A maquila é positiva para a etapa inicial do desenvolvimento de um país, é um pequeno passo adiante para a indústria incipiente paraguaia, mas a longo prazo não é a solução, porque se cria uma classe trabalhadora com condições mais que questionáveis", segundo o especialista, "o precedente imediato é o México, que criou um tecido industrial de unidades de montagem" e atraiu 99% de investimentos estrangeiros provenientes dos EUA. Continua, "mas tem coisas boas e más, você consegue criar uma indústria, mas os imensos benefícios não voltam ao país de origem, os funcionários mexicanos trabalham em uma situação muito dura e não há transmissão de tecnologia da matriz", argumentou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou claro que o processo maquilador no México, apesar de trazer pequenas melhorias para o país, foi no fundo prejudicial para se desenvolvimento industrial. Sendo dependente do vizinho americano, fica refém das volatilidades do sistema econômico, além de ter uma mão de obra sem especialização, com uma remuneração muito baixa e grandes danos ambientais que estas empresas acarretam no país. Evidente que os investimentos destas empresas no território estrangeiro não serão elevados, uma vez que observam isso como uma oportunidade temporária e o objetivo principal é arrecadar lucros para poder investir no país de origem.

Alguns países tiveram êxito com esta empreitada, no entanto suas estratégias estavam alinhadas com outras ações de desenvolvimento no país, e não contando apenas com a maquila em si. O Paraguai inicia o processo de maquila em seu país, adotando modelo baseado no que ocorre entre o México e Estados Unidos. No Paraguai, a maioria das maquiladoras são brasileiras, embora também haja as de Argentina, Holanda, Alemanha, Taiwan, China, Canadá ou Coreia do Sul, por isso o investimento está mais disperso e não há uma dependência de um só cliente, como no México.

A realidade dos EUA para com o regime maquilador no México é distinta da realidade brasileira com o Paraguai, portanto cabe-se analisar quais os impactos que esta abertura econômica do país vizinho está tendo para a economia brasileira, onde diversas indústrias nacionais estão migrando em busca dos atrativos ofertados, gerando desemprego e menor arrecadação de impostos. Ao mesmo tempo cabe questionar quais são as reais vantagens deste processo a longo prazo para o Paraguai, observando que o modelo comparado não logrou êxito no local de origem, sendo que apenas uma parcela mínima tem sucesso, principalmente grandes corporações e elites do país subdesenvolvido.

Em diversos momentos, conversando com empresários e residentes do país vizinho, estes têm a percepção de que a maquila é uma saída para industrialização do país, já que o país está atrasado em relação aos vizinhos, sendo uma saída para desenvolver o país, de gerar emprego e movimentar a economia. No entanto com todo o exposto é possível inferir que a longo prazo os resultados não serão positivos para o país.

Portanto, para o sucesso deste regime na industrialização do Paraguai, é necessário que outras medidas sejam pensadas e aplicadas, para não ocasionar uma exploração da força de trabalho inexperiente, que suga os recursos do país, investindo seus lucros nos países de origem, deixando um rastro caótico com os passar do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões.** Vozes, 2004.

SKLAIR, Leslie. **Capitalism & Development.** Ed. Routledge: New York. 1994; p. 165-189.

VILLAFANE, Victor Lopez. **La industrialización de la frontera norte de México y los modelos exportadores Asiáticos.** Comercio Exterior, Vol 54, núm.8, 2004; p. 674 - 680

SKLAIR, Leslie. **Assembling For Development: The Maquila Industry in Mexico and the United States.** Routledge, Cambridge. 1989; p. 250.

CONTRERA, Óscar F. e MUNGUÍA, Luis Felipe. **Evolución de las maquiladoras en México. Política industrial y aprendizaje tecnológico.** Región y sociedad vol.19 spe. Hermosillo ene. 2007.



ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 162-184, 2004.

KANE, Mike. Paraguai seduz Brasil com privilégios fiscais para empresas. Exame, Jul. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/paraguai-seduz-brasil-com-privilegios-fiscais-para-empresas>>. Acesso em: 15/08/2016

La Izquierda Diario Mexico. Protestas en la maquila Johnson Controls de Ciudad Juárez, Mexico , jul. 2016. Disponível em: <<http://www.laizquierdadiario.com/Protestas-en-la-maquila-John+son-Controls-de-Ciudad-Juarez>> Acesso em: 17/08/2016

PRESSE, France. Paraguai deve aproveitar conjuntura econômica do Brasil e da Argentina, afirma Michael Porter. *Economia*, set. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/09/paraguai-deve-aproveitar-conjuntura-economica-do-brasil-e-da-argentina-afirma-michael-porter.html> Acesso em: 12/09/2016

ATUAÇÃO DA OTAN EM CONFLITOS NO SÉCULO XXI: ANÁLISE DA CRISE DA UCRÂNIA EM 2014 NA COBERTURA *WEB* DA teleSUR

Ana Laura Coelho da Silva Heck¹
Domingos de Almeida²
Julie Lemos Bohorquez³
Karen Johanna Bombón Pozo⁴

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma repercutiu na mídia a atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no movimento de anexação da província da Criméia (Ucrânia) pela Rússia em 2014. Considerando esse, um acontecimento marcante nas Relações Internacionais, uma vez que se tem novamente, depois de mais de 20 anos, os protagonistas da Guerra Fria (EUA e Rússia) na linha de frente e em lados opostos de um conflito. A atuação da OTAN é fundamentada a partir da perspectiva e reflexões da teoria Realista e teoria do Poder das Relações Internacionais. Assim, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, levantamento e análise documental e Análise do Discurso (AD), que será aplicada à cobertura *web* da emissora teleSUR, afim de entender a repercussão da interferência da OTAN no conflito.

Palavras-chave: OTAN; Relações Internacionais; Criméia; teleSUR.

Introdução

A atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é fundamentada a partir da perspectiva e reflexões da teoria Realista e teoria do Poder das Relações Internacionais. Com o objetivo de problematizar como a atuação dessa aliança militar, que surgiu quatro anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, passou de conter o avanço da União Soviética a ter uma atuação agressiva e hostil no século XXI. Assim, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, levantamento e análise documental e Análise do Discurso (AD), que será aplicada à cobertura *web* da emissora teleSUR, afim de entender a repercussão da interferência da OTAN no conflito da Ucrânia.

O presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma repercutiu na mídia a atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no movimento de anexação da província da

¹Assistente Social pela Uniamérica. Acadêmica especial do Programa de Pós-Graduação Integração Contemporânea na América Latina (ICAL) e cursando Especialização de Relações Internacionais Contemporâneas, ambas na Universidade na Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). E-mail: laura.heck@hotmail.com

²Jornalista e Mestrando do Programa de Pós-Graduação ICAL na UNILA. Estudante da Especialização de Relações Internacionais Contemporâneas na mesma Universidade. E-mail: domingos.jzufma@gmail.com

³Cineasta e acadêmica especial do ICAL na UNILA. Estudante da Especialização de Relações Internacionais Contemporâneas na mesma universidade. E-mail: julieandrea6@hotmail.com

⁴Internacionalista e Mestranda do Programa de Pós-Graduação ICAL na UNILA. Estudante da Especialização de Relações Internacionais Contemporâneas na mesma Universidade. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Política Externa Latino-americana (NUPELA). E-mail: karen2_bp@hotmail.com.

Crimeia (Ucrânia) pela Rússia em 2014. Considerando esse, um acontecimento marcante nas Relações Internacionais, uma vez que se tem novamente, depois de mais de 20 anos, os protagonistas da Guerra Fria (EUA e Rússia) na linha de frente e em lados opostos de um conflito.

A TeleSur, é uma cadeia de televisão multiestatal latino-americana, de vocação social orientado a liderar e promover os processos de união dos povos do Sul, tem a sede central em Caracas-Venezuela. Este meio de comunicação sai ao ar pela primeira vez desde o Teatro Teresa Carreño de Caracas-Venezuela no ano 2005. Para concretização do objetivo, o artigo está dividido em três partes, na primeira realizamos uma breve historiografia sobre o surgimento e os objetivos da OTAN, até chegar na atuação dessa na crise da Ucrânia em 2014.

Na segunda parte, apresentamos a discussão teórica entre a abordagem realista e a teoria do poder das Relações Internacionais, com o fim de problematizar a atuação da OTAN no Sistema Internacional, a partir da crise ucraniana. E por fim, na última parte, se realiza um análises documental e de discurso da TeleSur, com a finalidade de observar como este meio planteia a atuação da OTAN na crise vivida na Ucrânia.

A OTAN e a crise da Ucrânia

Para abordar a atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), na crise da Ucrânia, mais especificamente no movimento de anexação da província da Crimeia (Ucrânia) pela Rússia em 2014, apresentamos o contexto histórico no qual a organização foi instituída no cenário das Relações Internacionais. Dessa forma, contextualizamos a gênese da OTAN no contexto mundial, perpassando por seu surgimento e características, bem como, descreveremos o seu novo perfil no período Pós-Guerra Fria, devido à reformulação de seus objetivos e Conceito Estratégico.

A complexidade do contexto político internacional durante o século XX, especificamente, no pós-Segunda Guerra, com a bipolaridade mundial que originou a Guerra Fria, fez surgir a OTAN em 1949, quando o Estados Unidos visa estabelecer uma aliança em busca da paz entre o bloco de oposição a sua ideologia política, social e econômica, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Dessa maneira, a instituição surge para estabelecer a segurança europeia, isto é, resposta formulada pelos norte-americanos a ameaça representada pelo fortalecimento e expansão do bloco socialista no continente europeu (KISSINGER, 2015).

De acordo com Rodrigues e Pegado (2015), a criação da OTAN retrata “a face militar do Plano Marshall, política econômica adotada pelos Estados Unidos, que teve como objetivo reconstruir a Europa por meio do auxílio norte-americano”. Todavia, a proposta dos Estados Unidos em estabelecer uma

importante aliança militar entre os países do bloco capitalista, além de promover a paz, visava dissuadir o poder da União Soviética por meio da implementação do Tratado do Atlântico Norte.

Inicialmente, doze países aderiram à aliança proposta por meio do tratado do militar, sendo eles: Estados Unidos, Canadá, França, Itália, Portugal, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Islândia, Luxemburgo, Noruega e Reino Unido. Sendo o artigo 5º do referido tratado, fundamental para atender o objetivo firmado com essa aliança, ao estabelecer entre as partes o ataque armado mútuo enquanto assistência aos países membros em caso de ataque por parte da URSS.

A aliança militar estabelecida entre os países membros da OTAN tinha propósitos ademais à promoção da paz, da liberdade e da segurança internacional conforme manifesta na Carta da ONU, como dissuadir a expansão do bloco soviético, barrar o renascimento do militarismo na Europa e promover a integração política europeia (NATO, 2016).

Em resposta às investidas estadunidenses no continente europeu por meio desse acordo militar, os países soviéticos formularam o Pacto de Varsóvia em maio de 1955 (COSTA, 2006). Esse pacto representava uma aliança militar contrária à estabelecida no Tratado do Atlântico Norte, e unia os países do Leste Europeu e a Rússia, estabelecendo uma hegemonia militar de ajuda mútua em caso de ataque armado de outras nações, instituindo assim, laços de dependência econômica e militar entre os países membros do pacto.

Diante desse contexto, o período de Guerra Fria foi marcado pela proliferação de armas nucleares e a busca por demonstração de poder entre as duas superpotências. Para Buzan e Hanzen (2012), a Crise dos Mísseis de Cuba em 1962 foi um dos eventos de manifestação da oposição ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética, uma vez que, representou-se como instrumento de dissuasão nuclear e forte ameaça a sobrevivência humana em função das armas nucleares caso **incidisse uma** guerra. Somente mais tarde, amplia-se os debates sobre a demanda pelo desarmamento nuclear no âmbito da segurança internacional.

A década de 1990 foi marcada pela extinção do Pacto de Varsóvia, decorrente da queda do bloco socialista, queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria. De acordo com Pereira e Alencar (2004), o ano de 1991 foi marcado por mudanças no continente europeu, a iniciar com declaração de independência da Ucrânia, seguida pela desintegração das Repúblicas percussoras da União Soviética – Rússia, Bielorrússia e Ucrânia – para instituírem a Comunidade dos Estados Independentes (CCEI).

No período pós-Guerra Fria, com o fim da possível ameaça soviética, coube à OTAN buscar novas demandas e desafios a fim de se fortalecer e continuar a intervir no âmbito das relações internacionais. Desse modo, fortalecida e com a zona de influência ampliada para os países do leste europeu, a organização reformula seus objetivos em relação a sua atuação no cenário mundial.

Diante disso, Costa (2006), enfatiza que o novo Conceito Estratégico da OTAN aprovado em 1999 pelos Estados membros reafirma os objetivos gerais de defesa comum e da visibilidade a novos desafios postos no contexto internacional, por meio da ampliação do conceito de segurança, vinculando a questões de violação de direitos, conflitos étnicos, instabilidade política e econômica, entre outros. A partir do novo perfil atribuído a instituição e a abertura ao diálogo com países não-membros, a OTAN passou a ser reconhecida enquanto organização fundamental para a garantia da paz e promoção da segurança na região dos países membros.

Cabe ressaltar que, com o fim do pacto de Varsóvia, em 1997 a Rússia assinou um acordo de cooperação com a OTAN, de modo que, posteriormente aos eventos de 2001 nos Estados Unidos, a Rússia passou a participar das reuniões através da OTAN-Rússia, onde o país tem poder de decisão nas ações direcionadas ao combate com o objetivo de entender e combater o terrorismo no mundo (CEDIN, 2016).

No tocante a crise da Ucrânia e ao movimento de anexação da Criméia pela Rússia em 2014, Costa (2015), revela que a integração da província à Federação Russa deu-se no auge de uma crise política na Ucrânia, marcada por conflitos internos e manifestações violentas por parte da população local que era contra a firmação de acordos entre o governo ucraniano e a Rússia.

Em novembro de 2013, o presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovich, eleito em 2010, e forte aliado do Cremlin, se recusou a assinar um acordo financeiro de US\$ 15 bilhões com a União Europeia, dando preferência a um acordo semelhante com a Rússia que incluía, também, redução no preço do gás importado pelo país. Por isso, Yanukovich passou a enfrentar forte resistência e hostilidade da oposição no parlamento, simpática ao ocidente, e uma onda de protestos da população que culminaram em violentas manifestações que tomaram as ruas e praças de Kiev. Após semanas de confrontos em que o governo mobilizou tropas e forças paramilitares para reprimir a multidão, finalmente o presidente acaba sendo destituído pelo parlamento em 23 de fevereiro de 2014.

Para Costa (2015), foi a partir desse Golpe de Estado que Moscou estimulou seus aliados na Ucrânia, especialmente os do sul e do leste do país onde vivem por volta de sete milhões de russo-falantes, para que contestassem ao novo governo interino. Sob a justificativa de proteger os “cidadãos russos” da Ucrânia, o Parlamento russo aprovou lei específica autorizando o governo a adotar medidas, incluindo eventual intervenção militar no país vizinho.

Essa escalada de conflitos deu início a um forte movimento separatista pró-Rússia, marcado por vários episódios. O primeiro deles é a derrubada do prefeito de Sebastopol, na Criméia, seguido da tomada da capital da província, Simferopol, posteriormente o parlamento crimeio anunciou sua independência de Kiev, convocando um referendo que decidiu pela anexação da Região à Federação Russa, consolidada no dia 18 de março de 2014.

A Ucrânia, ao longo da história, esteve no centro desse jogo de influências EUA/Rússia e isso teve impactos direto na política interna do país, pressionando seus governos especialmente nas questões internacionais e polarizando-o fortemente na ação dos partidos, do parlamento e nas preferências eleitorais da população.

A OTAN no Sistema Internacional

De acordo com as reflexões apresentadas por Buzan e Hanzen (2012), pode-se dizer que com a finalidade de cercar a União Soviética e evitar, principalmente, sua expansão, os Estados Unidos formula uma estratégia com o objetivo de fortalecer sua hegemonia dentro do Sistema Internacional. E, para isso, necessitou, em primeiro lugar, aumentar seus aliados, por meio da assinatura de criação da OTAN. No entanto, dentro da responsabilidade assumida pelo EUA de defender a Europa Ocidental, existiam grandes interesses do mesmo, como, por exemplo, a legitimação de sua intervenção na Iugoslávia e na Líbia, convertendo-os em territórios instáveis para poder alcançar e ocupar a esfera de influência.

Assim como menciona Sarfati (2005) e Sanchez (2003), as alianças, como é o caso da OTAN, tem sido raramente portadora de segurança, se existem preparações por parte de um grupo para participar na guerra, estes extraordinariamente não aportarão ao Sistema Internacional com uma atuação de segurança. A OTAN, considerada a aliança militar mais poderosa do planeta, é uma ferramenta utilizada pelo Estados Unidos para dividir e manter subordinada a Europa. Dessa maneira, Washington, após o acontecimento de 11 de setembro de 2001, realizou programas de combate ao terrorismo, conhecidos como um “grande plano” para a execução de uma agenda geoestratégica no Sistema Internacional, onde por detrás está a OTAN, como organismo legitimadora de tais ações.

No processo de gestão do poder como meio de controle e domínio, observa-se a redução da soberania do Estado nacional em razão da obediência, subserviência ou respeito ao país que executa o fluxo majoritário na relação de poder. Poder é uma forma de mitigação da liberdade da soberania estatal. Há, portanto, uma forma de violação consentida pelo ator internacional que sofre, diretamente, o fluxo de poder, de influência e de pressões (CASTRO, 2012: 171).

De acordo com Castro (2012), a intervenção dos Estados Unidos no Iraque depois de março de 2003, expôs o exercício militar como autodefesa antecipada e como uma guerra preventiva como forma de aumentar o controle e o domínio dos ativos disponíveis no território, como, por exemplo, o petróleo, o que se pode traduzir a uma forma de manipular a intervenção, como meio de obter o domínio e o controle através da Aliança Atlântica.

Segundo Sanchez (2000), o Estados Unidos, avançaram na projeção do poder nacional através do processo de expansão da OTAN, onde, por um lado, conseguiram uma aproximação militar da Rússia

com a incorporação de novos países da Europa Oriental na aliança, enquanto que por outro lado, se encarregaram de formalizar a extraterritorialidade das funções da OTAN, com o fim de passar de uma aliança defensiva para uma “*gendarme mundial*”. A expansão da organização se pode ver como um programa estatal destinado a incentivar o complexo militar-industrial do Estados Unidos.

Por outro lado, a teoria Realista, tem premissas comuns em grande parte das perspectivas de seus expoentes. “Essas premissas são a centralidade do *Estado*, que tem por objetivo central sua *sobrevivência*, a função do *poder* para garantir essa sobrevivência, seja de maneira independente [...] seja por meio de alianças, e a resultante *anarquia* internacional” (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p. 23).

O Estado, para os realistas é o ator central das relações internacionais, segundo os Nogueira e Messari (2005), esse tem duas funções estabelecidas, manter a paz dentro das suas fronteiras, “a estabilidade doméstica”, e a segurança dos seus cidadãos em relação a agressões externas. No Sistema Internacional o Estado é considerado como um ator unitário e racional, porém, “age de maneira uniforme, homogênea e em defesa do *interesse nacional*” (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p. 25) e sua complexidade não é levada em consideração. A racionalidade se expressa na medida em que o Estado defende o interesse nacional no âmbito internacional, então, tudo o que faz no âmbito internacional é por interesses próprio. Assim, atua de forma egoísta porque tem medo das reações dos demais Estados.

Continuando nessa perspectiva, se apresenta um conceito que é chave para os Realistas, a Anarquia que se entende como a

Ausência de uma autoridade suprema, legítima e indiscutível que possa ditar as regras, interpretá-las, implementá-las e castigar quem não as obedece. Em oposição ao que ocorre no plano doméstico, os realistas consideram que não existe nas relações internacionais um único soberano que tenha o monopólio do uso legítimo da força (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p. 26).

Porém, o Sistema Internacional está composto por uma diversidade de atores simultâneos que lutam por sua sobrevivência permanentemente e tem desconfiança entre si, além disso, os autores nos apresenta que há anarquia, mas também existe cooperação nas Relações Internacionais, propondo a perspectiva de Jervis que diz:

O jogo do *stag hunt* é o seguinte: dois caçadores saem para caçar. Têm duas opções: cooperarem juntos e caçar um veado, um grande animal que pode render muito, ou não cooperarem juntos e cada um caçar um coelho, um animal menor. Cooperar tem um custo e pode ser difícil, mas o ganho pode ser muito maior (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p. 27)

Conforme essa proposição, podemos fazer uma associação ao contexto internacional envolvendo a OTAN e a Rússia. Temos vários países (caçadores) cooperando entre si, na sustentação da Organização, cujo objetivo foi conter a União Soviética e agora é a Rússia (veado), já que ela “foi delimitada pela

preocupação estadunidense com o futuro da Europa. Por muito tempo, o objetivo da entidade foi o de ‘manter os russos fora, os alemães no chão, e os americanos dentro’ (ALVES DE SOUZA PAES, 2007, p. 2).

Para a teoria Realista, o poder jamais estará distribuído de maneira equitativa, sempre existirá um Estado mais forte submetendo os mais fracos aos seus caprichos, porém, a diplomacia será quem procurará estabelecer o equilíbrio de poder, isso significa que, nenhuma potência sozinha terá a capacidade de dominar o Sistema Internacional completamente.

Análise das notícias

O levantamento de dados desta pesquisa compreende 31 matérias sobre a atuação da OTAN na crise ucraniana, veiculadas pelo site da emissora de TV latino-americana, teleSUR, durante o ano de 2014, período estabelecido para a coleta de dados da investigação. Desse quantitativo de matérias, do gênero notícia, utilizamos 09 para efetuar a análise do discurso, que foram veiculadas no primeiro semestre do ano supracitado. Considerando que esse período corresponde ao pré, durante e pós o movimento de anexação da Crimeia à Rússia.

Quadro 01 – Lista das matérias da página *web* da TV teleSUR, veiculadas em 2014, que compõem o *corpus* do estudo

Ordem	ata	Veículo	Título
01	2/03/2014	http://www.telesurtv.net/	OTAN: <i>Ucrania debe "respetar los derechos de todas las poblaciones"</i>
02	2/03/2014	http://www.telesurtv.net/	OTAN <i>llama a enviar observadores internacionales a Ucrania</i>
03	3/03/2014	http://www.telesurtv.net/	OTAN <i>convocó a reunión de emergencia por situación en Ucrania</i>
04	2/03/2014	http://www.telesurtv.net/	Francia <i>enviará aviones de combate a bases de la OTAN cercanas a Crimea</i>
05	2/03/2014	http://www.telesurtv.net/	Rusia <i>no necesita el permiso de la OTAN para apoyar a Crimea</i>
06	1/04/2014	http://www.telesurtv.net/	OTAN <i>suspende prácticas civiles y militares conjuntas con Rusia</i>
07	2/04/2014	http://www.telesurtv.net/	<i>Los instintos de la Guerra Fría se despiertan en la OTAN</i>
08	6/04/2014	http://www.telesurtv.net/	OTAN <i>desplegará recursos por tierra, mar y aire por crisis en Ucrania</i>
09	09/05/2014	http://www.telesurtv.net/	Rusia <i>alerta ante movimiento de tropas ucranianas y de la OTAN</i>

Adota-se como metodologia a Análise do Discurso (AD) de vertente francesa, com o intuito de identificar a “temática” que mais se fez presente no noticiário *web* da emissora de TV teleSUR, no primeiro semestre de 2014, no que diz respeito a crise da Ucrânia, com ênfase a anexação da Crimeia à Rússia. Sendo a temática mais recorrente: **Poderio Russo**. Para tanto, realiza-se análise e interpretação dos

discursos presentes no conteúdo do material veiculado, extraindo os apontamentos da rede de comunicação que sustentam essa temática.

Para iniciar esta análise, faz-se necessário entender, conforme elucidada a Teoria Construcionista, que a notícia é um produto “fabricado”, a partir da convergência de um conjunto de forças - ação pessoal, ação social e ação cultural – que determinam o que e como algo será noticiado. Fatores históricos e os meios físicos e tecnológicos (como e onde será veiculada a notícia) também incidem sobre a produção. E isso explica o porquê das notícias que temos e por que elas são como são (SOUSA, 2002).

Poderio Russo

Com o fim da União Soviética muito se discutiu sobre a postura que a Rússia, principal país do bloco socialista, iria tomar na ordem internacional. Enfraquecida político e militarmente, parecia que a única saída seria se alinhar aos vencedores da Guerra Fria. Entretanto, isso não aconteceu e o país jamais adotou uma postura subserviente em relação aos demais polos de poder. E continuamente vem desafiando o sistema internacional colocando em cheque a postura segregacionista adotada pelos países ocidentais.

A crise da Ucrânia e os seus desdobramentos trouxe ao cenário internacional, uma Rússia destemida que, mesmo com as sanções, ameaças, inclusive com mobilização militar em seu contra, não a inibiu de tomar as medidas que entendesse necessárias. Uma dessas medidas foi a anexação do território independente da Ucrânia, Crimeia, atitude desaprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e duramente criticada pela OTAN, braço militar do EUA na Europa.

Conforme é destacado na cobertura da teleSUR, o Secretário-Geral da OTAN, o norueguês Anders Fogh Rasmussen, acusa a Rússia de ameaçar a paz e a segurança da Europa, ao realizar atividades militares em território ucraniano e fornecer ajuda à população da Crimeia. E a própria teleSUR questiona a moralidade da OTAN em acusar o Cremlin de ingerência na Ucrânia, destacando que essa é uma “*organizaci3n que en los 3ltimos a3os ha tenido intervenciones armadas y ha causado miles de muertos en pa3ses como Libia*” (M – 01), lembrando o episódio líbio, em que o ditador Muammar al-Gaddafi foi deposto e assassinado com apoio dessa organização militar.

Outro destaque que a teleSUR traz é o de que a OTAN se dispõe a dialogar com a Rússia, no sentido de solucionar o conflito da Ucrânia de forma pacífica. Discursivamente, a emissora mostra que há certo respeito do organismo militar para com o País euroasiático, reconhecendo o poder do qual dispõe e que não pode ser enfrentado militarmente, como no caso da Líbia ou do Irã. Para a TV, a Rússia recebe um tratamento diferenciado.

[Rasmussen] exhortó el domingo al Gobierno de Moscú (capital rusa) y Ucrania a que busquen una "solución pacífica" a la crisis a través del diálogo. "Hacemos hincapié en la importancia de un proceso político incluyente en Ucrania sobre la base de los valores democráticos, el respeto de los derechos humanos, las minorías y el Estado de Derecho". Subrayó además que la Alianza Atlántica busca dialogar con Rusia a través de su instrumento de cooperación, el Consejo Otan-Rusia (M – 2).

A cobertura da TV ressalta que Vladimir Putin recebeu apoio de vários outros Chefes de Estado por sua decisão de autorizar o envio de contingentes militares para garantir os direitos humanos da população ucraniana, mas não elenca quem são esses apoiadores. Reforça também, que essa medida foi aplaudida pelo chanceler russo, Serguei Lavrov, “*quien repudió la posición de las potencias occidentales al querer parecer “salvadores”, cuando saben que causaron la crisis en Ucrania (M – 3).*

Nesse ponto, a teleSUR ecoa uma retórica que foi muito utilizada pelo ex-presidente ucraniano Víktor Yanukóvytch, que atribuiu à CIA a responsabilidade pelas mobilizações que levaram a sua deposição e, conseqüentemente, a toda a crise que desestabilizou a Ucrânia. Nesse sentido, constata-se que Lavrov faz uma acusação direta aos Estados Unidos e aproveita para criticar os países ocidentais, que militarmente se sustentam no poderio norte-americano, não só os responsabilizando pelo conflito, mas afirmando que são incapazes de solucioná-lo.

Para assegurar esse poder do qual a Rússia dispõe na conjuntura geopolítica mundial, a teleSUR se vale dos discursos dos agentes do Estado russo, que reforçam o protagonismo do país diante do conflito e legitimam o discurso da emissora que credita ao país a condição de superpotência, com poder de enfrentar as pressões internacionais. Essa proposição fica evidente quando a TV destaca a respostas da Rússia às investidas da OTAN e da União Europeia, no que concerne a sua atuação em prol da Crimeia.

El representante permanente de Rusia ante la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), Alexándér Grushkó, afirmó que Rusia no necesita el permiso de la OTAN o de la Unión Europea para actuar de conformidad con el derecho internacional. El diplomático ruso explica que el referéndum en Crimea fue absolutamente legítimo. "Creo que la alianza, que se considera una agrupación de Estados democráticos, debe reconocer este hecho y respetar la elección democrática del pueblo de Crimea" (M – 5).

Nesse trecho, a teleSUR realça a postura da Rússia que, para justificar suas ações no movimento de anexação da Crimeia, lança mão das mesmas premissas discursivas utilizadas pelas instituições que a acusa de desrespeitar a soberania ucraniana e os princípios democráticos. Ao afirmar que o desejo dos crimeios de fazerem parte da federação Russa, expresso em referendo, está em “*conformidad con el derecho internacional*” e que um grupo de Estados democráticos, a OTAN e a União Europeia, devem reconhecer e respeitar a decisão democrática do povo da Crimeia, os russos buscam deslegitimar os argumentos contrários.

A forma que a cobertura da teleSUR encontrou para sustentar o poderio russo diante do ocidente ganha mais significância quando evidencia que o presidente Vladimir Putin assinou a lei de anexação da Crimeia. Afrontando e desconsiderando todos os argumentos e ameaças vindos do ocidente, contrários a essa ação. A OTAN, por exemplo, suspendeu a cooperação militar e civil que tinha com a Rússia e, conforme apresenta a emissora de TV, teve sua ação ignorada: *“por su parte, el viceprimer ministro ruso Dimitri Rogozin se burló de la decisión. “La última vez (en 2008) congelaron las relaciones durante tres meses y en diciembre ya se habían descongelado”, dijo en un mensaje en Twitter”* (M – 7).

Há, por parte da emissora, uma preocupação em assegurar a legitimidade desse processo de anexação, ao frisar os trâmites legais pelos quais passou.

El presidente ruso, Vladímir Putin, firmó el viernes la ley sobre la reunificación de la República de Crimea y de la ciudad de Sebastopol con la Federación de Rusia. El documento fue aprobado siguiendo los dictados de los resultados del referéndum popular celebrado en la península el pasado 16 de marzo, en el que más del 96 por ciento de la población apoyó su salida de Ucrania a favor de la incorporación a Rusia (M – 5).

Com essas informações, alegando que se trata de um processo democrático em que a vontade popular prevaleceu, a teleSUR legitima a anexação da Crimeia à Rússia, e tira desse país qualquer responsabilidade por uma possível agressão à soberania territorial ucraniana. E à OTAN, restou apenas o papel de repensar sua forma de atuação, para defender “melhor” seus aliados. *“Nuestros planes de defensa serán revisados y fortalecidos”, dijo el secretario general de la organización, quien agregó que la principal tarea de la OTAN consiste en “defender a nuestros aliados”, sin aclarar de qué necesitan ser defendidos* (M – 8).

Aqui, nota-se que a teleSUR retira a Rússia da posição de ameaça ao ocidente, ao completar que a OTAN não esclarece de quem os países aliados da organização precisam ser defendidos, nesse momento de revisão e fortalecimento dos planos de defesa da aliança militar. Embora diante desse contexto político em que esse país é apontado como algoz, não resta dúvidas de que ele é a ameaça.

Considerações Finais

A partir da análise feita sobre atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) diante da crise ucraniana, chegamos a conclusão de que o interesse desse organismo em pôr fim, de fato, ao conflito era secundário, estava mais empenhado em defender os interesses dos países que a compõe. A organização atuou para intimidar e limitar as ações da Rússia, e impedir que essa anexasse a Crimeia, cumprindo muito bem com a função para a qual foi criada durante a Guerra Fria, onde tinha como finalidade específica, impedir a expansão da União Soviética.

A OTAN é uma organização sobrevivente desse período da história, e permaneceu ao longo das muitas mudanças políticas e transformações no panorama internacional, se adaptando aos novos contextos políticos e estratégicos, mas que talvez nunca havia calculado que em pleno século XXI seria confrontada por uma Rússia reformulada e disposta a enfrentar em pé de igualdade seus opositores. O que se tem, em termos, é uma reprise de 1962 com a crise dos mísseis em Cuba, mas claro, tomadas as devidas proporções e circunstâncias.

Atualmente, por se comprometer com muitas causas, a OTAN tem muitas controvérsias entre o que diz os seus objetivos e o que de fato ela faz. E foi exatamente esse um dos precedentes utilizado pela Rússia para confrontar o discurso “conciliador” e “democrático” da entidade, uma das que mais provocou instabilidade política no mundo nos últimos tempos. Portanto, finalizamos destacando que, na Guerra Fria o bloco capitalista saiu vencedor, mas nesse caso específico, foi a Rússia quem saiu bem-sucedida.

REFERÊNCIAS

ALVES DE SOUZA PAES, Diego. Ucrânia e Geórgia se aproximam da OTAN. **Conjuntura Internacional**, Minas, março 2007.

BARBÉ, Esther. **Relaciones Internacionales**. Madrid: TECNOS, 1995.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

COSTA, Wanderley Messias da. O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial. In: *Confins* [Revista Eletrônica]. 2015.

CEDIN, Centro de Direito Internacional. Esclarecendo: Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Disponível em: <<http://www.cedin.com.br/esclarecendo-organizacao-do-tratado-do-atlantico-norte-otan/>>. Acesso em: 15 de Julho de 2016.

COSTA, Rogério Santos da. Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): histórico, características, objetivos, funcionamento e influência na segurança coletiva. In: **Relações Internacionais no Mundo Atual**. Curitiba, 2006.

KISSINGER, Henry A. **Ordem mundial** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

NATO, North Atlantic Treaty Organization. O Tratado do Atlântico Norte. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm>. Acesso em: 15 de Julho de 2016.

_____, North Atlantic Treaty Organization. Uma breve história da NATO. Disponível em: <<http://www.nato.int/history/nato-history.html>>. Acesso em: 15 de Julho de 2016.

- ORLANDI, E. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. São Paulo: Pontes Editores, 2010.
- PEREIRA, Roberta D.; ALENCAR, Dimas M. A criação da Otan e sua permanência no período pós-Guerra Fria. **In: Fronteira**. Belo Horizonte, 2004.
- RODRIGUES, Clara G. D.; PEGADO, Natália E. da Cunha. A mudança do papel da OTAN no Pós-Guerra Fria: um estudo sobre a força internacional de assistência para segurança (ISAF). **In: XX Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)**. Rio Grande do Norte, 2015.
- SÁNCHEZ, Antonio. **Geopolítica de la expansión de la OTAN**. Madrid: Editorial Plaza y Valdés, 2003.
- SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. Ed. Saraiva, São Paulo: 2005.
- SOUSA, J. P. **Por que as notícias são como são?** Construindo uma teoria da notícia. Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação da Universidade do Porto, Porto, 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>. Acesso em: 22 de jan. de 2015.
- TELESUR. **OTAN: Ucrania debe "respetar los derechos de todas las poblaciones"**. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/news/OTANUcraniadebererespetarlosderechosdetodaslaspoblaciones201403020039.html?cache=1468900151466>. Acessado em 05 de jul 2016.
- TELESUR. **OTAN llama a enviar observadores internacionales a Ucrania**. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/news/OTANllamaaenviarobservadoresinternacionalesaUcrania201403020008.html> Acessado em 05 de jul 2016.
- TELESUR. **OTAN convocó a reunión de emergencia por situación en Ucrania**. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/news/OTANconvocoareuniondeemergenciaporsituacionenUcrania201403030017.html> Acessado em 05 de jul 2016.
- TELESUR. **Francia enviará aviones de combate a bases de la OTAN cercanas a Crimea**. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/news/FranciaenviaraavionesdecombateabasesdelaOTANcercanasaCrimea201403220012.html> Acessado em 05 de jul 2016.
- TELESUR. **Rusia no necesita el permiso de la OTAN para apoyar a Crimea**. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/news/RusianonecesitaelpermisodelaOTANparaapoyaraCrimea201403220044.html> Acessado em 05 de jul 2016.
- TELESUR. **OTAN suspende prácticas civiles y militares conjuntas con Rusia**. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/news/OTANsuspendepracticascivilesymilitaresconjuntasconRusia201404010032.html>. Acessado em 05 de jul 2016.
- TELESUR. **Los instintos de la Guerra Fría se despiertan en la OTAN**. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/news/LosinstintosdelaGuerraFriadespiertanenlaOTAN201404020046.html>. Acessado em 05 de jul 2016.
- TELESUR. **OTAN desplegará recursos por tierra, mar y aire por crisis en Ucrania**. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/news/OTANdesplegararecursosportierramaryairepor>



crisisenUcrania201404160041.html. Acessado em 05 de jul 2016.

TELESUR. **Rusia alerta ante movimiento de tropas ucranianas y de la OTAN.** Disponível em:
<http://www.telesurtv.net/news/RusiaalertaantemovimientodetropasucranianasyladelaOTAN201405090052.html>. Acessado em 05 de jul 2016.

COOPERACIÓN INTERNACIONAL EN BANCOS DE LECHE HUMANA ENTRE BRASIL Y EL SALVADOR

Hugo Alfredo Jiménez¹

RESUMEN

Este trabajo aborda el programa de los Bancos de Leche Humana como una política pública de salud implementada por el gobierno de El Salvador en cooperación con el gobierno de Brasil. Tiene como objetivos describir como se dio el proceso de implementación y consolidación de los bancos de leche y proponer explicaciones que ayuden a comprender el contexto de implementación de éstos bancos; para ello se llevó a cabo una revisión bibliográfica, la cual fue complementada por el análisis de documentos oficiales que tratan sobre el tema. Es una pesquisa cualitativa, con fuentes primarias y secundarias.

Palabras-clave: Cooperación Internacional; Bancos de Leche Humana; Brasil; El Salvador.

INTRODUCCIÓN

La cooperación internacional es entendida como el conjunto de acciones realizadas entre dos o más Estados u organismos de estos, Organizaciones No Gubernamentales (ONG) o actores sub-nacionales, para alcanzar objetivos comunes en el plano nacional o internacional. Desde su surgimiento, en la década de 1940, diversos países se han incorporado de forma gradual a la práctica de esta actividad, pues la consideran como un medio con alto grado de capacidad y eficacia para contribuir con las iniciativas de desarrollo del país que la recibe (HOURCADE y SOCAS, 2009).

A mediados de la década de 1990, la Organización de las Naciones Unidas (ONU) reconoció la destacada importancia que un conjunto de países en vías de desarrollo venía adquiriendo, no solo en términos de cooperación, sino también en términos de desarrollo económico y social, con la implementación de diversos programas y políticas de gran impacto para el bienestar de la sociedad. En ese sentido, la ONU instó a ese conjunto de países para que, junto a los países que ya se encontraban dentro de esta práctica, compartieran las experiencias exitosas alcanzadas en las diversas áreas (PUENTE, 2010).

Dentro de esos países estaba Brasil, que a partir de entonces comenzó a tener una participación más activa en las acciones de cooperación internacional realizada entre países. Uno de los programas que en ese contexto estaba teniendo un éxito sin precedentes era el programa de los Bancos de Leche Humana (BLH), una política pública implementada por el gobierno de Brasil en 1943, dirigida a la protección,

¹ Maestrando por el Programa de Pos Graduación en Políticas Públicas y Desarrollo de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA). E-mail: jimenez.hugo2016@gmail.com Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/1660288600899023>

promoción y apoyo a la lactancia materna y a la disminución de la mortalidad infantil. Así, entre 1998 y 2000 comenzaron a ser realizados importantes fóruns de discusión, tanto a nivel local como a nivel internacional con el objetivo de contribuir al mejoramiento e internacionalización de esa política pública de origen brasileña a través de la cooperación internacional (MAIA *et al.*, 2006).

Específicamente, el marco de referencia para el inicio de las acciones de cooperación internacional en BLH lo constituye el I Fórum Latinoamericano de Bancos de Leche Humana, en el cual se firmó la Carta de Brasilia con el objetivo de fortalecer las iniciativas en lactancia materna y bancos de leche en la región latinoamericana (FREITAS, 2014). A partir de entonces la transferencia de conocimiento y tecnología (Cooperación Técnica) brasileña para la implementación de BLH en diferentes países de América Latina y el Caribe comenzó a ganar destaque.

En ese contexto, este trabajo que aborda el programa de los BLH como una política pública de salud implementada por el gobierno de El Salvador en cooperación con el gobierno de Brasil, tiene por objetivo describir como se dio el proceso de implementación y consolidación de los bancos de leche y proponer explicaciones que ayuden a comprender el contexto de implementación de éstos bancos.

La importancia de esta investigación radica, por una parte, en la contribución académica y literaria que la misma representa en los estudios sobre el tema, ya que se ha constatado la falta de información diversificada disponible sobre los BLH en El Salvador; por otra parte, este trabajo también es de importancia, pues hace parte de una investigación mayor que se está realizando sobre el tema de investigación de disertación en el Programa de Pos Graduación en Políticas Públicas y Desarrollo de la UNILA.

Metodológicamente, esta es una pesquisa exploratoria de orden cualitativo, la cual, de acuerdo con Gil (2010), tiene por objetivo proporcionar al investigador una mayor familiaridad con el problema que está abordando para que este pueda tornarlo más explícito y así facilite la construcción de hipótesis de trabajo. Por la naturaleza de la investigación, las técnicas de pesquisa utilizadas fueron la pesquisa bibliográfica, el estudio de caso y pesquisa documental.

Así, se realizó un levantamiento bibliográfico sobre trabajos realizados referente al tema, exclusivamente en medios electrónicos; el estudio de caso fue empleado al estudiar los BLH en El Salvador; para la pesquisa documental se revisaron y analizaron documentos oficiales (actas, informes y proyectos) obtenidos durante la pesquisa de campo realizada en el Ministerio de Relaciones Exteriores de El Salvador (MRES) como parte de la elaboración del Trabajo de Conclusión de curso, en el año 2015. De esa forma, las fuentes de investigación son primarias y secundarias.

Finalmente, para dar cuenta del objetivo propuesto, el texto fue estructurado en tres partes principales, más la introducción. En la primera parte se realiza una breve revisión bibliográfica sobre los BLH, describiendo a grandes rasgos la génesis y evolución de los bancos de leche en Brasil, así como

también se presentan los principales fóruns nacionales e internacionales que contribuyeron para la expansión e internacionalización de esta política pública de origen brasileño, a través de acciones de cooperación internacional.

En la segunda parte se realiza la revisión y análisis de los documentos oficiales obtenidos en el MRES, que contribuyeron para la descripción del proceso que se siguió para la implementación y la consolidación de los BLH en El Salvador, destacándose las principales fases y actividades que se realizaron a lo largo del proceso.

Por último, en la tercera parte, se presenta una explicación política y una explicación social que ayudan a comprender el contexto en el cual se llevó a cabo la implantación de estos BLH como una política pública de salud en El Salvador. La explicación política hace referencia a la alternancia política en el gobierno salvadoreño en 2009, mediante la cual llegó por primera vez a la presidencia un mandatario de “izquierda”; la explicación social se refiere a la mortalidad infantil, cuyos índices aún eran considerados altos en el país, en los años de implementación de los bancos de leche.

LOS BANCOS DE LECHE HUMANA (BLH): UNA POLÍTICA PÚBLICA DE ORIGEN BRASILEÑA

Los bancos de leche, como una de las políticas públicas estratégicas en favor del amamantamiento materno y de combate a la mortalidad infantil, surgen en Brasil en octubre de 1943. El primer banco de leche fue instalado en el Instituto Nacional de Puericultura, actualmente Instituto Fernandes Figueira de la Fundación Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), teniendo como objetivo recolectar y distribuir leche humana para atender los casos considerados especiales, como prematuridad, perturbaciones nutricionales y alergias a proteínas heterólogas (ALMEIDA *et al.*, 2008, p. 12).

La principal justificativa para la implementación de ese BLH fue la gravedad del escenario epidemiológico de la época, en donde cerca del 85% de los óbitos por desnutrición entre lactantes no amamantados estaba asociado al uso de alimento artificial, o sea, sucedáneos. En ese sentido, la necesidad de recolectar la mayor cantidad de leche humana para ser destinado a atender esos casos especiales, era creciente. Ahora bien, es importante también destacar que la alimentación artificial de recién nacidos en Brasil no solamente estaba asociada a la carencia de leche humana en las madres, sino también, y sobre todo, al desmame *comercio-génico* impuesto por el *marketing* de las leches modificadas con aparente respaldo científico (MAIA *et al.*, 2006; ALMEIDA, 1999).

Esa fase de ligero declive de la práctica de lactancia materna, en consecuencia del desmame *comercio-génico*, aunado a la difusión de los preceptos de la puericultura y de los mayores recursos e influencia de los pediatras y puericultores, trajo como consecuencia que los BLH en Brasil, entre 1943 y 1985,

tuvieran una expansión relativamente lenta, lo cual se ejemplifica con la inauguración de únicamente cinco bancos en todo el país en ese periodo. Fue solo a partir de 1985 que los bancos de leche experimentaron una ligera expansión implementando 103 unidades entre 1985 y 1998. Así, de acuerdo con la información presentada en el I Congreso Brasileño de Bancos de Leche Humana (1998), a la época Brasil ya contaba con 104 unidades en funcionamiento en todo el país (ALMEIDA, 1999, p. 91).

De acuerdo con Maia *et al.* (2006, p. 287) cuatro acontecimientos contribuyeron para esta expansión, estos son: la implementación del Programa Nacional de Incentivo a la Lactancia Materna (PNIAM), la formalización del Grupo Técnico de Bancos de Leche Humana, la elaboración del primer documento oficial de recomendaciones técnicas que sirvió de base para la elaboración de la primera Legislación Federal que permitió la articulación de las acciones de los BLH con el aparato de Estado y la creación del Centro de Referencia Nacional en Bancos de Leche Humana. En ese contexto, la expansión también responde a la necesidad de atribuir un nuevo carácter a los bancos de leche, que permitiera una mayor efectividad en su funcionamiento, pasando de la mera recolección y distribución de la leche a la promoción, protección y apoyo a la lactancia materna.

A partir de entonces, importantes fóruns de discusión sobre la implementación, estructuración y funcionamiento de los BLH fueron realizados, tanto de carácter nacional como de carácter internacional, con objetivo de contribuir, mejorar y diseminar ese programa. Dentro de estos, especial destaque merece el I Congreso Brasileño de Bancos de Leche Humana (1998), en el cual FIOCRUZ pasó a coordinar la elaboración e implementación de la Red Brasileña de Bancos de Leche Humana (REDEBLH). El objetivo de esta red era el de “formular, ejecutar y acordar una política estatal en la esfera de acción de los BLH en todo el territorio brasileño, con la articulación del Ministerio de Salud de Brasil y la FIOCRUZ” (CÁNEPA, 2011, p. 9).

Del mismo modo, especial destaque merece el II Congreso Brasileño de Bancos de Leche Humana y el I Congreso Internacional de Bancos de Leche Humana, realizados en la ciudad de Natal (Brasil), en el año 2000. La importancia de este fórum radica en que a partir de entonces se da inicio a la trayectoria y expansión internacional de los BLH. Finalmente, un tercer fórum de discusión sobre BLH que también merece ser destacado es el IV Congreso Brasileño de Bancos de Leche Humano y el II Congreso Internacional de Bancos de Leche Humana, los cuales, al mismo tiempo, fueron sede del I Fórum Latinoamericano de Bancos de Leche Humana (FREITAS, 2014, p. 14).

En esta oportunidad, los países asistentes firmaron la Carta de Brasilia, un acuerdo multilateral, que constituyó un protocolo internacional, mediante el cual se buscaba el fortalecimiento a las iniciativas de lactancia materna y de los bancos de leche en la región latinoamericana y caribeña, tal es el caso que en esta oportunidad se dio inicio al proceso de discusión para la creación de la Red Latinoamericana de Bancos de Leche Humano, teniendo como base el modelo brasileño. Fue así que, por su carácter, este I

Fórum Latinoamericano es considerado como el marco histórico de las acciones de cooperación internacional en BLH (MAIA *et al.*, 2006; FREITAS, 2014).

Como resultado de estas acciones, los BLH, como una de las políticas públicas más importante en favor de la lactancia materna, fueron ganando espacio y relevancia en las agendas y discusiones internacionales y multilaterales. Tal es el caso de la XVII Cúpula Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, realizada en Chile, en 2007, en la cual fue aprobado el Programa Cumbre de Red de Bancos de Leche Humana, como una propuesta auxiliar para el combate a la desnutrición infantil en América Latina y el Caribe. Esta iniciativa conllevó a que, en 2008, se instalara en la FIOCRUZ la Secretaría Ejecutiva de la Red Iberoamericana de Bancos de Leche Humana, con lo cual se implementó el Programa de Apoyo Técnico para la Implementación de la Red Iberoamericana de Bancos de Leche Humana - Red iberBLH (FIOCRUZ, 2016).

A partir de entonces, se establecen las directrices para la cooperación orientada al intercambio de conocimiento y de tecnología en el campo de la lactancia materna y BLH, enfatizando en la reducción de la mortalidad infantil. En este proceso de internacionalización de los BLH, sobre todo, a partir de la implementación del Programa de Apoyo Técnico para la implementación de la Red iberBLH, el papel desempeñado por la Agencia Brasileña de Cooperación (ABC) ha sido clave, pues su función ha sido la de coordinar la negociación e implementación de los bancos de leche en los países con los cuales Brasil ha cooperado en esta área. Destáquese dentro de estos a países de América Latina y el Caribe (El Salvador, Argentina y Cuba), Europa (España), África (Angola) y Asia (China) (FREITAS, 2014).

Ahora bien, debido a que este trabajo hace referencia a la cooperación internacional en BLH entre Brasil y El Salvador, no se hará énfasis en los demás casos, sino que solamente se presentará la forma en que la política pública en bancos de leche fue implementada y consolidada, a través de acciones de cooperación, en el país centroamericano.

LA IMPLEMENTACIÓN DE LOS BANCOS DE LECHE HUMANA (BLH) EN EL SALVADOR

Las primeras negociaciones encaminadas a la implementación del modelo brasileño de BLH en El Salvador tuvieron lugar durante la VIII Reunión de Comisión Mixta de Cooperación Técnica Brasil-El Salvador, realizada en San Salvador, en julio de 2010. Durante esta reunión la parte brasileña y la parte salvadoreña decidieron la elaboración del proyecto Apoyo Técnico para la Implementación de Bancos de Leche Humana en El Salvador, que contemplaba la instauración de un BLH de referencia en el país, a través de un proceso continuo de transferencia de tecnología y conocimiento, a través de la capacitación de profesionales para la gestión de los bancos (MRES, 2010).

Aunque el respectivo Ajuste Complementario fue firmado en esa ocasión, el proyecto que previa la implementación de un BLH en el país solo fue rubricado en 20 de agosto de 2010. De esta forma, quedaban asentadas las bases para iniciar el proceso de instalación del primer banco de leche en El Salvador, en cooperación con Brasil a través de la ABC, FIOCRUZ y el Ministerio de Salud de Brasil. Así, la primera iniciativa de cooperación encaminada a tal fin tuvo lugar en 2011, con la realización de la Primera Misión de Red de Bancos de Leche Humana en El Salvador (MRES, 2013).

Entre las actividades realizadas en esta misión se destacan: reuniones de los consultores de la Red IBERBLH que componían la misión con gestores de hospitales nacionales de maternidad, miembros del Ministerio de Salud de El Salvador (MINSAL) y el Centro de Apoyo a la Lactancia Materna (CALMA); presentación del modelo de los BLH a dirigentes y comités de lactancia materna en el Hospital Nacional de Maternidad Dr. Raúl Arguello Escolán; y, visitas a unidades hospitalarias donde se preveía instalar los bancos de leche (PROGRAMA IBERBLH, 2016).

Otra acción de cooperación realizada por Brasil en El Salvador, como una etapa más del proyecto Apoyo Técnico para la Implementación de Bancos de Leche Humana en El Salvador, fue el Curso de Procesamiento y Control de Calidad para BLH, en el mes de octubre de 2012, el cual fue patrocinado por la ABC y realizado por técnicos de la REDEBLH. Además, se realizó la capacitación de tres equipos profesionales, cada uno perteneciente a los hospitales nacionales de maternidad en los cuales se implementaron los BLH (PROGRAMA IBERBLH, 2012).

A la parte salvadoreña le correspondió, principalmente, adecuar la infraestructura física necesaria para el funcionamiento de los bancos de leche en los hospitales indicados por el MINSAL, para actuar como centros de referencia nacional; comprar e instalar los equipos necesarios para el funcionamiento de los BLH en El Salvador; y, seleccionar el equipo básico de técnicos que fueron capacitados en actividades relacionadas a los bancos (MRES, 2013). Realizadas todas las etapas y actividades contempladas en el proyecto, quedaría todo listo para la implementación del primer banco de leche en el país.

Así, fueron inaugurados un total de tres BLH en El Salvador, dos en octubre y uno más en noviembre de 2012. El primero fue inaugurado el 22 de octubre, en el Hospital Nacional Especializado de Maternidad Dr. Raúl Arguello Escolán, en la ciudad de San Salvador; el segundo el 24 de octubre, en el Hospital Nacional de Maternidad San Juan de Dios, en Santa Ana; y, el tercero, inaugurado el 23 de noviembre, en el Hospital San Juan de Dios, en San Miguel (MRES, 2013). De acuerdo con el Fondo Solidario para la Salud (FOSALUD), el objetivo con el que fueron inaugurados estos bancos es el de proporcionar leche humana pasteurizada a recién nacidos prematuros, con bajo peso al nacer (menor a 1500 gramos), con problemas cardiacos o que han necesitado reanimación al nacer, de las madres que carezcan de este alimento (FOSALUD, 2015).

Pero la Cooperación Técnica Internacional en BLH entre Brasil y El Salvador no finalizaría con la implementación de las primeras tres unidades en 2012, sino más bien, esa sería una más de las acciones previstas en el proyecto para la implementación de los bancos, que fue firmado en agosto de 2010. En ese sentido, en 2013 se dio paso a la siguiente fase, que fue la realización de una misión liderada por el Coordinador de la REDEBLH y de la Red iberBLH, el Dr. João Aprígio Guerra de Almeida. Esta misión tuvo como objetivo implantar el Sistema de Información para Bancos de Leche Humana, a través del Curso de Gestión e Información en Bancos de Leche Humana, con el que se capacitó a los tres equipos profesionales de los BLH (PROGRAMA IBERBLH, 2013).

Ahora bien, habiéndose realizado todas las fases necesarias para la implementación de los BLH contempladas en el proyecto, ambas partes (Brasil: ABC/FIOCRUZ y El Salvador: MRES/MINSAL) acordaron continuar realizando cooperación, esta vez con el objetivo de consolidar una red de bancos de leche en El Salvador. Fue así como, el 23 de septiembre de 2014, se firmó el proyecto Apoyo Técnico para la Consolidación de la Red de Bancos de Leche Humana en el país, que contempla los términos para el inicio de la segunda etapa de la Cooperación Técnica en BLH. Con la consolidación de la red, lo que se busca es atender la demanda de leche humana procesada y fortalecer las acciones de promoción, protección y apoyo a la lactancia materna (PROGRAMA IBERBLH, 2014).

Entre las principales actividades que se acordó realizar como parte del proyecto están: capacitación de técnicos salvadoreños para realizar actividades de monitoreo y evaluación de los bancos de leche, capacitación de técnicos salvadoreños para que actúen como tutores para nuevos cursos de procesamiento y control de calidad de leche materna, realización de campañas de estímulo a la donación de leche materna y divulgación de acciones realizadas por los BLH y capacitación de equipo de técnicos para elaborar la planificación estratégica y evaluación del trabajo en red. Todas las actividades fueron realizadas entre septiembre de 2014 y septiembre de 2015 (MRES, 2014).

Pero en la práctica, respecto a los objetivos de creación de los BLH ¿cuáles han sido los resultados concretos obtenidos? De acuerdo con un Boletín de Prensa emitido por el MINSAL, el 29 de octubre de 2015, sobre la implementación de los bancos de leche y los resultados obtenidos, en sus tres años de funcionamiento los BLH habían registrado a poco más de 18,692 mujeres como donantes de leche; recolectado 5,330 litros de leche materna; beneficiado a 1,316 recién nacidos; y, contaba con 31 centros recolectores de leche humana en todo el país (MINSAL, 2015).

A pesar de su poco tiempo de funcionamiento, los bancos de leche en El Salvador han alcanzado resultados de gran importancia, no solo en el apoyo, protección y promoción de la lactancia materna, sino también en los esfuerzos por disminuir los índices de mortalidad infantil en el país. Sin embargo, debe destacarse también la necesidad de continuar uniendo esfuerzos, a través de iniciativas públicas,

privadas y mixtas (público-privadas) para continuar fortaleciendo la Red Salvadoreña de Bancos de Leche Humana, posibilitando así que los resultados alcanzados sean cada vez mayores.

COMPRENDIENDO EL CONTEXTO DE IMPLEMENTACIÓN DE LOS BANCOS DE LECHE EN EL SALVADOR: ASPECTOS POLÍTICOS Y SOCIALES

Los BLH, como visto en los apartados precedentes, tienen su origen en Brasil en la década de 1940, sin embargo, las iniciativas para su implementación en El Salvador sólo comenzaron a ganar espacio en las discusiones y negociaciones de las Reuniones de Comisión Mixta a partir del año 2010. Las explicaciones para ese hecho pueden variar, dependiendo del punto de visto del cual sea analizado, así, a este se le puede atribuir explicaciones políticas, económicas, sociales, culturales, entre otros. En este apartado, las explicaciones que ayudan a comprender el contexto de implementación de los BLH en El Salvador se centran en los aspectos políticos y sociales.

La alternancia política en el gobierno de El Salvador en 2009.

El primer aspecto, el político, que ayuda a comprender el porqué de la implementación del programa de los BLH en El Salvador en el año 2012, está relacionado a la alternancia política ocurrida en el año 2009 en El Salvador. Esta alternancia, que desde el punto de vista de la historia política del país, es considerada como uno de los hechos más importantes, consistió en la llegada, por primera vez en la historia democrática de El Salvador, de un gobierno que se autodenomina de “ideología de izquierda”¹: el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN).

La llegada del gobierno del FMLN, con sus creencias, valores y principios de “izquierda”, significó en la práctica un cambio en la política del país, tal como planteado en su Programa de Gobierno (2009-2014) elaborado por la Secretaría Técnica de la Presidencia (STP). Su gobierno, como lo manifestara el presidente Mauricio Funes, estaría especialmente dedicado a los sectores populares y asentado sobre una base social. Así, entre las áreas prioritarias presentadas por el gobierno en el PQD se encuentra la referente a salud, dentro de la que se planteó una Reforma Nacional del Sistema de Salud, con el objetivo de mejorar los servicios y el acceso de estos para toda la población en general (STP, 2010).

De esta forma, como un instrumento base para la realización de la reforma, el gobierno implementó la Política Nacional de Salud 2009-2014 denominada “Construyendo la Esperanza”.

¹ Las comillas en la frase “de izquierda” son colocadas haciendo referencia a que es una auto denominación del partido político. En ese sentido, al menos en este trabajo, no se realizará una discusión sobre los términos ideología e izquierda.

Posteriormente, en ese mismo año, el gobierno implementó la reforma en el sistema de salud, como parte de ello también creó la Ley de Promoción, Protección y Apoyo a la Lactancia Materna y el Plan Nacional de Reducción de Mortalidad Perinatal y Neonatal. Dentro de este escenario, el tema de la salud materno-infantil y las iniciativas para el combate a la mortalidad en menores de 5 años pasaron a tener destacada importancia (MINSAL, 2013).

En ese sentido, la relevancia que se le dio al tema de la salud, en general, y la importancia de la salud materno-infantil² y del combate a la mortalidad infantil, en particular, a partir del 2009 como producto de la alternancia política en el gobierno y la llegada de un presidente de “izquierda”, ayudan a comprender el contexto de implementación de los BLH en El Salvador. Pues se considera que fue lo anterior lo que llevó al gobierno del FMLN a gestionar cooperación con Brasil en bancos de leche, ya que a nivel internacional esa política pública de origen brasileño era, y a aún es, reconocida por la Organización Mundial de la Salud (OMS) como una importante estrategia para la reducción de la mortalidad materno-infantil³.

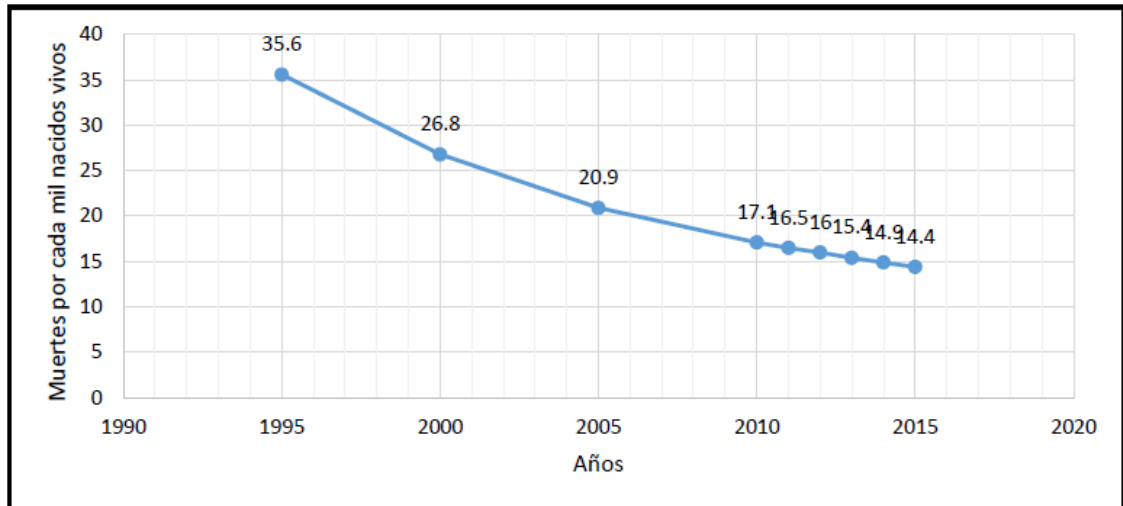
La mortalidad infantil en El Salvador.

El segundo aspecto, el social, que ayuda a comprender el porqué de la implementación de los BLH en El Salvador en 2012, no está desligado del primero, pues con el cambio político el tema de la salud ganó destaque en la agenda gubernamental y, en consecuencia, a la cuestión de la mortalidad infantil también se le otorgó relevancia. Destáquese que en el año de surgimiento de los BLH el índice de mortalidad en menores de 5 años en El Salvador aún continuaba presentando cifras considerablemente elevadas, tal como se muestra a continuación en la figura 1.

² El amamantamiento materno no solo trae beneficios para el lactante, sino también para la madre, la familia y la sociedad. En ese sentido, los BLH no solo puede considerarse como una política pública de beneficio para el lactante beneficiario del programa, sino también de la madre, la familia y la sociedad. Para mayor información al respecto ver “Análisis de las ventajas económicas de la Lactancia Materna para El Salvador”.

³ En 2001, la OMS y la Organización Panamericana de la Salud (OPAS), otorgaron a la REDEBLH el Premio Sasakawa de Salud en reconocimiento por su contribución para la reducción de la mortalidad infantil y promoción de la lactancia materna (CÁNEPA, 2011).

Figura 1.



Mortalidad infantil en El Salvador (1995-2015).

Fuente: elaboración del autor con base en los datos de la CEPALSTAT (2016).

La figura anterior muestra la evolución del índice de mortalidad infantil en El Salvador entre 1995 y 2015, en ella se puede observar una disminución significativa durante el periodo que comprende la figura, pasando de 35.6 muertes por cada mil nacidos vivos para 14.4 respectivamente. Sin embargo también puede observarse que en los últimos cinco años esa disminución ha tendido a una leve desaceleración si se compara con el periodo 1995-2000, manteniendo aún el país índices relativamente altos. Por ejemplo, solo en 2012, año en el que se inauguró el primer BLH en el país, el índice de mortalidad infantil era de 16 muertes por cada mil nacidos vivos.

Teniendo en cuenta lo anterior, se comprende que la implementación de los bancos de leche en El Salvador, responde a los esfuerzos del gobierno salvadoreño para contribuir a la disminución de la mortalidad en menores de cinco años. Así, otro de los aspectos que explica la implementación de los BLH en El Salvador en 2012 dice respecto al alto índice de mortalidad infantil aún existente en el país en ese periodo y a la necesidad de disminuirlos. Desde una perspectiva más general, la implementación de esta política pública también debe ser entendida como parte del compromiso adquirido por el gobierno de contribuir con el alcance de los Objetivos de Desarrollo de Milenio impulsados por la ONU, específicamente del número cuatro, con el que se busca disminuir la mortalidad infantil (ONU, 2015).

CONSIDERACIONES FINALES

Este trabajo abordó el programa de los Bancos de Leche humana en El Salvador, realizando una descripción del proceso de implementación y consolidación de estos bancos, así como también se

propuso explicaciones para comprender el contexto en el cual fueron discutidos, negociados e implementados los BLH. Primeramente se presentó de forma breve la génesis y evolución de ésta política pública en Brasil, donde surgió esta iniciativa, para luego mostrar como a través de acciones de cooperación fue implementada en El Salvador. Finalmente se presentó una explicación política (alternancia política en el gobierno salvadoreño en 2009) y una explicación social (índice de mortalidad infantil en El Salvador) que ayudan a comprender la implementación de este programa.

La primera consideración que se debe realizar sobre el trabajo realizado es referente a la disponibilidad de información, sobre todo, en lo que se refiere a El Salvador, pues se pudo constatar la falta de trabajos científicos y académicos que abordan el tema de los BLH. Así, la información que se utilizó en esta oportunidad se encontró, por una parte, en boletines informativos, de prensa y noticias; por otra, en documentos oficiales (proyectos, informes y actas) que se obtuvieron con la realización de la investigación de campo en la realización del Trabajo de Conclusión de Curso. En ese sentido, se considera necesario continuar realizando trabajos que traten sobre el tema, con el objetivo de contribuir en la generación de bibliografía sobre los BLH.

La segunda consideración que es importante realizar es sobre el programa de los BLH. Así, se considera que esta política pública destinada a proteger, promover y apoyar la lactancia materna y a disminuir los índices de mortalidad infantil en el país, constituye una de las estrategias más importantes implementadas por el gobierno de El Salvador para alcanzar esas finalidades. A pesar de su poco tiempo de funcionamiento se considera que los resultados alcanzados son de gran significancia, tanto los resultados directos, con los más de 1,300 recién nacidos beneficiados, como en los resultados indirectos, mediante los beneficios experimentados por la familia de éstos recién nacidos, por la comunidad y la sociedad en general.

Finalmente, una última consideración a ser realizada es sobre el contexto en el que fueron implementados los BLH en El Salvador. Al respecto, se considera que el cambio de gobierno experimentado en El Salvador en 2009, mediante el cual llegó por primera vez a la presidencia un mandatario de “ideología de izquierda” con un perfil y compromiso más social que los gobiernos anteriores, fue un factor clave para que los bancos de leche fueran implementados en el país. Ello se considera clave porque a partir de entonces temas como salud y mejor acceso a los servicios de salud pasaron a recibir mayor atención e importancia de parte del gobierno; en consecuencia, las cuestiones referentes a la salud materno-infantil y a la disminución de la mortalidad infantil también pasaron a recibir mayor atención.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, João A.; MAIA, Paulo R.; NOVAK, Franz R. DE ALENCAR, Sonia M.; MATTAR, Maria J. **Historicos dos Bancos de Leite Humano** In: BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitaria (ANVISA). **Bancos de Leite Humano: funcionamento, prevenção e controle de riscos**. Brasília: ANVISA, 2008. Disponible en: <<http://www.redeblh.fiocruz.br/media/blhanv2008.pdf>> A cceso en: 01 feb. 2016.
- ALMEIDA, João A. **Amamentação: um híbrido natureza-cultura**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1999. Disponible en: <<http://static.scielo.org/scielobooks/rdm32/pdf/almeida-9788575412503.pdf>> Acceso en: 01 feb. 2016.
- CÁNEPA, Mariela A. **Apoyo a la Red Iberoamericana de Bancos de Leche Humana (BLH). Grupo de Tareas para la Cooperación Sur-Sur**, Naciones Unidas, Nueva York, 2011. Disponible en: <<http://www.southsouthcases.info/pdf/lac10.pdf>> Acceso en: 20 jun. 2016.
- CEPALSTAT. Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas de Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Estadísticas e Indicadores, 2016. Disponible en: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e> Acceso en 10 jul. 2016.
- FOSALUD. Fondo Solidario para la Salud. FOSALUD apoya funcionamiento de Bancos de Leche Humana. 2015. Disponible en: <http://www.fosalud.gob.sv/index.php?option=com_content&view=article&id=1333:fosalud-apoya-funcionamiento-de-banco-de-leche-humana&catid=56:noticiasciudadano&Itemid=76> Acceso en: 03 feb. 2016.
- FREITAS, Eneida Z. de. **Rede de Bancos de Leite Humano: uma trajetória de origem brasileira**. 41 p. Artigo (especialização em relações internacionais) Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Diposnible en: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7895/1/2014_EneidaZanquettadeFreitas.pdf> Acceso en: 28 enero 2016.
- FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. Red Brasileña de Bancos de Leche Humana: cooperación internacional. 2016. Disponible en: <http://www.redeblh.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=redeblh_espanhol&sid=288> Acceso en: 10 jun. 2016.
- GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MAIA, Paulo R.; DE ALMEIDA, João A.; DA SILVA, Danielle A. Rede Nacional de Bancos de Leite Humano: gênese e evolução. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.** Vol. 6, n. 3, p. 285-292, 2006. Disponible en: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v6n3/31899.pdf>> Acceso en: 01 feb. 2016.
- MINSAL. Ministerio de Salud de El Salvador, Viceministerio de Políticas de Salud. **Lineamientos Técnicos para la Implementación de los Bancos de Leche Humana**. 2013. Disponible en: <http://asp.salud.gob.sv/regulacion/pdf/lineamientos/lineamientos_bancos_leche_humana.pdf> Acceso en: 03 feb. 2016.
- MRES. Ministerio de Relaciones exteriores de El Salvador. **Proyecto Apoyo Técnico para la Consolidación de la Red de Bancos de Leche Humana**. San Salvador, 23 de septiembre de 2014. Archivo Jurídico del Ministerio de Relaciones Exteriores de El Salvador.
- _____. **Cooperación Técnica Brasil-El Salvador en Bancos de Leche Humana**. San Salvador, 15 de mayo de 2013. Archivo Jurídico del Ministerio de Relaciones Exteriores de El Salvador.
- _____. **Proyecto Apoyo Técnico a la Implementación de Bancos de Leche Humana en El Salvador**. San Salvador, 20 de Agosto de 2010. Archivo Jurídico del Ministerio de Relaciones Exteriores de El Salvador.
- ONU. Organización de las Naciones Unidas. **Objetivos de Desarrollo del Milenio**, 2015. Disponible en: <<http://www.un.org/es/millenniumgoals/>> Acceso en: 11 jul. 2016.

PUENTE, Carlos Alfonso. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica entre países em desenvolvimento – CTPD no período 1995-2005.** Brasília: FUNAG, 2010. Disponible en:

<<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0715.pdf>> Acceso en: 18 nov. 2014.

PROGRAMA IBERBLH. Programa Iberoamericano de Bancos de Leche Humana. Apoyo Técnico para la Implementación de Bancos de Leche Humana en El Salvador. 2016. Disponible en:

<http://www.iberblh.org/index.php?option=com_content&view=article&id=288&Itemid=60>

Acceso en: 29 jul. 2016.

_____. **Boletín de la Red de Bancos de Leche Humana N 211**, 03 de octubre de 2014. Disponible en: <<http://www.iberblh.org/images/boletin/211esp.pdf>> Acceso en: 30 jul. 2016

_____. **Boletín de la Red de Bancos de Leche Humana N 151**, 03 de mayo de 2013. Disponible en: <http://www.iberblh.org/images/boletin/151_esp.pdf> Acceso en 29 jul. 2016.

_____. **Boletín de la Red de Bancos de Leche Humana N 137**, 23 de noviembre de 2012.

Disponible en: <http://www.iberblh.icict.fiocruz.br//images/boletin/137_esp.pdf> Acceso en: 29 jul. 2016.

SOCA, Nicolas; HOURCADE, Odile. La cooperación Internacional In: CHIANI, Ana M.; DEL RIO, Juan B. (Org.) La cooperación Internacional: herramientas claves para el desarrollo de nuestra región.

1ra edición, Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung, 2009. Disponible en:

<http://www.kas.de/wf/doc/12567-1442-1-30.pdf>>

STP. Secretaria Técnica de la Presidencia. **Programa de Gobierno 2009-2014: Cambio en El Salvador para vivir mejor.** 2010. Disponible en: <

<http://www.latinreporters.com/salvadorFMLNprogrammeGouvernement2009.pdf>> Acceso en sept. 2015.

TRÍPLICE FRONTEIRA: ENTRE CONFLITO E COOPERAÇÃO PELA ÁGUA¹

Luciane Ferreira²

Juliane Maria Flores Bernardo³

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de fazer uma breve reflexão sobre o avanço estadunidense na Tríplice Fronteira, entre o Brasil-Paraguai-Argentina, onde encontra-se uma das mais belas paisagens naturais do mundo, as Cataratas do Iguazu. Outra riqueza natural local também atrai vários interesses. No subsolo dessa região encontra-se a principal reserva natural de água potável da América Latina - o Aquífero Guarani. Sua maior ocorrência se dá em território brasileiro. O valor desse patrimônio natural é incalculável e desperta o interesse de muitos países, fazendo crer que no futuro podem ocorrer guerras pelo acesso a esse contingente de água potável, hoje reservado à tríplice fronteira. E tentar descobrir qual o real motivo para que as bases militares americanas estão se fazendo presente, principalmente nos países abrangidos pelo aquífero guarani, conceituando a área como um safe haven.

INTRODUÇÃO

A Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, internacionalmente conhecida como TBA – Tri-Border Area, abrange as cidades de Foz do Iguazu (Brasil), Ciudad Del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina) e juntas somam uma população de mais de 500 mil habitantes⁴. As cidades se localizam no ponto de encontro dos rios Paraná e Iguazu. O Rio Paraná separa Ciudad del Este de Foz do Iguazu, que são ligadas pela Ponte Internacional da Amizade. Já Foz do Iguazu e Puerto Iguazú são separadas pelo Rio Iguazu, mas conectadas pela Ponte Internacional Tancredo Neves (também denominada de Ponte da Fraternidade).

A oficialização da expressão Tríplice Fronteira (TF) por parte dos três governos ocorreu em 1998, com o “Plan de Seguridad para la Triplice Frontera”, que estabeleceu a criação de uma comissão para as ações específicas para a área” (RABOSI apud MONTENEGRO e BELIVEAU, 2006), principalmente aos temas concernentes ao terrorismo,

¹ Texto apresentado na I Semana Acadêmica de Relações Internacionais da UNILA, realizada entre os dias 03 e 05 de outubro de 2016, pelos cursos de Graduação em Relações Internacionais e Integração e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Relações Internacionais Contemporâneas.

² Pós-Graduada em Relações Internacionais Contemporâneas – Email: luciane.advogada@gmail.com

³ Pós-Graduada em Relações Internacionais Contemporâneas – Email: julianefloresjornalista@gmail.com

⁴ Número resultante do somatório dos dados fornecidos por Béliveau & Montenegro (2006). Foz do Iguazu tem o maior contingente populacional, somando 301.209 habitantes, segundo estimativa feita em 2005 pelo IGBE. Ciudad Del Este tem 170.000 habitantes de acordo com dados de 2004, provenientes da Di-rección General de Estadística. Por último, Puerto Iguazu teria 32.038 habitantes conforme o censo de 2001 do Instituto Nacional de Estadística y Censo (INDEC) da Argentina.

drogadição, contrabando e recursos naturais. Esta infraestrutura integra três cidades de meio porte, e contribui para a formação de um “sistema internacional urbano” (Ribeiro, 2006).

Tal região tem sido considerada um safe haven⁵, ou seja, uma área propensa a ser utilizada como base de apoio ao terrorismo internacional, especialmente para financiamento de grupos islâmicos radicais, por ser uma região é composta de várias etnias. Principalmente de árabes, chineses, japoneses, coreanos, entre outros, que caracteriza a região e torna a Tríplice Fronteira um caso bastante particular se comparada às outras fronteiras do Brasil (ver abaixo o mapa da Tríplice Fronteira).



Imagem 1: A confluência das fronteiras de Brasil, Argentina e Paraguai⁶

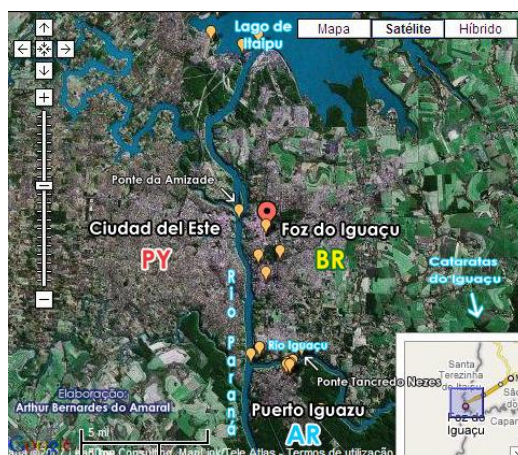


Imagem 2: Mapa da Tríplice Fronteira

⁵ SAFE HAVEN - No português, a tradução livre de safe haven seria abrigo, santuário ou porto seguro. Como a tradução para o português abre margem para uma amplitude de outros entendimentos e dubiedades, o utilizaremos neste artigo em sua grafia inglesa.

⁶ IMAGENS – Disponível em: Fonte: http://newsimg.bbc.co.uk/media/images/42352000/gif/42352019_paraguay_ciudad203.gif. Acessado em 20/06/2016

Essa localidade é uma das regiões ambientais mais belas, ricas e cobiçadas do planeta há diversas décadas. Prova disso é o número cada vez maior de turistas que visitam todos os anos as famosas Cataratas do Iguaçu – principal atrativo do Parque Nacional do Iguaçu, e a Usina de Itaipu, maior hidrelétrica do mundo em produção de energia.

Mas, o que essa área tem a ver com o Aquífero Guarani?

A Tríplice Fronteira é o coração desse importante manancial subterrâneo, cujo potencial e valor é incalculável. Na disputa pelo domínio de recursos estratégicos, quem tiver o controle sobre essa reserva hídrica será detentor e taxará o chamado “ouro branco” distribuindo-o, utilizando-o e determinando seu preço.

O SISTEMA AQUÍFERO GUARANI (SAG)

Na Tríplice Fronteira encontra-se uma das principais reserva natural de água potável da América Latina, e do mundo, o Aquífero Guarani foi o nome que, em 1996, o geólogo uruguaio Danilo Anton propôs para denominar um imenso aquífero que abrange partes dos territórios do Uruguai, Argentina, Paraguai e, principalmente, Brasil. Na ocasião, ele chegou a ser considerado o maior do mundo: hoje, é considerado o segundo maior, capaz de abastecer a população brasileira durante 2.500 anos. A maior reserva atualmente conhecida é o Aquífero Alter do Chão, com o dobro do volume do Aquífero Guarani. Estudos mais detalhados concluíram que o Aquífero Guarani é menor do que os pesquisadores calculavam e, sobretudo, com volume e qualidade da água inferiores aos estimados inicialmente. Além disso, é de constituição complexa e heterogêneo. Um dos mais importantes estudos feitos sobre ele, "A redescoberta do Aquífero Guarani", foi desenvolvido em 2006 pelo geólogo José Luiz Flores Machado, do Serviço Geológico do Brasil. Flores Machado afirmou, em seu estudo, que, a rigor, não se trata de um único aquífero, mas de um "sistema aquífero". Sendo assim, o correto seria chamá-lo de "Sistema Aquífero Guarani".

O objetivo era unificar a nomenclatura das formações geológicas que formam o aquífero, e que recebem nomes diferentes nos quatro países do Mercosul. E ao mesmo tempo prestar uma homenagem aos povos indígenas que habitavam a região. Uma das pesquisas de grande relevância é o mapa hidrogeológico da América do Sul que foi elaborado com patrocínio da UNESCO. Foi por meio desse mapa que o aquífero Guarani ficou claramente identificado (PES, 2005).

O Sistema do Aquífero Guarani (SAG) ocupa uma área de 1.195.700 quilômetros quadrados (superfície maior que os da Espanha, França e Portugal juntos), pelo que também, em um determinado momento, foi chamado de “Aquífero Gigante do Mercosul”. Transfronteiriço, o aquífero se desenvolve sob o território de quatro países sul-americanos, a maioria (71%) dessa área de 1,2 milhão de quilômetros

quadrados está em território brasileiro. O restante divide-se entre Argentina (19%), Paraguai (6%) e Uruguai (5%) (REYNOSO,2004).

Este lençol freático é o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo. Está localizado na região centro-leste da América do Sul, entre 12° e 35° de latitude sul e entre 47° e 65° de longitude oeste e ocupa uma área de 1,2 milhões de km², estendendo-se pelo Brasil (840.000 km²), Paraguai (58.500 km²), Uruguai (58.500 km²) e Argentina (255.000 km²)⁷. Conforme a Agência Nacional de Águas (ANA), as reservas de água desse sistema estão estimadas em, aproximadamente, 40 mil quilômetros cúbicos, com uma reposição anual de 160 quilômetros cúbicos. Esse volume pode satisfazer as demandas de água de 360 milhões de habitantes (estimando-se 300 litros diários por pessoa).

Para a Organização dos Estados Americanos (OEA)⁸ a importância dos aquíferos, na atualidade e no futuro, se deve ao fato que 4 bilhões de pessoas, a metade da população mundial, poderão enfrentar graves problemas de água em 2025. Uma das alternativas mais próximas nesse momento para a ameaça de escassez de água seria a exploração consciente e sustentável dos mananciais subterrâneos conhecidos, entre eles os aquíferos.

Conforme nos ensina (Freitas, 2001):

“As águas subterrâneas são atualmente a fonte de abastecimento preferida. Elas apresentam maior facilidade de exploração, baixo custo e boa qualidade. Situam-se nos aquíferos, que podem ser considerados como o solo, rocha ou sedimento permeável, capaz de armazenar água subterrânea.”

As águas subterrâneas constituem 8% do volume total de água doce disponível em todo o planeta, e estão armazenadas em aquíferos localizados em diferentes níveis de profundidade. Como forma de assegurar essa reserva, os signatários da “Carta de Foz do Iguaçu”⁹, sugerem que o manancial, indiscutivelmente uma das maiores riquezas naturais do Cone Sul.

Cone Sul (em espanhol: Cono Sur) é uma região composta pelas zonas austrais da América do Sul, ao sul do Trópico de Capricórnio, formando uma espécie de grande península que define o sul do subcontinente. Geograficamente, o Cone Sul da América é a porção sul do continente americano, cuja forma se assemelha a de um triângulo escaleno. Em sua classificação tradicional, a região é composta geopoliticamente por Argentina, Chile e Uruguai, e seu território ocupa uma área total de 3 712 454 km²,

⁷ AQUÍFERO GUARANI – UM MAR INESGOTÁVEL? – Disponível em: <http://outorga.com.br/pdf/Artigo%20269%20-%20Aqu%C3%ADfero%20Guaran%C3%AD.pdf> . Acessado em 02/07/2016

⁸ Organização dos Estados Americanos - Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. O recurso invisível - Aquíferos transfronteiriços: uma oportunidade de cooperação internacional. Disponível: <http://www.oas.org/usde>. Acesso em 20/06/ 2016.

⁹ “CARTA DE FOZ DO IGUAÇU” aprovada no Seminário Internacional “Aquífero Guarani, gestão e controle social”, em 15 de outubro de 2004

limitado a norte por Bolívia, Brasil, Paraguai e Peru; a leste pelo Oceano Atlântico; a sul pelo Estreito de Drake, o ponto do continente mais próximo da Antártida) e a oeste pelo Oceano Pacífico. O Paraguai é às vezes incluído, devido a área geográfica da região e aspectos históricos e políticos, mas sua exclusão surge quando se consideram as suas características econômicas e sociais que o distinguem dos outros países da região.

Em seu sentido mais amplo, em termos de semelhanças entre os países da área, incluiria Argentina, Chile, Uruguai e o sul do Brasil, composto pelos estados brasileiros do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A área total da área delimitada com a inclusão dessa região chegaria então a 4 290 283 km². Ocasionalmente, também inclui-se o estado brasileiro de São Paulo ao Cone Sul, devido a várias características em comum com os outros países da região, como proximidade, alta industrialização e urbanização e um grande PIB.) seja declarado bem público do povo de cada Estado soberano onde se localiza, e que seja protegido pelos governos e populações para que possam, estratégica e racionalmente, auferir os benefícios comuns, indispensáveis para a sobrevivência futura.

ACESSO, ESCASSEZ E DESPERDÍCIOS DA ÁGUA

A água é um direito inalienável de todos, ao mesmo tempo individual e coletivo. Por meio da água, tido como o bem do milênio se acumula à riqueza e a vida. O também chamado ouro branco é, dentre os recursos naturais, o que vem sendo tutelado pelo Direito brasileiro e internacional há mais tempo. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, determina, por sua vez, que “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”.

Nas lições de Paulo Affonso Leme Machado(2002):

“a água, como bem de uso comum do povo: não pode ser apropriada por uma só pessoa, física ou jurídica, com exclusão absoluta de outros usuários em potencial; o uso da água não pode significar a poluição ou a agressão desse bem; o uso da água não pode esgotar o próprio bem utilizado; e a concessão ou autorização (ou qualquer tipo de outorga) do uso da água deve ser motivada ou fundamentada pelo gestor público”.

Por outro lado, deve-se observar o acesso à água como um “direito humano fundamental, direito cultural, direito social inalienável, e como tal, deve ser objeto de políticas públicas¹⁰”, e que tais políticas garantam a água como um bem público e um direito natural à vida. O direito de acesso à água

¹⁰ “Carta de Foz do Iguaçu” aprovada no Seminário Internacional “Aqüífero Guarani, gestão e controle social”, em 15 de outubro de 2004

para atender às necessidades básicas do ser humano é um direito fundamental, diretamente ligado ao direito à vida. Negar ao ser humano o direito à água é o mesmo que condená-lo à morte.

O meio ambiente, em especial o tema água, vem sendo discutido antes da Guerra Fria, na década de 70, quando foi realizada a primeira Conferência Mundial da ONU sobre o desenvolvimento e Meio ambiente em Estocolmo (ECO72). Nas últimas décadas o discurso sobre a água mudou, o bem abundante e sem valor, "insípido, inodoro e incolor", rapidamente tornou-se "ouro azul, escasso, dotado de valor econômico, objeto de cobiça, fator de guerras entre as nações". Esse discurso não é ingênuo, e exige um difícil discernimento para distinguir o que é realidade e o que são os interesses daqueles que o produzem.

Em primeiro é necessária a distinção entre água e recursos hídricos. Água é um bem da natureza que está no planeta há bilhões de anos. É o ambiente onde surgiu a vida e componente de cada ser vivo. Por isso, o supremo valor da água é o biológico. Recurso hídrico é a parcela da água usada pelos seres humanos para alguma atividade, principalmente econômica. Portanto, água é um conceito muito mais amplo que recurso hídrico, embora sejam indissociáveis. Hoje, a média mundial é que da água doce utilizada, 70% destinam-se para agricultura, 20% para indústria e 10% para o consumo humano. Esse uso intenso da água, principalmente na agricultura e na indústria, ocorre num ritmo mais acelerado que a reposição feita pelo ciclo natural das águas. O desperdício e escassez de água são dois lados da mesma moeda, indica o relatório da WWF¹¹. Um dos argumentos utilizados para justificar a escassez da água é que 97,6% das águas do planeta são salgadas e apenas 2,4% são água doce.

Algumas das cidades mais ricas do mundo, como Houston, no Texas, e Sidney, na Austrália, consomem mais água do que são capazes de repor. Nos Estados Unidos o uso diário de água per capita alcança os 350 litros, enquanto cada europeu consome 200 litros por dia, afirmou o relatório. Europa, Estados Unidos, Japão e Austrália compartilham dilemas como exaustão dos recursos hídricos, salinização das reservas, contaminação por insumos agrícolas e altos custos de manutenção da infraestrutura de captação e tratamento de água. Na África subsaariana, o consumo diário per capita é de no máximo 20 litros. Segundo o levantamento, regiões áridas da Europa, como a maior parte da Espanha e Portugal, devem sofrer severamente com a escassez de água em 2070.

Mais uma vez é necessário considerar os detalhes dentro do continente e dos países. Por exemplo, Lima no Peru nunca chove. Entretanto, as águas que descem dos Andes abastecem a capital peruana. Sua disponibilidade per capita de água hoje é de aproximadamente 1.790 m³ por ano. Entretanto, a projeção é que no ano de 2025 sua disponibilidade caia para 980 m³ por pessoa por ano. Deixaria de

¹¹ WWF: Disponível: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/08/060816_aguadesenvolvidospu.shtml, acessado em 19/06/2016

estar na faixa de suficiente para a situação de estresse. Contrário dos países como Brasil, Bolívia, Paraguai, Colômbia, Venezuela, Argentina e Chile situam-se no parâmetro de países ricos, isto é, tem entre 10.000 e 100.000.000 m³/pessoa/ano. Já a Guiana Francesa situa-se na faixa dos muito ricos, isto é, acima de 100.000 m³/pessoa/ano¹².

È necessário fazer uma explanação do uso da água no Paraguai. Os principais usuários da água do Paraguai são a população e a agricultura.

Los principales usuarios del agua en el Paraguay son la población, la ganadería, la agricultura con riego y la industria. Entre los usos no consuntivos se tienen las represas hidroeléctricas y la navegación que depende de los niveles del río. La extracción hídrica total nacional para el 2012 alcanzó los 2.413 km³, destacando el sector agrícola con una extracción estimada de 1.897 km³ (de los cuales 0.297 km³ corresponden a la ganadería), equivalente al 79 por ciento del total de las extracciones, la extracción municipal alcanzó los 0.362 km³, o el 15 por ciento del total, y la industria (en el departamento Central, ya que no se disponen datos del resto del país) alcanzó una extracción de 0.154 km³, o el 6 por ciento del total de las extracciones. Del total hídrico extraído, 1.969 km³ (82 por ciento) proviene de aguas superficiales, y 0.444 km³ (18 por ciento) de aguas subterráneas (Figura 3). El arroz se riega con agua superficial. Hay una prevalencia del suministro de agua potable por medio de agua subterránea, el 80 por ciento del abastecimiento de comunidades en el interior del país es con agua subterránea. Esto genera una fuerte presión sobre los acuíferos, con el consecuente peligro de contaminación que estos pozos representan, (en ocasiones construidos por el mismo Estado, sin cumplir los requerimientos técnicos y legales). El caso más crítico es el acuífero Patiño, ubicado en la zona del departamento central con la mayor densidad demográfica. El uso industrial proviene de agua subterránea en su gran mayoría¹³

O Aquífero Guarani é o mais explorado, dentre os três que existem no País. Sendo que seu uso e extração é feito de forma irregular em maioria das propriedades plantadoras de soja, arroz, cana de açúcar e hortaliças, que usam a água para a agricultura, sendo visível o risco para as gerações futuras.

Na Argentina, país que compõe a tríplice fronteira, o tema água enfrenta vários obstáculos, sendo que o problema da irrigação são : a salinidade e a má drenagem -1/3 da superfície total de irrigação é afetado. Outro problema do país é a contaminação diversos mananciais, pelo aumento de sedimentos sólidos nos rios, devido à erosão causada pelo desmatamento e mau uso da terra, pela presença de pesticidas e devido à falta de tratamento dos afluentes vindos de áreas urbanas e de desenvolvimento industrial.

Mesmo com todos os riscos e problemas vistos nos país da TF, essa é uuma região privilegiada no regime das chuvas. A intensa precipitação de águas meteóricas com intensa média de evaporação, produz um grande excedente hídrico.

Toda essa água, praticamente ainda inexplorada, é objeto de cobiça nacional e internacional. As grandes transnacionais da água já buscam colocar-se no espaço do aquífero e reservar seu quinhão em vista do futuro. Como o Brasil possui uma das maiores reservas mundiais de água subterrânea, a

¹² A QUESTÃO DA ÁGUA NA AMÉRICA LATINA– Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/artigo/quest-da-gua-na-am-rica-latina>, Acessado em 25/08/2016

¹³ PARAGUAI. Disponível em http://www.fao.org/nr/water/aquastat/countries_regions/pry/indexesp.stm. Acessad em 09/09/ 2016.

conclusão lógica que se chega é que, em dado momento crítico global, seríamos alvo preferencial em ações de expropriação através da força.

E, quem, atualmente, tem poder para ultrapassar qualquer fronteira e dominar militarmente ou não os bens pertencentes à outra nação soberana, a não serem os EUA? Oficialmente, a razão dada pelos Estados Unidos para a presença de seu exército na região é o treinamento de tropas paraguaias e exercícios conjuntos entre as tropas dos dois países, além de monitorar a população de etnia árabe que reside na região.

De qualquer forma, ambientalistas alegam que é a água e a Amazônia que leva os estadunidenses à área de fronteira, e eles temem uma vagarosa tomada do aquífero.

OS INTERESSES ECONÔMICOS:

Com o propósito de se apropriar dos recursos existentes na região e de neutralizar o movimento social - uma ameaça ao que se propõem, os EUA -, utilizam-se do pano de fundo do terrorismo para justificarem suas ações e a militarização. Após os atentados de 11 de setembro de 2001 contra os EUA, houve grande repercussão das ameaças terroristas. Devido à quantidade de imigrantes de origem árabe nessa região da tríplice fronteira.

O atual governo dos EUA estabeleceu sua política externa a partir da imagem do mundo como um campo de batalha. Sua estratégia diante dos povos ou países que considera como “inimigo” pode se expressar através do combate direto (utilizando desde campanhas de difamação até a intervenção militar) ou através do controle de recursos que garantam o bem estar ou a própria sobrevivência desses povos. Um dos principais objetivos desta política é o controle de bens estratégicos, que inclui recursos naturais, energéticos e biodiversidade, além da implementação de um modelo econômico que promove a privatização de serviços básicos, a exemplo do Haiti. Estes serviços são, na verdade, direitos fundamentais, como saúde, educação, previdência, etc.

Segundo o escritor Eduardo Galeano (2004), os Estados Unidos sempre encontram “causas nobres” para justificar a guerra. Com a máscara da guerra contra o terrorismo, os governos pertencentes à Tríplice Fronteira começaram a implementar controles nas zonas de fronteira, na maioria das vezes influenciados e financiados pelos EUA.

O objetivo último é manter, sem concorrência, o acesso, real ou possível, aos enormes recursos dos países fronteiriços. Para materializar esse controle - militar, ou não -, os norte-americanos estão dispostos a recorrer a todo tipo de artifícios e falácias. A Tríplice Fronteira é uma região estratégica para os Estados Unidos por ser uma chave de acesso aos enormes recursos naturais, que tem importantes riquezas ecológicas. Da mesma forma que, para controlar as reservas petrolíferas do Iraque, anunciaram

que o perigo seria as até hoje não identificadas armas de destruição em massa, na Tríplice Fronteira, coração do Aquífero Guarani, a desculpa seria a possível existência de células adormecidas de fundamentalistas islâmicos.

Os EUA usam como pretexto a numerosa população originária de países árabes - particularmente Síria e Líbano - que vive na região e atua principalmente no comércio. Além dos EUA terem a intenção já divulgada de instalar uma base militar na região ou em localidade próxima estratégica, que diz ser de forças internacionais, o Paraguai já permitiu que haja exercícios regulares de treinamento de tropas estrangeiras para combate ao narcotráfico e ao terrorismo. A expressão regulares poderia ser facilmente substituída por permanentes, pois o interesse econômico de países em desenvolvimento com a economia americana é inegável.

Organizações de direitos humanos alertam para a possibilidade de os Estados Unidos passarem a controlar a base de Mariscal Estigarribia, no ocidente do Paraguai. Esta base tem capacidade para abrigar até 16.000 soldados e possui uma pista de pouso de 3.800 metros, que comportaria aviões militares, garantindo acesso rápido aos territórios da Bolívia, Brasil e Argentina. Outro sócio do aquífero, o Uruguai, também vem buscando estabelecer um acordo bilateral com os EUA, o que a princípio contraria as regras do Mercosul, o que deixa os norte-americanos cada vez mais bem posicionados na região.

A ideia de Safe Haven do Terrorismo Global

Estudos recentes na área de segurança internacional, assim como documentos de órgãos governamentais estadunidenses, se debruçam sobre o estudo dos chamados safe havens. Nos estudos de relações internacionais, mais precisamente no campo de segurança internacional, o conceito de safe haven é comumente utilizado para explicar as áreas seguras para refugiados em conflitos armados (ROBERTS, 1998)¹⁴. Após os atentados de 2001, o termo passa a ser aplicado para o entendimento da questão do terrorismo. Ele é cunhado e visto em especial nos relatórios e documentos governamentais dos EUA que tratam do terrorismo, embora alguns acadêmicos e pesquisadores sobre o tema utilizem a ideia de safe haven implícita ou explicitamente em suas análises. Este conceito não tem uma tradução clara para o português. Seria algo como abrigo ou refúgio seguro. Sua tradução ao português nos daria a ideia de algo

¹⁴ —Nas guerras do período pós Guerra Fria, houve tentativas inovadoras para criação de áreas de proteção especial para vítimas e corpos humanitários que as assistiam. Tais áreas tem sido variavelmente chamadas de —corredores de tranquilidade, —corredores humanitários, —zonas neutras, —áreas protegidas, —áreas de segurança, —safe havens, —áreas humanitárias de segurança, —corredores de segurança e —zonas de segurança. O Conselho de Segurança das Nações Unidas tem sido ativo na promoção de tais zonas, e tem ele mesmo utilizado pelo menos cinco dos termos acima (ROBERTS, 1998). Para um estudo que exemplifique safe havens nos estudos de intervenção humanitária, ver McQUEEN (2006).

pontual, podendo significar um abrigo seguro para determinado indivíduo terrorista em um bairro, residência, cidade ou país ou mesmo para um grupo.

A ideia de a TF ser um safe haven por conta de ser uma área não governada – ou área sem lei – é vista também no estudo de Julio Cirino, Silvana Elizondo e Geoffrey Wawro (2004). Neste trabalho produzido no Naval War College dos EUA (Escola de Guerra Naval), os autores baseiam suas afirmativas evidenciando que com sua área urbana, —politicamente, a área da TF é caracterizada mais por lassidão e corrupção do que evidentes desafios à autoridade do Estado||. Logo, —[o] Paraguai é mais brando a este respeito, na verdade, tão brando que ele é efetivamente um estado cúmplice|| (CIRINO et. al., 2004, p. 24-25).

Existem discussões de que por trás do conceito de safe haven há um forte conteúdo ideológico por parte dos decision-makers e alguns analistas estadunidenses. A possibilidade do conceito de safe haven estar intimamente ligada a preconceitos e noções distorcidas sobre o Islã. Tal tese é trazida por Jackson (2007a), que se utilizando como base metodológica a análise de discurso, afirma que:

(...) uma narrativa que tem se tornado virtualmente onipresente nos textos sobre terrorismo contemporâneo sugerem que o Islã, particularmente as formas político militantes do Islã ou o que é freqüentemente chamado de —islamismo||, também funciona como um —santuário terrorista||. Nesta narrativa, doutrinas e práticas islâmicas provêm apoio para atividades terroristas. Grande parte dos textos, por exemplo, afirmam uma —inerente, uma conexão orgânica que tem existido entre o *Islã Político* e a violência|| devido ao fato que o —islã não separa os domínios da religião e da política||. Em particular, é considerado evidente que grupos —islâmico||, —wahabista|| e —salafista|| são ligados e diretamente envolvidos no apoio ou suporte ao terrorismo (JACKSON, 2007a, p.33)¹⁵

Em suma, nota-se que a TF é considerada pelo Departamento de Estado dos EUA e alguns analistas internacionais uma área que pode servir de base operacional e financiadora de grupos terroristas islâmicos.

ÁGUA: CONFLITO E COOPERAÇÃO

Infelizmente, os governantes dos países que compõem a TF, devido à grande quantidade de água superficial, nunca deram muita importância à água subterrânea. A população, muito menos, pois

¹⁵ JACKSON, Richard. Critical Reflections on Counter-Sanctuary Discourse. In: INNES, Michael (ed.). Denial of Sanctuary: Understanding Terrorist Safe Havens. Westport : Praeger, 2007a.

recebe uma água de excelente qualidade, tratada, a um preço irrisório, na maior parte do território nacional. (BORGHETTI, 2004).

Esse manancial de águas, SAG, desperta os mais variados interesses mundiais. Diversos países considerados desenvolvidos pesquisam, há décadas, as águas subterrâneas, pois, ou possuem uma limitação de tão precioso líquido ou conhecem sua importância para um panorama econômico futuro que muito depende de recursos hídricos, orquestrando-se de que forma é mais viável a concessão da água: a cooperação ou o conflito. Analisamos pelas estratégias usadas e diante da impossibilidade de impor projetos globais, como a ALCA, o imperialismo utiliza outros métodos, menos totalizadores, mas não menos eficientes, para avançar na imposição de seus interesses; os acordos bilaterais e multilaterais com os países da tríplice fronteira, que muitas vezes, impedem uma guerra ou mesmo a tomada por outros subterfúgios da água.

Como nos ensina Wagner da Costa Riberiro¹⁶ (2013):

Conflito é uma relação entre grupos e indivíduos, mediada pela visão diferente sobre o uso de um recurso natural. Portanto, ele não necessita avançar para uma guerra para ganhar visibilidade. O conflito se expressa por meio de declarações ríspidas de autoridades técnicas e políticas, por tensões entre chefes de Estado em reuniões multilaterais, por pressão de movimentos sociais que levam à revisão de projetos, por intenção de alterar contratos que estabelecem o pagamento pelo uso da água, dentre outras formas. Todas essas ações podem desencadear instabilidade regional, mas dificilmente levariam a uma guerra por água na América Latina, já que ela degradaria as fontes hídricas, que facilmente podem se contaminar em caso de conflito armado. A cooperação internacional é uma ação entre países em busca de interesses comuns. Essa convergência deve pautar-se pelo domínio técnico e político que sustente acordos políticos, técnicos e acadêmicos. Entretanto, ela não ocorre facilmente. A dificuldade para a cooperação resulta de várias causas, como o conflito Norte-Sul, que apesar da recente crise que alterou o cenário internacional ainda mantém apartados países ricos, pobres e emergentes, pelo interesse dos estados em manter sua soberania e pela falta de incentivos para a negociação entre estados.

Observando os últimos 50 anos, verifica-se cerca de 37 casos de violência declarada entre Estados devido à água, no mundo, e a maioria dos episódios envolveu disputas menores. Entretanto, foram negociados mais de 200 tratados da água. (PNUD, 2006).

Na maioria dos casos históricos, mesmo quando há guerras entre países, em relação à água geralmente é feito um acordo de cooperação. Ou seja, é mais provável a cooperação do que o conflito, tornando a possibilidade de guerras por água muito remota no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e dos interesses econômicos das elites, principalmente no eixo da tríplice fronteira.

¹⁶RIBEIRO. Wagner da Costa. Cooperação e conflito por águas transfronteiras na América Latina – Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2948:catid=28&Itemid=23. Acessado em 20/08/2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que se imagina, é improvável que o domínio norte-americano sobre o Sistema Aquífero Guarani se dê através de guerras, mas sim através da aquisição de terras, empresas e concessões por multinacionais.

A ideia de impactar a região da TF como um safe haven, ainda existe, e tratados e acordos estão sendo firmados com este objetivo. Assim a atual estratégia militar do governo estadunidense representa um grande desafio para organizações sociais em todo o mundo, especialmente da Tríplice Fronteira.

Nesse sentido, é importante fortalecer as redes de mobilização e solidariedade com prioridade o apoio aos movimentos sociais em cada país, que lutam por sua terra, sua cultura, seu trabalho e sua dignidade, no sentido de construir uma alternativa igualitária para a integração latino-americana e para a proteção e manutenção dos seus recursos naturais, especialmente a água.

Faz-se necessário, hoje mais que nunca, quebrar o olhar distante, sensibilizar e problematizar sobre o interesse econômico em nossos territórios, principalmente sobre as nossas riquezas ambientais e gerar consciência sobre a necessidade de responder a um plano estratégico do império com a criação de alternativas populares que resguardem nossos recursos.

Para acabar com o risco de exploração indevida, se faz necessária à existência obrigatória de mecanismos de gestão pública e controle social com a participação da sociedade civil. Para tanto, é fundamental a criação de um Comitê Gestor do Guarani, na TF, para fiscalizar e orientar as empresas e os governos na implantação de ações voltadas à utilização racional dos recursos hídricos e do Aquífero Guarani. Este comitê seria composto por representantes do governo, empresários e trabalhadores, e teria sob sua responsabilidade a organização do Plano de Utilização Racional dos Recursos Hídricos do Aquífero Guarani.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A. B. do. **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror: dinâmicas de constituição da ameaça terrorista no Cone Sul.** *Carta Internacional* (São Paulo), v. 2, p. 48-58, 2007.

_____. **A questão da Tríplice Fronteira no Tempo Presente.** Rio de Janeiro: Revista Eletrônica -Boletim do TEMPO, ano 2, n. 34, 2008. [ISSN 1981-3384]

BENVENISTI, Eyal. Collective Action in the Utilization of Shared Freshwater: The Challenges of International Water Resources Law. **American Journal of International Law.** vol 90, Issue 3, Julho 1996.



BORGHETTI, Maria Rita Boscardin; BORGHETTI, José Roberto; Rosa F^o, Ernani Francisco da Rosa. **Aqüífero Guarani: a verdadeira integração dos países do Mercosul**, Curitiba: EDITORA, 2004.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília:Senado, 1988, 168p.

_____. Agência Nacional das Águas (ANA). Sítio oficial. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/guarani>. Acesso em: 20/05/2016.

GALEANO, Eduardo. *Bocas del tiempo*. Buenos Aires: Catálogos, 2004

FREITAS, Vladimir Passos de, et al. **Águas – aspectos jurídicos e ambientais**. 2^o ed. Curitiba. Juruá. 2005. p.95

LEME MACHADO, Paulo Affonso. Recursos hídricos. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 25

MONTENEGRO, Silvia e BÉLIVEAU, Verônica Gimenez. **La Triple Frontera: Globalización y Construcción Social Del Espacio**. Buenos Aires: Minõ e Dávila Editores, 2006.

PAG (Projeto Sistema Aqüífero Guarani). **Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aqüífero Guarani** Disponível em: <<http://www.sg-guarani.org/index/site/index.php?language=pt>>. Acesso em: 27/05/2016

PNUD (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento). **Relatório do Desenvolvimento Humano – 2006. A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água**. Nova Iorque- USA: PNUD, 2006.

PES, João Hélio Ferreira, **O Mercosul e as águas: a harmonização, via Mercosul, das normas de proteção às águas transfronteiriças do Brasil e Argentina**. Santa Maria: UFSM, 2005.

POMPEU, Cid Tomanik. **Recursos hídricos na Constituição de 1988**. Revista de Direito Administrativo, n. 186, out/dez/1991.

_____. **Direito de águas no Brasil** - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. RABOSSI, F. Nas Ruas de Ciudad del Este: **Vidas e Vendas num Mercado de Fronteira**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Antropologia, Museu Nacional, 2004.

REYNOSO, Lisandro, 2004. **Apropiación del Acuífero Guarany**. Disponível: <http://www.eco21.com.ar/displayarticle331.html>). Acesso: 21/06/ 2016.

RIBEIRO, G. L. **Economic Globalization From Below**. Etnográfica, Vol. X (2), pp. 233-249, 2006.

ROBERTS, Adam. The role of humanitarian issues in international politics in the 1990s, Paper apresentado na —First Conference of the Partnership for Peace Consortium of Defence Academies and Security Studies Institutes||, Zurique (Suíça), 19 a 21 out 1998. Disponível em: http://una.oxfordcity.org/index.php?option=com_content&task=view&id=43&Itemid=42. Acessado em: 02/09/2016



UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Water for people, water for life: UN World Water Development Report.**

MACHADO, José Luiz Flores. **A redescoberta do Aquífero Guarani.** Disponível:
http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/a_redescoberta_do_aquifero_guarani.html. Acesso:
02/09/2016.

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA À CONTEMPORANEIDADE: A UNIPOLARIDADE AMERICANA COMO FORÇA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA E A SISTEMÁTICA GLOBALIZAÇÃO.¹

Marcia Angela Dahmer Quinzani²
Hugo Sakamoto Pessoa³

Resumo: Após a segunda Guerra Mundial as Relações Internacionais iriam trilhar seu espaço dentro de um cenário extraterritorial, onde o poder mantém-se assimétrico dentro da inserção e posicionamento dos atores. As grandes potências industrializadas estavam devastadas pelas guerras, outrora, os Estados Unidos mantinham-se fortes em sua economia, por terem ficado longe dos combates e acumulado riquezas com os seus meios de produção avançados. Assim, lançaram-se a práticas com as quais poderiam abranger o mundo inteiro, através de empréstimos e investimentos em economias necessitadas. Com o fim da Guerra Fria, essa nova regra começou a se estabelecer, os EUA tinham em suas mãos o controle de uma nova ordem mundial, a qual seriam os principais condutores de uma governança legítima, que difundiria seus ideais democráticos. Nesse cenário estaríamos enfrentando os desafios da globalização com seu Neoliberalismo, com os quais estariam a mostra nossas capacidades políticas de se adaptar ao novo ciclo.

Introdução

No decorrer após à Segunda Guerra Mundial, o mundo veria um novo conceito de comunidade mundial nascer. As grandes potências industrializadas estavam devastadas pelas guerras e os imigrantes e seus descendentes iriam enfrentar um processo de descolonização com uma nova redefinição de identidades. No entanto, os Estados Unidos estavam fortalecidos em sua economia, por terem ficado longe dos combates e acumulado riquezas com os seus meios de produção avançados desde 1865. Assim, lançaram-se a práticas com as quais poderiam abranger o mundo inteiro, através de empréstimos e investimentos em economias necessitadas.

Quando essa nova regra começou a se estabelecer, os EUA tinham em suas mãos o controle de uma nova ordem mundial, a qual seriam os principais condutores de uma governança livre e representativa, que difundiria seus ideais de liberdade e democracia.

O esforço para uma construção de uma nova ordem mundial, fora passado por gerações, produzindo muitos frutos concretos. Logo, esse entendimento estaria acoplado a grande quantidade de Estados de soberania independentes que comandam quase todas as nações. Essa disseminação da

¹ Texto apresentado na I Semana Acadêmica de Relações Internacionais da UNILA, realizada entre os dias 03 e 05 de outubro de 2016, pelos cursos de Graduação em Relações Internacionais e Integração e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Relações Internacionais Contemporâneas.

² Pós-Graduação em Relações Internacionais Contemporâneas, Projeto Incubadora Santos Dumont/Parque Tecnológico de Itaipu - PTI, marciaquinzani@hotmail.com.

³ Projeto Incubadora Santos Dumont/ Parque Tecnológico de Itaipu - PTI. hugo.mt.adv@gmail.com.

democracia e das governanças trariam possíveis interações humanas pelas quais estariam ligadas a mudar tudo aquilo que já tinha sido visto.

Nesse trabalho iniciaremos com uma fase histórica que se inicia no século XIX e século XX dando uma abertura para o entendimento de seu fator estrutural dentro de uma abordagem complexa de uma economia capitalista, com uma classe predominantemente burguesa, e seus importantíssimos avanços na educação, no conhecimento e na ciência.

Depois será descrita a Guerra Fria com o implemento da segurança coletiva, dentro do Conselho de Segurança. A criação das Nações Unidas com o propósito da segurança e o nascimento da OTAN como solução para a dissuasão nuclear.

Posteriormente, serão retratados a nova ordem mundial que se inicia no período da Guerra Fria com o seu embate bipolar, deixando lugar para a unipolaridade americana no campo político e pelo grupo G7 que compõe economias de peso mundiais.

Logo, seriam enfrentados os desafios da globalização ficando em evidência a força estatal perante o sistema internacional. Com isso são criados grupos econômicos que possam favorecer as economias desenvolvidas.

Em seguida são relatados a Balança de Poder, onde os EUA possui uma grande força estatal, e são colocados a prova pelo balanceamento de outras potências.

Depois são analisados a partir do período de 1950 o surgimento dos movimentos terceiro-mundistas, que trazem uma abordagem estrutural dentro das teorias marxistas e cepalinas, que se baseiam na divisão do trabalho e a relação Centro-periferia.

Por fim, são observados um novo desafio da paz desde o período da Guerra Fria e Pós-Guerra Fria, nesse contexto o mundo faz parte de uma roleta global estimulada pela globalização numa abordagem Neoliberal, e suas margens de desequilíbrios podem ser conflitantes para a ordem internacional.

O século XX e as Relações Internacionais

A compreensão do mundo no advento do século XX, desde a eclosão da Primeira Guerra mundial ao então desastre da União soviética formam um período histórico coerente, mas que não deixarão evidências concretas de como será o novo milênio, mesmo que a moldura esteja desenhada em toda a estrutura do século XX.

A primeira guerra mundial demarcou um grande colapso da civilização ocidental do século XIX, onde estava inserida em sua complexa economia capitalista com sua classe hegemônica burguesa e seus avanços na ciência, no conhecimento, educação e completamente ciente do seu centrismo europeu. Mas

essa estrutura fora diferente para classes de imigrantes europeus e seus descendentes, da primeira grande guerra a segunda guerra mundial estiveram presentes grandes catástrofes. Durante 40 anos a europa havia passado por duas grandes guerras mundiais, seguidas por duas rebeliões e revoluções globais deixando trilhado o caminho de um sistema que caberia para a sociedade privilegiada que com o fim da segunda grande guerra seria adotado por um terço da população mundial.

Desde o fim da segunda guerra mundial, as Relações Internacionais se desenvolveram como uma totalidade de complexidades que se mostram num cenário extraterritorial, o sistema internacional, estas relações são assimétricas de poder que se revelam no plano da inserção e posicionamento estratégico dos atores (Pedrão, 2012).

Essa condição histórica é acentuada no final da segunda guerra mundial com a queda da ordem da Westfália (Paz de Westfália, 1648) que havia encerrado o sonho napoleônico de um grande império universal.

Nesse momento Truman viria a presidir a criação de uma estrutura de ordem internacional que duraria em todo o período da Guerra Fria, tendo o mesmo aparato visionário de Roosevelt de uma organização internacional, que logo seria chamada de Nações Unidas. Estas implementariam a segurança coletiva por meio de um concerto global, o Conselho de segurança, designado as cinco maiores potências (os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a União Soviética e a China) como “membros permanentes” detendo poder de veto (Kissinger, 2015, p. 192). Posteriormente a Grã Bretanha, França e a China foram incluídos devido suas grandes obras que emergiam de suas capacidades. Somando com mais nove países, o Conselho de Segurança tinha a responsabilidade de manter a paz e a segurança internacionais.

A Organização das Nações Unidas poderia cumprir sua agenda se todos os países membros permanentes aceitassem a mesma ordem mundial, e mesmo que ocupassem visões diferentes, esta poderia apenas consagrá-los, e não diminuir suas diferenças.

Neste momento, os EUA ganham segurança em relação as armas nucleares estimulando com a guerra, a teorização. A guerra fria tornava-se então, uma luta integrada, onde todos os tipos de conhecimentos seriam aceitos.

“A Otan nasceu como resposta americana para as dificuldades postas pelo cenário estratégico europeu. Essencialmente, a aliança militar ocidental representou a solução para o dilema da dissuasão nuclear” (Magnóli, 2004, p. 102).

A partir de 1955 e 1965 com o avanço dos estudos de segurança, a Guerra fria passa pela era dourada, a qual é dedicada a pesquisa de armamentos nucleares e da disputa bipolar. Isso desencadeou um novo debate do século XX, o sistema multipolar agora seria apresentado por uma hegemonia e reconhecimentos bipolar de novas potências.

“Nas negociações para implementar os acordos, os aliados ocidentais e a União Soviética se viram diante de um impasse crescente. A União Soviética insistia em dar forma a uma nova estrutura internacional, social e política na Europa oriental, (...)” (Kissinger, 2015, p. 193).

Por sua vez, os Estados Unidos mantinham grande vantagem econômica em 1945, sua elevada produtividade estavam ligadas ao esforço concentrado do povo americano desde 1865, nas inovações nas áreas produtivas e de tecnologia, e estavam desligados de guerras, ao menos até 1941. Nesse período pode mobilizar o seu arsenal bélico, manter sua infra-estrutura durante a guerra, preservar a matéria humana, logo, isso seria institucionalizado, onde manteriam uma hegemonia política e econômica por quase 25 anos.

No período de 1970 os Estudos Estratégicos tornaram-se mais rotineiros e institucionalizados, onde o equilíbrio nuclear havia alcançado o fim, e seriam respondidos através de desenvolvimentos tecnológicos, em especial em defesas contra mísseis balísticos. A partir deste ponto os Estudos Estratégicos estariam a disposição a solucionar problemas das ciências sociais norte-americanas, aplicação do Neorealismo estrutural Waltziano tomados ao nível do ser humano ou da firma individual nos Estados.

A reconstrução da Europa Ocidental e o Japão estavam acompanhadas ao avanço da classe média e dos trabalhadores que fossem qualificados nos Estados Unidos. Consideravelmente houve satisfação política, quanto uma abertura de espaço para as empresas norte-americanas. Essa ideologia do liberalismo político manteriam o compromisso feitos a dois séculos atrás, onde implementariam o sufrágio universal e a abertura de um sistema parlamentar. Nessa perspectiva, estavam travadas a luta contra o “totalitarismo” comunista, “e implicou, portanto, que os comunistas fossem privados do gozo de direitos políticos” conforme relatado por Wallerstein (2002, p. 21).

Na visão das Relações Internacionais o liberalismo produz conceitos de interdependência complexa, assim relatado por (Keohane e Nye) e ainda do sistema-mundo conforme a teoria de (Wallerstein), o mundo abriu as portas para o capitalismo, pois os homens se encontravam fadados das tragédias das guerras. Logo, nessa percepção, as teorias da globalização juntamente com o avanço industrial, travam uma engajada mudança no cenário internacional no qual a bipolaridade termina. “Uma das superpotências, a ex URSS, se desintegra de forma pacífica, seus satélites do Leste Europeu abandonam o socialismo e a Alemanha se reunifica” de acordo com Sarfati (2005, p. 211).

A nova Ordem Mundial

Com o fim da guerra fria, o mundo verá uma nova perspectiva da polaridade, o sistema bipolar será substituído para a unipolaridade que estará comandado pela hegemonia dos EUA no campo das

políticas internacionais. E pela multipolaridade com a inserção de economias fortes como o grupo denominado G7 compostos pelos Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Alemanha, França, Canadá e Itália.

A nova ordem mundial estará direcionada por outros caminhos, o poder das armas já não são mais os seus princípios, que conforme Kissinger (2015, p. 216) “a derradeira visão wilsoniana iria ser concretizada. Instituições livres, políticas e econômicas, se espalhariam terminando por fazer submergir antagonismos superados em meio uma harmonia mais ampla”.

A guerra fria mostrou uma nova forma de ver a soberania. “A emergência das superpotências globais e a configuração de esferas de influência evidenciaram os limites do poder dos Estados”. A disposição das armas nucleares e os mísseis continentais, que poderiam destruir uma nação inteira, mostraram o quão os territórios eram frágeis dentro de suas fronteiras.

A construção de uma nova ordem mundial estava descrita nos inúmeros estados soberanos independentes que mantêm a maior parte do poder universal. Dessa forma, expandiam a democracia e das formas participativas do governo que submergiam com as comunicações globais, que através das interações humanas facilitariam o entendimento de problemáticas como o meio ambiente, a divulgação de uma comunidade científica, médica e filantrópica que focalizam os seus estudos em doenças e riscos a saúde antes mesmo que esses possam ser assombrosos.

Os Estados Unidos foram primordiais para essa grande evolução. “O poderio militar americano proporcionou um escudo de segurança para o resto do mundo, tenham seus beneficiários pedido por isso ou não”(Kissinger, 2015, p. 248). Sob essa garantia militar a maior parte das potências mundiais entravam nesse sistema de alianças, posteriormente, os países subdesenvolvidos tinham a proteção de uma ameaça muitas vezes desconhecidas. Nesse argumento uma economia global fora estabelecida, onde os Estados Unidos amparou com financiamentos, estrutura mercadológica, e vários tipos de inovações. Isso dado ao período que se inicia em 1948 até a virada do século, e que teve uma forte marca histórica ligada ao idealismo americano que compunham as abordagens de balança de poder.

Nesse cenário estaríamos enfrentando os desafios da globalização, com os quais estariam a mostra nossas capacidades políticas de se adaptar ao novo ciclo. Dessa forma, “o Estado-nação posiciona-se no interior da economia mundial e escolhe políticas capazes de moldar o próprio processo de globalização” (Magnoli, 2004, p. 188).

A constituição do Nafta foi abertamente uma estratégia de Washington, para a Rodada Uruguai do Gatt, caso este fracassasse. O federalismo europeu da Alemanha reunificada, procurou instaurar a unificação continental pela qual fosse mais favorável sobre a Europa central. E também, a criação do Mercosul que respondeu às rivalidades históricas entre o Brasil e a Argentina com a estratégia de inserção ao novo advento econômico nas esferas do mercado mundial (Magnóli, 2004).

⁴“A abertura econômica, as privatizações, as terceirizações, a consolidação dos blocos de livre comércio, são o resultado do que fora anunciado pelos EUA, dado seu aparato formal de financiador majoritário do desenvolvimento das nações periféricas, via recursos do FMI e do BIRD” (Marini, 2012, p. 23).

A globalização modifica as relações entre os Estados, contribui para o desfalecimento do Estado-nação, onde são detectadas uma soberania frágil na integração de blocos econômicos, na aplicação de taxas alfandegárias, no livre comércio internacional e ainda na privatização de empresas públicas, deixando aberto a exploração estrangeira.

Esses efeitos se estendem diretamente a agenda política internacional, havendo que se considerar novos temas conflituosos que talvez não existissem há algumas décadas. Nessa perspectiva alguns atores não-governamentais acabam sendo incorporados nas relações Internacionais, ocasionando o Estado propício a sofrer pressões externas e internas. Porém, essas premissas não podem ser confundidas com o flagelamento do Estado-Nação que seria a única condicionante com capacidade de deixar funcionar o processo de globalização.

Balança de poder

Nos últimos anos tem se falado muito sobre o poder americano sobre as nações que na visão de Nye (2002, p. 30) “é a capacidade de obter resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-lo”. Isso estão ligados diretamente com a posse da população, recursos de capital, o território, e ainda com a força militar.

Pelo próprio entendimento de Nye na visão de polaridade, o sistema internacional rege a unipolaridade americana, mas até que ponto esta pode ser uma regra desafiante hegemônica, onde todos os atores obedecem suas ordens? Os Estados Unidos possui uma grande força estatal, mas apesar de seu intuito controlador, o seu equilíbrio de poder “são seguidos de tentativas de balanceamento por outros países, que buscam impedir que o unipolarismo transforme a estrutura do sistema em hierárquica” (Sarfati, 2005, p. 218).

Foi no período de 1950 que começaram a surgir os movimentos terceiro-mundistas e a uma visão do sul, desencadeado de vários processos políticos e econômicos que foram vivenciados durante a Guerra Fria. Essa abordagem se baseia no estruturalismo descendente das teorias marxistas que estão ligadas diretamente as Teorias da Dependência. Primeiramente foram originadas do pensamento cepalino,

⁴ Marini, Ruy Mauro. 1º. Processo: o indivíduo, textos e contextos. In: Neves, Lafaiete Santos (Org.) *Desenvolvimento e dependência: Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini*. – Curitiba, PR: CRV, 2012.

fundada por Prebisch, onde destacou “as relações assimétricas entre a periferia exportadora de produtos primários, cujos preços dependem das condições do mercado internacional, e o centro industrializado, fixador de preços” (Souza, 2007, p. 164).

Na tese do Sistema Mundial Moderno (SMM) essa estrutura está baseada em três divisões hierárquicas como o centro, a semi-periferia e a periferia. O Centro produz bens com alto valor agregado, a semi-periferia são designadas pelos países periféricos como centro, e para os EUA são visto como periferia, portanto, a periferia são os produtores de commodities agrícolas e minerais.

Antes da criação dos Estados nacionais o mundo estava sob o domínio dos impérios, que tinham o poder centralizado e acumulavam capitais para manter o sistema de governo, para isso, buscavam recursos em outros lugares do mundo através de exploração. Assim, que os Estados tiveram o seu poder instituído, foi se desenvolvendo o capitalismo juntamente com a divisão do trabalho. Que logo após Segunda Guerra Mundial o balanço de poder na Europa abriu espaço para a criação do SMM atual.

Portanto, “[...] os países periféricos ligados aos países centrais resultaria no desenvolvimento do capitalismo e das necessidades das economias dominantes”(Souza, 2007, p. 164). Desse modo os países em desenvolvimento estariam propícios a exploração dos países desenvolvidos.

Nessas condições não há mobilidade entre os países centrais e periféricos, pois esta estrutura capitalista que efetivamente gera a divisão do trabalho não deixa que um determinado país modifique a sua posição no sistema internacional.

Durante a década de 1980, o dependentismo fora deixado de lado pelo neoliberalismo econômico como uma única alternativa dos países subdesenvolvidos dentro da base rigorosa fiscal e monetária. No início dos anos 1990, a globalização passa por uma intensificação de seus processos de inovação tecnológica, pela disparada produtiva das multinacionais para atingir o mercado global e pelo enorme fluxo de capital financeiro internacional, provocando impactos nas economias emergentes e contestando a capacidade de resposta dos Estados nacionais.

Nessa perspectiva da Teoria da Dependência podemos observar que “a globalização, vista como aprofundamento das redes mundiais e interdependência, não significa a universalização”, mas apesar do avanço tecnológico, ainda há uma grande maioria da população mundial que não tem acesso a telefone, ampliando ainda mais a distancia entre ricos e pobres (Sarfati, 2005, p. 319).

Mas ainda, nos conceitos de Nye, a globalização é expressa como o aumento da interdependência, está escrita desde tempos tão antigos quanto a humanidade. Mas a diferença contemporânea é que agora as redes são mais “densas e mais complexas incluindo mais regiões e classes econômicas”.

Para os otimistas a globalização trouxe prosperidade a todos os países do mundo, e que para agarrar as oportunidades internacionais é necessário de capacidade estatal. “Essa corrente privilegia a

visão econômica e, proeminentemente dentro desta, o Neoliberalismo.” Nessa análise está amplamente valorizada a economia de competição dos mercados internacionais. (Sarfati, 2005, p. 321)

Num contexto político e econômico, os Estados nacionais teriam perdido sua importância devido a globalização, pois surgiriam outros tipos de governança e interação que ocupassem esses espaços. Os Estados continuam tendo importância política e militar, mas, os governos sofreriam as ameaças “de atores transnacionais e intergovernamentais que escapam de suas jurisdições” Sarfati (2005, p. 321).

Para os pessimistas assim, como Strange e Cox, a globalização está caracterizada pela divisão entre ganhadores e perdedores, onde, o grupo de quem perde está aumentando cada dia mais induzindo à fragmentação dos Estados e a miséria total. As rendas estão tendo um desnivelamento maior, pois da mesma forma que a pobreza do mundo aumenta, ao mesmo tempo se cria uma pequena parcela de privilegiados nos países desenvolvidos, que se aproveitam das quedas das barreiras econômicas.

Portanto, a globalização mantém seu braço desafiante a governança tradicional dos Estados, seja através da integração, na formação dos blocos, ou na fragmentação, como incentivador de movimentos nacionalistas. Além de ser necessário aprender a conviver com o seu centrismo abertamente com o multacentrismo, ou seja, os Estados são frágeis para exercer a soberania e muitas vezes são necessários outros entes estatais capazes de se estabelecerem no sistema internacional.

O desafio da paz

Com o fim da Guerra Fria, a ameaça de uma guerra nuclear entre as superpotências nucleares existentes basicamente desapareceu. Mas a difusão da tecnologia – em especial a tecnologia para produzir energia nuclear pacífica – aumentou enormemente o acesso a capacidade para produzir armas nucleares.

Isso está fortemente estabelecido pela crise do sistema internacional que se encontra desfavorável com as divisões ideológicas e com inúmeros contrastes de conflitos regionais, que acabam por aumentar a busca de armas nucleares por Estados infratores e por atores desvinculados do Estado.

“Em resposta a esses perigos, os Estados Unidos, a União Soviética e o Reino Unido negociaram um Tratado de Não proliferação de Armas Nucleares e o abriram a adesões em 1968” (Kissinger, 2015, p. 230). Essa proposta seria para coibir qualquer expansão de armas nucleares para outros países que não possuíam, destacando-se disso os Estados Unidos, a União Soviética, e o Reino Unido em 1968, e mais tarde a França e a China em 1992.

Mas durante a década de 1990, o governo americano e as elites empresariais tentaram instaurar os Estados Unidos como o poder unipolar para o controle de diversos Estados que tivessem resultados significativos em suas economias e políticas em todo o planeta no século XXI.

No pós-Guerra Fria, o projeto americano, coordenado pelo então presidente Clinton, tinha como objetivo estruturar o ambiente interno e externo dos países de modo que todos pudessem aceitar o domínio político americano. Esse neoliberalismo envolve uma renovação nas relações sociais internas em favor dos EUA, com a disposição de créditos e investimentos para o setor produtivo, deixando-os subordinados aos setores financeiros que manteriam a tendência de afastar a riqueza, a segurança, o poder da classe trabalhadora.

A transformação externa seria a globalização que impulsionariam a abertura da economia política de um país, abrindo as fronteiras para a entrada de produtos, fluxos de capitais e empresas, deixando o mundo dependentes dos acontecimentos dos principais centros capitalistas como Washington e Nova York.

As forças que ampliam a globalização facilitarão as mesmas transformações internas. Países que tentam resistir essas mudanças serão excluídos do mercado americano e de seu bloco aliado a UE.

Antes do colapso da União Soviética, a globalização e o neoliberalismo estavam ultrapassando barreiras no ocidente, mas na década de 1990 os EUA articulou através de suas administrações a radicalização e generalização dessas tendências, de modo que estivessem de acordo com os interesses americanos. Nessa abordagem, quem fica com os benefícios de ordem global internacional são os Estados Unidos, e os riscos e os custos são distribuídos para outros países.

Nesse contexto, podemos demonstrar as pressões americanas em diversos lugares do mundo muitas vezes conflitantes, assim, como a relação EUA com o Japão pois, o mesmo mantém dinâmicas do capitalismo distantes do projeto global de Washington e do grupo europeu. E também o Iraque com seus dois paradigmas sociopolíticos: de um lado um “regime monarquista dos tempos britânicos” e do outro o totalitarismo do Ba’ath, que resistiu a influência americana.

Não podemos abandonar ainda o fato que os EUA detém em suas mãos o sistema monetário internacional e do regime financeiro internacional derivado de sua construção, dentro do sistema de Bretton Woods. Nessa abordagem podemos compreender como isso pode ser utilizado como um instrumento de política econômica que podem levar a diante processos de globalização dentro das transformações internas neoliberais.

Portanto, a ordem internacional a qualquer momento pode sofrer os impactos de duas tendências que provocam sua coerência: uma nova forma de se entender a legitimidade ou a transformação na balança de poder. Essa primeira ocorre quando as disposições internacionais apoiam seus valores que estão em alteração, perdendo seu apoio daqueles que seriam as forças mantedoras de sua sustentação ou talvez pelo surgimento de um novo conceito de legitimidade. Nesse embate embora sejam sustentadas pela força, sua base impulsiva é de ordem psicológica. Aqueles que são atacados não são somente desafiados a defender apenas o seu território, mais a sua moral, a sua forma de viver. A ordem inicial é

que líderes pluralistas mantêm-se próximos de líderes da revolução, na esperança de poder negociar de uma maneira a ter uma solução que seja interessante para ambas as partes.

Outro motivo conflitante na ordem internacional é quando ocorre a incapacidade de adaptação a uma mudança importante nas relações de poder. Muitas vezes a ordem entra em colapso quando um de seus membros deixam de contribuir conforme suas capacidades dentro do sistema, ou ainda deixa de existir – como aconteceu com a ordem comunista internacional no final do século XX, havendo a desintegração da União Soviética. Ou ainda quando uma potência em ascensão pode não aceitar o papel e o lugar imposto o qual ela não concebeu, e outras potências que já fazem parte desse sistema não conseguirem estabelecer o equilíbrio para incorporar sua ascensão. Neste exemplo podemos retratar a Alemanha no século XX, onde incorporou duas grandes guerras das quais a Europa nunca se recuperou totalmente. Nessa estrutura, a China se apresenta com grandes desafios no século XXI – os Estados Unidos e a China – se comprometeram não cometer o mesmo erro europeu, mantendo uma relação mais sensata possível. É claro, que isso pode ser uma manobra tática, mas até o momento isso parece ser o melhor caminho a se percorrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XX formou um período histórico com os quais podemos entender seus arcabouços, mas que não poderão desenhar a nova fase dos séculos vindouros.

Neste período a civilização ocidental se viu inserida num complexo sistema econômico guiado por uma classe burguesa que presenciava diversos avanços como na educação, na ciência e etc., demarcando assim, o centrismo europeu. Mas, durante todo esse período a Europa havia passado por duas grandes guerras juntamente com diversas rebeliões, deixando a mercê principalmente, toda a classe de imigrantes e seus descendentes dentro dessa estrutura turbulenta.

Logo após a segunda Guerra Mundial as Relações Internacionais iriam trilhar seu espaço dentro de um cenário extraterritorial, onde o poder mantém-se assimétrico dentro da inserção e posicionamento dos atores.

Durante o período da Guerra Fria, Truman iria presidir uma nova estrutura de ordem internacional que logo seria chamada de Nações Unidas. Estas implantariam a segurança coletiva, por meio de um concerto global, o Conselho de Segurança, com os quais eram membros os EUA, a Grã-Bretanha, a França, a União Soviética e a China, o seu objetivo principal era manter a paz e a Segurança Internacionais.

Em 1955 e 1965 os estudos de segurança obtiveram um grande avanço com os quais a Guerra Fria passava pela Era Dourada, sendo dedicada aos armamentos nucleares e da disputa Bipolar. A União Soviética insistia em dar um grande passo para implantar o comunismo em todo o mundo.

Mas os EUA possuíam grande vantagem econômica, bélica, infra-estrutura e matéria humana, que acumulou desde períodos históricos com sua carga produtiva em expansão desde 1865 e ainda, não haviam enfrentado nenhuma guerra até 1941.

Com o fim da Guerra Fria o mundo veria uma nova ordem mundial, o sistema bipolar seria substituído pelo unipolarismo americano no campo das políticas internacionais e pelo multipolarismo regido por outras grandes potências como o grupo G7 (EUA, Reino Unido, Japão, Alemanha, França, Canadá e Itália).

Agora, as superpotências globais mostrariam os limites do poder dos Estados. Com a construção de uma soberania independente que resguarda a maior parte do poder universal. Nesse contexto os EUA tiveram um papel importante, proporcionavam um escudo de segurança para o resto do mundo, mesmo que ninguém tivesse pedido por isso. Em troca as grandes potências firmavam alianças, estabelecendo assim, uma economia global, onde os EUA amparava com financiamentos e outras estruturas que fossem necessárias.

Neste cenário estaríamos enfrentando o fenômeno da globalização com sua correntes Neoliberais, e os Estados deixariam amostras de sua soberania frágil na integração de blocos econômicos, na aplicação de taxas alfandegárias, privatizações e no livre comércio internacional.

Nisso a estrutura centro-periferia poderia estar com suas mobilidades afetadas, pois a divisão do trabalho não deixa que um determinado país, neste caso, o periférico, modificar sua posição no sistema internacional.

Mesmo, ao fim da Guerra Fria, a ameaça de uma guerra nuclear fora estagnada, mas o avanço tecnológico aumentou disparadamente sua capacidade de produção. Com os efeitos da globalização a balança de poder muitas vezes se desequilibra, dando força a uma roleta global que pode pender para diversos lados. Nesse contexto, países que possam sentir-se afetados podem estabelecer meios de defesas que oprimam outros Estados de maneira que estes possam sentir-se cada vez mais flagelados.

A busca contemporânea pela busca de uma ordem mundial que estabeleça uma concordância entre todas as regiões ocupam um objetivo necessariamente idênticos ou passíveis de serem conciliados um com o outro: “o triunfo de um movimento radical poder vir a trazer ordem para uma região enquanto prepara o cenário para uma convulsão no interior e entre todas as outras” Kissinger (2015, p. 254). Domínios militares podem proporcionar uma aparência de ordem, mas para o mundo sua imagem se desvencilha em caos.

Nesse quesito, “uma ordem mundial de Estados que afirmem a dignidade individual e uma forma de governo participativa, e que cooperem em âmbito internacional segundo regras previamente acordadas, pode ser o objetivo de nossas esperanças e deveria ser o motivo de nossa inspiração”(Kissinger, 2015, p. 254).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PEDRÃO, Fernando Cardoso. *A Política das Relações Internacionais*. Curitiba: Appris, 2012.

BUZAN, Barry. Lene Hansen A evolução dos estudos de segurança internacional, tradução: Flávio Lira. – São Paulo: Ed. Unesp, 2012. 576 p.

KISSINGER, Henry A. *Ordem Mundial*. Tradução: Cláudio Figueiredo. – 1. Ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: teoria e história*. – São Paulo: Saraiva, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. 1º. *Processo: o indivíduo, textos e contextos*. In: Neves, Lafaiete Santos (Org.) *Desenvolvimento e dependência: Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini*. – Curitiba, PR: CRV, 2012.

NYE, J. *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: Unesp, 2002.

SARFATI, Gilberto. *Teoria das Relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Tradução: Ricardo Anibal Rosenbusch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico*.- 5ª ed.- São Paulo: Atlas, 2007.

GOWAN, Peter. *A Roleta Global: Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Tradução: Regina Bhering.- Rio de Janeiro: Record, 2003.

EL GOBIERNO PERSONALISTA DE RAFAEL CORREA¹

Mishell Geoconda Pavón Abalco

RESUMEN

El presente artículo trata sobre los rasgos personalistas identificados a lo largo de los gobiernos de Rafael Correa, con un énfasis en sus dos primeros mandatos. Se toma como base acciones en torno a la elaboración de la nueva constitución de 2008 en Montecristi, su injerencia en dicho proceso, así como también los resultados políticos de éste, especialmente con los movimientos sociales indígenas. Se trae también una crítica a sus mecanismos de comunicación poco participativos; y como esto va limitando la construcción de una democracia participativa. Para finalizar es analizada brevemente la tradición política de Rafael Correa en Comparación con Evo Morales y Hugo Chávez, para identificar similitudes y diferencias. Para la investigación se utiliza de una metodología cualitativa y se realiza un tipo de trabajo descriptivo.

Palabras Clave: Personalismo, Constitución, Movimientos Sociales, Democracia Participativa.

Introducción

Rafael Correa Delgado es el actual presidente ecuatoriano desde 2007. Antes de este triunfo, tuvo una carrera política acelerada, hasta 2005 fue ministro de Economía y Finanzas, en el periodo presidencial de Alfredo Palacios, y hasta el mismo año fue profesor universitario de la Universidad Privada de San Francisco de Quito; según de la Torre, fue conocido fuera de sus salas de aulas y en espacios no académicos, por sus intervenciones radicales contra la dolarización y sus críticas al modelo neoliberal (De la Torre, 2010, p. 158). Así sale de sus cargos en noviembre de 2005 para organizar su movimiento, Alianza País (AP) y participar en las elecciones presidenciales en las cuales presenta propuestas democráticas nuevas, radicales, antiliberales, y anticorrupción, gana el apoyo de los ecuatorianos y resulto el nuevo presidente de la Republica desde 2006.

Una vez en el poder su propuesta más profunda fue la convocatoria a una Asamblea Nacional Constituyente de Plenos Poderes, con el objetivo de crear un “proyecto de vida en común, un acuerdo social amplio”, este nuevo pacto social fue visto como una nueva oportunidad para construir la ciudadanía, que tanto necesitaba el país, y para la construcción de esta participaron varios grupos sociales organizados, fue un real intento de democratización, inclusión social y avance de garantías y derechos.

¹ Texto presentado na I Semana Acadêmica de Relações Internacionais da UNILA, realizada entre os dias 03 ao 05 de outubro de 2016, pelos cursos de Graduação em Relações Internacionais e Integração e Pós-Graduação Lato Sensu em Relações Internacionais Contemporâneas.

Parecía el presidente que iba a apoyar las luchas de los movimientos sociales, indígenas y afro descendientes, pues fueron la fuente de la base ideológica de la nueva constitución, con los principios del Buen Vivir.

Sin embargo eso no fue así, el objetivo de este artículo es mostrar como el presidente Rafael Correa comenzó con una retórica de cambio profundo de una democracia representativa a una democracia participativa, de la exclusión a la inclusión de grupos sociales indígenas y de varias etnia demás grupos sociales pormenorizados. Pero con el transcurso de sus tres mandatos, estas propuestas se quedaron plasmadas en el papel constitucional, pues su mandato centralizó el poder en su persona, limito y dividió a los principales movimientos y partidos indígenas, que en su principio eran su base de cambio y apoyo.

De esta manera, este texto mostrará en su primera parte el proceso de subida al poder ejecutivo de Rafael Correa con sus propuestas programáticas e innovadoras. En un segundo momento y en torno de la construcción de una nueva Constitución, será levantado un poco de su proceso de elaboración y participación de los movimientos sociales, y el posterior alejamiento y/o división de los mismos por cambios de visión con el poder ejecutivo, y centralización del poder por parte de este último. Finalmente se hará una breve y simple comparación con sus homólogos, Chávez y Morales, los mismos que compartieron puntos de vista e iniciativas, intentando observar como la tradición política latinoamericana del hiperpresidencialismo se hizo presente en estos tres casos también, sin embargo con algunas diferencias.

Surgimiento del Movimiento Alianza País y la Propuesta Antipartidaria e innovadora de Rafael Correa.

No se puede entender el surgimiento de este movimiento en noviembre de 2005 sin encajarlo en su contexto, pues estaba latente la crisis política provocada por la implantación del neoliberalismo en la década anterior. Así también no se puede dejar del lado el contexto de creación del Constitución de 1998, pues estaba en auge la hegemonía y el proyecto neoliberalización de la economía y sociedad ecuatoriana, al igual que en toda América Latina.

Luego de su salida del ministerio de Economía y Finanzas Rafael Correa lideró la conformación del movimiento Alianza País -que deja claro que nos es un partido, ya que va en contra de la partidocracia- este se inicia con un “reducido grupo de académicos e intelectuales, que se plantearon la necesidad de construir un movimiento político con signo propio” (HERNÁNDEZ; BUENDÍA, 2011, p. 132), el mismo que buscaba una unión de las izquierdas, para poder ganar contra las múltiples opciones de candidatos de derecha.

Se organizaron por medio de un “método de penetración territorial” a partir de un pequeño núcleo nacional, se conformaron las primeras directivas provinciales, que a su vez incidieron en las autoridades cantonales y provinciales².

El elemento de mayor base indentitária fue la oposición a la partidocracia, que se referían a aquellos políticos corruptos de elite, que habían pintado la política en un ton oligarca. Así también el movimiento basó su propuesta en ejes programáticos que fueron divulgados en la campaña electoral de 2006-2007, y que se convirtieron en la base de gobierno de Rafael Correa. Estos fueron:

- a) La “revolución económica y productiva”: Esta busca restablecer el rol redistributivo del Estado. La eliminación de los procesos especulativos económicos y financieros, construir una economía ligada a la esfera social, y ambiental con el fin de orientar los lucros del Estado al sector educativo y de salud, entendiéndose estos dos últimos como derechos fundamentales que van a contribuir al desarrollo humano, así como también la utilización de los recursos en vialidad, vivienda, investigación tecnológica y empleo logrando así una reactivación productiva.
- b) La “revolución social”: La lucha por la conquista de la igualdad y la equidad entre los diversos sectores sociales, y entra de diversidad de grupos étnicos raciales.
- c) La “revolución política”: Objetiva el derrocamiento de la política privatizada, y busca la transformación de la democracia representativa, para una democracia participativa y el fortalecimiento de esta última, esto se realizaría por medio de la implantación de una Asamblea Constituyente, radical y deliberativa orientada a fortalecer los derechos, civiles, sociales, políticos y colectivos, para que los ciudadanos sean auditores del accionar público.
- d) La “revolución de la integración latinoamericana”: Se procura impulsar la creación de nuevos mecanismos para la integración fuera del foco mercantilista.
- e) La “revolución ética”: que tiene como foco principal el combate a la corrupción, por medio del control social, esto seguido por la transformación de la contratación pública, y la renovación de las autoridades judiciales y de control. Este fundado en varios puntos relevantes que constan en el programa, unos de los más importantes que fueron llevados a cabo son las auditorías Integrales de la deuda externa, y de los recursos del Estado, así como también de las decisiones tomadas en los gobiernos anteriores³.

Este plan de gobierno realmente radical en comparación con los otros competidores que ofrecían lo mismo de siempre, comida, empleo, y crecimiento económico del país (como fue el caso de Álvaro Noboa, candidato del PRIAN), conquisto al pueblo ecuatoriano, esto fortalecido por su “dupla poderosa”, que llego a ser amada por el país entero por su Misión Manuela Espejo, que buscaba la inclusión a la vida digna de personas discapacitadas. Ese fue Lenin Moreno, administrador público de profesión con una larga trayectoria tanto en el sector público cuanto en el privado, quien había sido victima de un tiro propinado por la delincuencia tiempo atrás, razón por la cual quedo paralítico. Esto materializo en gran parte la retórica de Rafael Correa de inclusión social.

² Provincias equivalen a estados en Brasil, y cantones son pequeñas ciudades, corresponderían al segundo y tercer nivel de división territorial respectivamente.

³ Posteriormente se incorporaron dos ejes las revoluciones de la justicia y ambiental.

El método que adopto Correa en su campaña no fue igual al tradicional, la AP, creó un mecanismo diferenciado de comités familiares, era una campaña mediática de puerta a puerta, según Ricardo Patiño miembro del movimiento (y actual ministro de defensa) “los comités familiares era la agrupación más cercana a la individualidad de las personas, identificadas allí donde ejercen o pueden ejercer ciudadanía en su territorio, sin mediaciones, de ahí su nombre (...)” (PATIÑO apud HARNECKER, 2014).

Así el AP, aumentó sus comités familiares y barriales y buscó incesantemente, la vinculación de facciones políticas del país, entre los más importantes y posteriormente estratégicos para Correa, el movimiento Pachakutik y la confederación de nacionalidades Indígenas, (CONAIE), debido a esto llegaron a elaborar material de la propaganda en quichua, para conseguir militantes de dichas organizaciones.

Finalmente las elecciones llegaron y a pesar de todas estas nuevas estrategias lideradas por Correa, queda en segundo lugar en la primera vuelta de las elecciones, después del empresario bananero Álvaro Noboa. Pero en la segunda vuelta la dupla de alianza país se impone y gana el 26 de noviembre de 2006, con 56,67% de los votos. El triunfo de Correa estaba ratificando lo que estaba aconteciendo en América Latina, una desacreditación de los partidos políticos tradicionales, así estaban también ganando Michelle Bachelet en Chile, los Kirchner en Argentina, Tabaré en Uruguay, Lula en Brasil, y Hugo Chávez en Venezuela, este último se tornó una gran influencia ideológica, política y amistosa para Correa.

La Construcción de Una nueva Constitución, el comienzo de la división y los desacuerdos.

En la toma de posesión de Rafael Correa realizada en el Congreso, el 15 de enero del 2007, prometió convocar a una Asamblea Constituyente⁴, y a pesar de un clima conflictivo que necesitó de fuerza pública y la destitución de 57 congresistas que habían tenido la intención de obstruir ilegalmente la convocatoria al referéndum popular para aprobar la nueva Asamblea Constituyente, esta no fue impedida abriéndose paso con 81,73% de los votos válidos el 15 de abril del 2007.

Posteriormente, se abren elecciones para designar a los asambleístas que compondrán dicha nueva entidad democrática, para esto nació el Acuerdo País con la participación de otras expresiones políticas del movimiento Alianza País, y otro movimiento llamado Alternativa Democrática. Acuerdo País en las elecciones para asambleístas realizada el 30 de septiembre de 2007, consiguió tener una importante mayoría en la Asamblea, con 80 de los 130 asambleístas en total.

⁴ Algo que es importante resaltar, es que con base al fundamento anti partidocracia, del presidente Correa, él no presentó candidatos a diputados para el Congreso anterior a la Asamblea Constituyente de 2008.

En el proceso de elaboración de la nueva constitución, y con el intuito de que sea construida participativamente se organizaron 10 mesas compuestas por los legisladores de la AP, y de la oposición, estas fueron: 1) derechos fundamentales y garantías constitucionales; 2) organización, participación social y ciudadanía y sistemas de representación; 3) estructura e instituciones del Estado; 4) ordenamiento territorial y asignación de competencias; 5) recursos naturales y biodiversidad; 6) trabajo, producción e inclusión social; 7) régimen de desarrollo; 8) justicia y lucha contra la corrupción; 9) soberanía, relaciones internacionales e integración latinoamericana; 10) legislación y fiscalización. En dichas mesas se sumo la participación de 1.500 delegaciones de distintos sectores sociales, y 100 propuestas de partidos y organizaciones de la sociedad civil, y hasta de individuos.

Los importantes debates que fueron la base y la gran innovación del constitución de 2008, conto con el aporte de la discusión sobre interculturalidad y plurinacionalidad venidas de organizaciones indígenas como la CONAIE, y FENOCIN, y “algunos académicos importantes tanto nacionales, como internacionales, como Souza Santos, Galo Ramón y Katherine Walsh” (DE LA TORRE, 2010, p. 160). Los temas más candentes fueron: minería, agua, jóvenes, políticas culturales, entre otros. Las mesas se organizaron por medio de 70 foros en varias ciudades en todo el país.

En este proceso estaba como presidente de la Asamblea Constituyente Alberto Acosta, quien tuvo un espíritu democrático y tuvo el cuidado para dar el espacio necesario, para que se discutan los artículos y mandatos constitucionales, permitió que se escuchen la voces de la oposición y trato de incorporarlas en las decisiones. Sin embargo es aquí en donde se comienza a ver el personalismo presidencial de Rafael Correa, pues Acosta camino por cuerda floja al intentar demostrar la autonomía de la Asamblea con respecto al poder ejecutivo, temas tales como la reelección inmediata favorecida a Correa y levantada por los legisladores de la AP, no fue admitida por Acosta, quien fue obligado a renunciar a su cargo de la asamblea, según De la Torre, por una decisión del Buró Político de Alianza País en 2008, “su renuncia no se debió a un pedido de los Asambleístas sino a una decisión de Correa y su círculo íntimo de Polit Buró” (DE LA TORRE, 2010, p. 161).

Acosta fue substituido por Fernando Cordero, el que estaba ejerciendo el cargo de vicepresidente de la asamblea, durante su mandato se pudo percibir que no hubo mayor debate aprobando artículos, más aún de la agenda de Gobierno. Hecho por medio del cual se disiparon dudas sobre la independenciam del poder legislativo con el ejecutivo, constatándose la poca autodeterminación de la Asamblea y la centralización de poder en el ejecutivo.

De esta manera temas controversiales fueron resueltas por el criterio de Rafael Correa, por ejemplo se incluyo el nombre de Dios en la Constitución, no se debatió también el matrimonio gay, se acepto la reelección presidencial, entre otros.

A diferencias de Acosta -quien busco extender el plazo de elaboración de la constitución, porque se debería discutir, deliberar y escuchar a la oposición- Correa buscó que el proceso constituyente fuera más rápido y que no se llegará a largas discusiones innecesarias.

Una vez aprobada la Nueva Constitución con más del 60% de los votos, en referéndum, podría haberse esperado la colaboración de los movimientos sociales con el gobierno de Correa, sin embargo el mandatario había entrado en confrontación con varios sectores organizados de la sociedad, como el sindicato de maestros, los sindicatos de servidores públicos, y unas de las influencias más importantes en el proceso de elaboración de la Nuevas Constitución de Montecristi, había entrado en discrepancias con los movimientos indígenas.

Correa y la división de los Movimientos Sociales Indígenas

Desde la campaña electoral de 2006, se estableció un tipo de competencia entre el movimiento Alianza País contra Pachakutik -un partido conformado por militantes indígenas- y la CONAIE, -Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador-, anteriormente mencionada. Esta disputa fue dada en sus inicios por votos en las campañas presidenciales. Sin embargo es bueno aclarar lo siguiente:

“Diversas posiciones del candidato a la presidencia Rafael Correa hacían presumir que la CONAIE y éste, si llegaban al gobierno, serían aliados de hecho, más cuando Correa captó las propuestas de las organizaciones populares en general. Esta Alianza se sostuvo pese a que el candidato de la CONAIE en las elecciones de 2006 no aceptó ser el binomio vicepresidencial de Correa, por considerar que el actual presidente debía ser el segundo. Más allá de estos eventos, la CONAIE apoyó finalmente en la segunda vuelta a Correa y los diputados de Pachakutik se aliaron al variopinto grupo “Acuerdo País” liderado por Correa” (LEÓN, 2010 p. 17).

Esto quiere decir que en sus inicios no fueron del todo rivales, inclusive intentaron una Alianza, sin embargo el futuro gobierno apostó por el apoyo de otras organizaciones indígenas como la FENOCIN⁵, la FEINE⁶ y la FEI⁷ organizaciones más pequeñas con menos trayectoria y no tan estructuradas, dejando a la CONAIE⁸ como una voz de entre otras. Así la FENOCIN por ejemplo, iban adquiriendo mayor reconocimiento, lo que hizo que varios líderes de este tipo de organizaciones más débiles se unieran al gobierno, llegando a la desintegración del movimiento y en algunos casos hasta la disolución.

⁵ Federación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras.

⁶La Organización de los Indígenas Evangélicos en Ecuador.

⁷ Federación Ecuatoriana de Indios.

⁸ Es la organización indígena más representativa del Ecuador.

Inclusive afirma León (2010, p. 18)., “En las reiteradas campañas electorales realizadas por Correa, se ha buscado ganar a la población indígena pasando por encima de las organizaciones”. Esta disputa por votantes y dirigentes entre el gobierno contra Pachakutik y la CONAIE, se aumenta con el desprecio que Correa ha mostrado en contra de los dirigentes indígenas especialmente cuando sus diferentes perspectivas se chocan. Y es a partir de este desprecio que se forma la oposición indígena después de dos años de gobierno de Rafael Correa, acercándose Pachakutik a partir de 2009 al MPD (Movimiento Popular Democrático), formando así un frente distante de Alianza País.

Como un primer paso Correa deslegitimó a la dirigencia indígena, y a las razones de paralización⁹ y luego a considerar imposible la negociación con estos dos importantes entes de representación indígena debido a su fuerte postura en sus válidas exigencias, tanto que fueron reconocidas popularmente en donde la credibilidad de Rafael Correa comenzó a ser fuertemente cuestionada. Por lo cual Correa perdió (más claramente en 2010 según León), un claro aliado y lo convirtió en uno circunstancial.

Los conflictos más importantes entre Correa y líderes indígenas se ha suscitado en torno a los recursos naturales. En la Sierra con las normas del acceso a agua, y en la Amazonia con el petróleo y la minería. Correa insistió en afirmar que no hay razón para demandas en estos ámbitos y que las propuestas gubernamentales ya serían suficientes, es decir se negaba al diálogo, y encontraba solo sus propuestas válidas y con sentido.

Así afirma León, sociólogo¹⁰ estudioso de los movimientos sociales:

La decisión del Gobierno de incrementar la extracción petrolera y dar paso a la siempre limitada o casi vedada minería en Ecuador suscitó rechazo en varios círculos de la Amazonía, sobre todo entre los indígenas del sur de la región. Desde 2006, Correa ha manifestado que no tolerará oponentes a lo que considera indispensable para el desarrollo del país. (LEON, 2010, p. 19).

Varios ejemplos se tienen registrados en la historia ecuatoriana para confirmar lo levantado por León, debido al tema del petróleo hubo un conflicto en donde hubieron varios heridos y encarcelados en Sucumbíos y Orellana, que “terminaron” con la intervención directa del gobierno, para destituir y echar a la prefecta de Orellana por el partido Pachakutik, quien defendía a la resistencia que luchaba por la no extracción del Petróleo, quien quedó presa por casi un año, aunque su razón y popularidad no quedaron impunes pues en las siguientes elecciones volvió a ganar la prefectura.

Según De la Torre, los movimientos indígenas y ecologistas también no concordaron con la forma por la cual se discutieron las leyes de minería y de aguas sin realmente consultar o buscar la participación de las comunidades indígenas (MARTINEZ, 2009, p.12, apud DE LA TORRE, 2010, p.

⁹ Paralización de las actividades promovida por la CONAIE EN 2009.

¹⁰ Sociólogo. Director del Centro para el Desarrollo e Investigación de los Movimientos Sociales en el Ecuador (CEDIME).

164). De acuerdo con Corea, el Gobierno impulsará “una minería responsable y no podemos ser mendigos sentados en un saco de oro”. Quien llegó a Acusar a los ecologistas de ser financiados por ONGs extranjeras y pide a su pueblo que “no se dejen engañar, que confíen en su gobierno”.

Trayendo en consideración al lector de que uno de los avances de la nueva constitución ecuatoriana, y por lo cual es más conocida y prestigiada en el mundo entero, fue justamente por haber otorgado derechos a la naturaleza a la *Pacha Mama*¹¹. Sin embargo estos derechos al ser reclamados por un ente de derechos que quiere conservar su medio ambiente, como es el caso de los indígenas de la Amazonía ecuatoriana, ni si quiera se lleva a debate cuando quien esta en el poder ejecutivo, es una figura que se coloca como el dueño de la razón y para e cual todo tipo de oposición representa un atraso para el desarrollo del país.

De una Democracia Participativa, al centralismo de Rafael Correa

Como demostrado en la sección anterior el gobierno de Rafael Correa no se sienta en bases de movimientos sociales. Él basa su gobierno en la “revolución ciudadana, llevada a votos y no con balas”, que parece ser sagrada, pues esta presente en todas las luchas y disputas, que suponen poner en juego valores últimos que atentan contra la propia Patria.

Así se dan fuertes confrontaciones en donde queda claro que quien no esta del lado del líder nacional, no solo esta en contra de él sino que se convierte también en enemigo de la patria. En contraposición busca ganar seguidores, de la sociedad civil ecuatoriana, por medio de acciones nada democráticos ni participativas en donde se escucha solo su voz, y todo lo que este en contra, simplemente esta incorrecto es “mediocre”, “partidócrata”, “pelucón”, y llega a ser amenazado de alguna manera, es decir esta prohibido el desacuerdo, esto viene a ser lo que se entiende en la academia como hiperpresidencialismo, es decir una suma concentración de poder en las manos del presidente.

Según Carlos de la Torre, profesor de la FLACSO Ecuador, el gobierno ha utilizado dos estrategias para ligar al líder directamente con el pueblo de una forma no participativa y más bien pasiva por parte de los ciudadanos, el primero es la campaña permanente y el segundo los enlaces ciudadanos, que serán descritos a seguir:

El presidente ha estado en permanente campaña que dieron frutos exitosos a su favor, en donde como él repetidamente dice, “se puede decidir con el cambio o volver al pasado”, es decir se juega en sus diferentes elecciones el futuro de la patria, así tenemos: gana las elecciones que permiten su primer mandato en 2006, y asume en 2007 por un mandato de 4 años, también hace un proceso de referéndum para convocar a la Asamblea Constituyente en 2007, la cual es favorecida con el sí y comienza sus

¹¹ Significa Madre tierra en Quichua.

funciones en 2008, luego sus candidatos obtuvieron la mayoría absoluta en la asamblea, en el mismo año, y en abril del 2009 fue electo presidente por segunda vez, para ejercer de 2010-2013, y según los resultados finales del Consejo Nacional Electoral (CNE), el Presidente de la República, Rafael Correa, alcanzó la reelección para el período 2013 – 2017.

Visto esto sabemos que, su militancia política ha sido incesante hasta ahora, lo que se puede decir es que, “en la lógica de la campaña permanente, los procesos de gobernar y de hacer campaña se fusionan y pierden sus diferencias” (ORNSTEIN; MANN, 200 apud DE LA TORRE, 2010, p. 165).

Rafael Correa ha asumido el papel de “motivador de la patria”, y en su administración se han hecho necesarios profesionales y métodos que contribuyan para dicho propósito, es así que sus actos de gobierno se basan en sondeos de opinión y en *focus groups*, que son base para que los publicistas elaboren cuñas de televisión, estrategias mediáticas, para vender su imagen y destrozar a sus opositores, lo que genera una elección constante de los ciudadanos, porque o es él motivador de la patria o son los enemigos de esta.

Carlos de la Torre y Catherine Conaghan, califican a los gobiernos de Correa como plebiscitarios, en dos sentidos, ha tenido que ganar constantemente elecciones y se basa en la comunicación directa con sus electores. A lo que Conaghan acrescenta:

“Sin oposición de los partidos políticos o de la sociedad civil, con un movimiento electoral más que con un partido de gobierno, el desarrollo político del Ecuador parece que se asienta solamente en Correa: su personalidad, sus ambiciones y sus decisiones sobre que tipo de ‘giro a la izquierda’ son las más convenientes para el país. El que las intenciones de un hombre sean tan influyentes en la trayectoria del cambio es preocupante” (CONAGHAN; DE LA TORRE, 2008, p. 59).

Debido a este tipo de democracia plebiscitaria que Ecuador vive, en donde la comunicación directa con el ejecutivo, se hacen preponderantes el uso de los medios de comunicación se torna estratégico, pues se buscan las no intermediaciones de partidos y otras instituciones democráticas. Así la innovación mediática más importante del presidente Correa son los *enlaces ciudadanos*, esto es una cadena nacional que pasa por radio y televisión todos los sábados de cada semana¹².

En el programa sigue casi siempre el mismo esquema, es el foco en el presidente, aquel que se traslada de la capital de los ecuatorianos, y alcanza lugares periféricos, ciudades pequeñas, en donde generalmente quiere mostrar algún avance en infraestructura que se ha hecho durante sus mandatos. A pesar de ser un importante método de rendición de cuentas y transparencia, es también un mecanismo unilateral, ya que se hace un tipo de rendición de cuentas de la semana de la vida del presidente y su gestión, en donde se muestra únicamente sus propuestas, que no son discutidas sino solamente

¹² El Gobierno es el anunciante más grande del país, en 2009, utilizó 721 de publicidad pagada.

escuchadas, y ataca a sus opositores y a figuras mediáticas. Además las críticas populares apunta que los recursos invertidos semanalmente para la realización de los enlaces ciudadanos son demasiado altos.

De esta manera su poder parecer materializarse en la retórica del presidente, quien insulta y cuestiona la “mediocridad” de sus rivales, exige más eficiencia a sus colaboradores, alaga su pueblo trabajador y en donde cuestiona a la prensa corrupta. Sus discursos están cargados de una dosis que pretende convencer a todos, con una mezcla de razón y emoción, ya que mientras él explica sus políticas públicas, de una manera muy académica, didáctica y catedrática, simultáneamente también se enfurece, se ríe se enrojece, e insulta con sus conocidos modismos.

En la disputa de 2008 con el movimiento indígena de la CONAIE, sobre la ley de aguas, llego a calificarlos como “ponchos dorados”, “peluconería indígena”, acusando a los dirigentes de este movimiento de estar luchando solo por sus propios intereses, ya que supuestamente se trataban de personas pudientes. Así también otro grupo bastante atacado son los medios de comunicación, en 2009, calificó al diario *El Universo de Guayaquil*, como “esa porquería”, “corruptos”, “mediocres”, “farsantes” “payasos”. Así también degrado a el periodista Jorge Ortiz de *Teleamazonas*, como “enano”, lo que causo conmoción popular a favor del periodista¹³.

En dicho sentido se pueden encontrar varios diálogos en reiteradas maneras y casi con las mismas palabras despectivas que se tornaron propias del presidente. El problema no se encuentra en la crítica del presidentes a los diferentes medios de comunicación o de oposición, sino de la forma antidemocrática y despectiva que lo hace.

No es solamente la forma con la cual él trata a sus oponentes lo que atenta contra la democracia, sino el hecho de que Correa se viene posicionando a través de este tipo de mecanismos como el centro del orden social, aquel orden que no admite, discordancias, ni oponentes, ni partidos, ni opiniones contrarias, a veces ni críticas constructivas.

En consecuencia, la transformación de la inicial retorica de gobierno de una participación ciudadana por medio de una nueva democracia participativa, se quedó como propuesta de gobierno en el papel, ya que se puede observar como el autoritarismo personalista de Correa, lo ha mostrado intolerante al pluralismo, a la oposición y al disenso, sin los cuales será muy difícil formar una patria con ciudadanía de pensamiento crítico, que tenga como objetivo el construir una democracia participativa, una patria que de verdad todos queramos.

Breve Comparación de Gobiernos Progresistas en Latinoamérica

¹³ Diálogos levantados por Carlos de la Torre en su artículo “El gobierno de Rafael Correa: pos neoliberalismo, confrontación con los movimientos sociales y democracia plebiscitaria” 2010.

La llamada virada a la izquierda, que comienza en 1998 con la ascensión de Hugo Chávez en Venezuela, y posteriormente Lula en Brasil 2003, Evo Morales en el 2005 como nuevo presidente de Bolivia, y más tarde Rafael Correa en 2007, con su victoria en 2006, debido al foco de este artículo, se trabajará una muy breve comparación entre los presidentes Chávez, Morales y Correa, por medio de sus militancias políticas, y vínculo con las masas, trazando así semejanzas y diferencias.

Se quiere observar aquí que por medio de la tradición política latinoamericana que siempre tiene en miras la perpetuación en el poder por el mayor tiempo posible del ejecutivo, así como se hizo presente en la derecha en las décadas anteriores también se ha hecho evidente en esta ola de gobiernos más progresistas que se inició en el nuevo milenio, sin embargo queremos apuntar algunas diferencias entre estos tres presidentes.

Chávez fue el primero de esta ola política con trazos de izquierda, o denominada también progresista, o por los críticos de Derecha como populista o neopulista. Hugo Chávez Frías, nace en Sabaneta de Barinas en 1954, fue el segundo hijo de seis de un matrimonio de maestros de educación primaria. Proviene de una familia de clase baja y a su temprana edad tuvo que trabajar vendiendo dulces para ayudar a sustentar su casa. Su formación académica primaria fue realizada en la institución llamada Julián Pino, después continuó su formación en la Academia Militar Venezolana, graduándose de subteniente con honores, y continuando su preparación se gradúa en Ciencias y Artes Militares en la rama de Ingeniería con mención Terrestre.

Así también Evo Morales proviene de una familia humilde de etnia aymara, de condiciones de extrema pobreza. Él tuvo que conciliar labores agrícolas y ganaderas, que sustentaba a su familia, con el estudio primario. En algunas veces tuvo inclusive que alejarse de su ciudad para poder trabajar junto con su familia, así que terminó su educación primaria llena de dificultades. Ya para sus estudios secundarios, migro a Oruro, la capital de su departamento, pudo pagar sus clases y su estancia en la ciudad con trabajos diversos como albañil, panadero e incluso trompetista, y en 1977 se graduó como bachiller. Después cumplió su servicio militar, en donde según su propia declaración sufrió muchos preconceptos y burlas por su condición de indígena y pobre.

Ya se puede identificar una grande diferencia del origen de clase de Chávez, de Evo en comparación con Correa, este último como apuntado anteriormente, viene de una familia más acomodada, y que no tuvo muchas dificultades para poderle brindar una vida digna y buena preparación escolar, con lo cual consiguió viajar a Estados Unidos y Bélgica para realizar su educación superior. Sin lugar a dudas esto trae una diferencia enorme en la forma de ver el mundo porque su punto de partida es diferente (no vinculada a las masas pobres), y sobre todo su formación académica de alto prestigio, que traen intrínsecos ideologías de meritocracia y juego político.

Otro eje a analizarse es la forma similar por la cual subieron al poder, pero que con el tiempo se van diferenciando como es el caso de Rafael Correa y los movimientos indígenas encima citados. Pero entonces conozcamos un poco más sobre la ascensión de Hugo y Evo.

El presidente Chávez creó en 1982, con otros dos capitanes del Ejército de Tierra, el Movimiento Bolivariano Revolucionario-200, de orientación de izquierdista. En 1989 con el gobierno de Carlos Andrés Pérez quien acoge medidas de corte neoliberal impulsadas por el FMI en Venezuela, para “ayudar a resolver la crisis financiera y económica del país”; se da una grande manifestación civil conocida como el caracazo, siendo el ejército obligado a reprimir, por lo cual hubo indignación por parte del comandante Chávez.

En el año de 1992, por causa del agravamiento de la crisis política en Venezuela, Chávez lideró como comandante militar una tentativa golpista para derrocar el gobierno de Carlos Andrés Pérez, y la población, acogió esta iniciativa favorablemente. Pero el golpe fracasó y Chávez fue detenido, juzgado y condenado a dos años de prisión en la cárcel de Yare (1992-1994).

Después de haber salido de la cárcel, Chávez abandonó el ejército y entró de lleno en la lucha política; fundó el Movimiento V República (MVR) y comenzó a recorrer el país explicando sus propuestas. Dando de frente con clase política dirigente del país en las últimas décadas, a la que acusaba de corrupción y traición a la patria, teniendo en cuenta que, el 3% de la población de Venezuela constituía la clase alta, el 17% se situaba en una clase social media y el 80% restante se hallaba en la miseria o en la marginalidad.

Con dichas propuestas y entendimiento crítico de la realidad socio-política degradante de aquel entonces, Chávez tuvo apoyo incondicional por parte de la población, es así que el 6 de diciembre de 1998, resulta elegido con 56, 2% de los votos, imponiéndose por mucho a los candidatos de consenso tradicional.

Así mismo la subida al poder de Morales, no fue nada convencional, sino llena de lucha. Por el mismo hecho de su condición social que obligo a su familia a encontrar una cierta estabilidad económica por medio del cultivo y comercialización de Coca, trae una lucha intrínseca, que lo impulsó a cuestionar el orden político vigente. Y es que con la obra del intelectual marxista Fausto Reinaga (fundador del Partido Indio Boliviano) en el bolsillo, Evo Morales ingresó en 1983 en el sindicato agrícola de San Francisco, para defender las necesidades de las minorías indígenas. Pasa a formar parte también del gremio cocalero, su lucha sindical se dio más fuertemente por medio de este gremio, pues paso por diversas disputas a favor de los campesinos cicales amenazados y perjudicados, por la clase dirigente manipulada por los intereses externos de EE.UU.

El líder cocalero buscó una forma partidaria de integrar su proyecto. Negoció con David Añez, jefe del Movimiento Al Socialismo-Unzaguista (MAS-U), y en enero de 1999 Morales fue elegido presidente del nuevo IPSP-MAS, que simplificó de inmediato sus siglas y quedó reducido a MAS.

Durante 2001 el poder ejecutivo decidió privatizar el agua e incrementar el precio de algunos productos básicos, es ahí que Evo Morales amenazó con provocar el estallido de una guerra civil en el Chapare. En enero de 2002, después una oleada de violentos enfrentamientos en la región, el Parlamento acusó a Morales de instigador e inició un proceso disciplinario contra el jefe del MAS, Evo Morales perdió su escaño con el voto favorable de una mayoría de diputados de las fuerzas políticas tradicionales, pero aún así su popularidad subió como no se esperaba.

Tras de variadas luchas sindicales, de partido y en un escenario coyuntural tenebroso, Evo Morales se presenta como candidato a al presidencia. Entonces el 18 de diciembre del 2005 con un histórico apoyo de el 53,7% el líder aymara, gana la presidencia.

En los dos casos tanto Chávez como Morales, tuvieron una trayectoria política y social, desde sus propias realidades, con las cuales fueron construyendo apoyo, contiendas y represiones, sin embargo vencieron en la urnas. Al contrario Correa no presenta ese largo histórico de lucha social, claro que formo su partido con la misma ideología, anti neoliberal, y anti imperialista como lo hicieron sus colegas de poder, pero en su caso fue una arreglo consensual de apoyo con los grupos sociales especialmente los indígenas encima mencionados, de una manera muy frágil y circunstancial, tanto que después de poquísimos tiempo de mandato ya se pudo ver una disensión marcada, que tiene como resultado actual, una baja aceptación, e inclusive con intentos de golpe.

Conclusiones:

En este artículo se ha intentado mostrar el cambio radical y la diferencia de cómo Rafael Correa forjó su llegada al poder ejecutivo del Ecuador, a como fueron sus primeros años de mandato cuando encontró adversarios incómodos a sus ideas.

Se pudo percibir que Correa comenzó con una retórica y un accionar democrático, inclusivo, de izquierda, características necesarias para que el país surja y se reconstruya, esto se pudo ver a través de su innovador programa de gobierno, y como se inició la elaboración del Nueva Constitución de Montecristi, en donde como nunca, fueron escuchadas varias voces organizadas y no organizadas del pueblo ecuatoriano, de una forma directa y contributiva. Sin embargo fue ahí también que la naciente democracia participativa sufrió su primer impase con la repentina salida del presidente de la Asamblea y la aceleración del proceso sin mayor debate.

A partir de allí los mecanismos de gobierno por parte del ejecutivo, fueron cambiando y se tornaron más autoritarios, lo cual generó la desintegración de movimientos sociales (especialmente indígenas) internamente y con relación al gobierno. Pronto se comenzó a no aceptar opiniones y críticas contrarias a sus pensamientos y visiones, lo que limitó la libertad de expresión de los ciudadanos y censuró a los medios de comunicación.

Sus mecanismos de comunicación con los ciudadanos son demasiado unilaterales, claro ejemplo son los *enlaces ciudadanos*, un programa que no fue pensado para el diálogo conjunto, pues no tiene una mínima participación de personas no ligadas al gobierno, en donde se puede notar que si no toma la palabra el presidente, la toman sus funcionarios de gobierno. Es decir no se fomenta el debate y la construcción colectiva de políticas públicas, y pero aún se cuestiona a Rafael Correa, porque se puede estar prestes a denuncias.

Finalmente se puede observar mediante un método comparativo, que la forma de arreglo político que propulso Correa fue muy diferente a las de sus Colegas de poder, Chávez y Morales, pues estos crecieron echaron raíces desde las clases más bajas de sus respectivas poblaciones, y no las dejaron para atrás una vez que se presentaron problemas políticos, no dejaron sus bases, tal vez uno de los más grandes errores de Correa fue ese.

En conclusión su discurso inicial no se ha cumplido, en lo que respecta a mayor participación ciudadana, debido a que las estrategias montadas por Correa, no aceptan el pluralismo de representación, opinión o desacuerdo, lo que inhibe la politización de la población, limita el pensamiento crítico y las reflexiones propias de los agentes de una democracia participativa que construiría una patria, más justa, más inclusiva, y más digna.

Se considera que este centralismo presidencial de Rafael Correa influencia fuertemente también en la formulación de la política externa de una manera, muy poco popularizada y discutida. Presentándola como algo dado, que no requiere participación ciudadana para su mejor elaboración y posicionamiento, de manera que esta conclusión será trabajada en un próximo artículo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONAGHAN, Catherine; DE LA TORRE, Carlos. The permanent campaign of Rafael Correa: Making Ecuador's plebiscitary presidency. **The International Journal of Press/Politics**, v. 13, n. 3, p. 267-284, 2008.

CONAGHAN, Catherine M. Ecuador: Correa's plebiscitary presidency. **Journal of Democracy**, v. 19, n. 2, p. 46-60, 2008.

DE LA TORRE, Carlos. El gobierno de Rafael Correa: posneoliberalismo, confrontación con los movimientos sociales y democracia plebiscitaria. **Revista Temas y Debates 20**. ISSN 1666-0714, año 14, N, 20, pp 157-172, oct. 2010.

HERNÁNDEZ, Virgilio; BUENDÍA, Fernando. Ecuador: avances y desafíos de Alianza PAÍS. **Revista Nueva Sociedad**, v. 234, p. 129-142, 2011.

HARNECKER, Marta. **Ecuador: una nueva izquierda en busca de la vida en plenitud**. El Viejo Topo, 2011.

LEÓN, Jorge. Las organizaciones indígenas y el gobierno de Rafael Correa. **Íconos-Revista de Ciencias Sociales**, n. 37, p. 13-23, 2013.

LINERA, Álvaro García. El evismo: lo nacional-popular en acción1. 2006.

SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo. Entrevista a Álvaro García Linera: 'Evo simboliza el quiebre de un imaginario restringido a la subalternidad de los indígenas'. **OSAL**, v. 14, p. 3, 2007.

MACHADO PUERTAS, Juan Carlos. Ecuador:... hasta que se fueron todos. **Revista de ciencia política (Santiago)**, v. 28, n. 1, p. 189-215, 2008.

MEDINA, Martha Carolina Chaparro. Rafael Correa: Estrategia de politing en el siglo XXI. **Opción**, v. 31, 2015.

MOREIRA, Carlos. Los dilemas de la nueva izquierda gobernante en América Latina. **Argumentos (México, DF)**, v. 20, n. 54, p. 16-50, 2007.

ORTIZ PUEBLA, Hugo. EL neopopulismo en Sudamérica: Un análisis comparado de los discursos de Rafael Correa en Ecuador y Hugo Chávez en Venezuela. Periodo 1990-2013. 2015.

PAÍS, Alianza. Plan de gobierno del Movimiento PAIS 2007-2011. 2011.

VARGAS DEL CARPIO RIBERT, Oscar. Voto, ocupación y clase media: el apoyo a Evo Morales. **Revista Ciencia y Cultura**, n. 26, p. 83-91, 2011.

WENDT, Alexander. La anarquía es lo que los estados hacen de ella.: La construcción social de la política de poder. **Relaciones internacionales: Revista académica cuatrimestral de publicación electrónica**, n. 1, p. 3-47, 2005.

DESENVOLVIMENTO E CONFIRMAÇÃO DAS ABORDAGENS FEMINISTAS NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Stephany Dayana Pereira Mencato
Daysi Dalia Leticia Villamayor Florentin
Luciane Ferreira
Marjana Dos Santos

RESUMO

O presente artigo tem por fim promover uma análise bibliográfica do das correntes feministas nas Relações Internacionais, analisando-se os principais eventos históricos e correntes teóricas que marcaram seus estudos e pesquisas, até a formação da disciplina específica dos Estudos de Segurança Internacional apresentados aqui a partir de uma abordagem crítica Feminista que irá se consolidar contemporaneamente.

INTRODUÇÃO

A relação entre feminismos e Relações Internacionais embora seja difícil precisar um momento certo, leituras feministas sobre política internacional começaram a aparecer na literatura de Relações Internacionais a partir da década de 1980, se torna mais profunda, no entanto, no contexto do chamado “terceiro debate” em Relações Internacionais, momento em que se acentuavam críticas e desafios aos postulados convencionais da disciplina de influência realista, sobretudo no que tange a o quê e como se estudava a política internacional. Por esse motivo, a interseção entre teorias feministas e Relações Internacionais não pode ser dissociada das profundas transformações de cunho ontológico e epistemológico pelas quais passaram a disciplina desde as últimas décadas do século XX e sobre as quais autoras e pensadoras feministas tiveram considerável influência.

Sendo assim, propomos neste artigo uma análise que começa pela evolução histórica da dicotomia do gênero e do feminismo, sendo primeiros questionamentos ao campo colocados pelo pensamento feminista, sobretudo no que tange à pouca representatividade das mulheres nas áreas em que se acreditava que a política internacional era feita, passando pelas posteriores reflexões críticas acerca das teorias e como elas são estudadas e praticadas. Nosso foco, portanto, será na forma como as teorias feministas e de gênero contribuíram para o movimento de reflexão nas Relações Internacionais e por fim nos debruçamos sobre os Estudos Feministas de Segurança.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA QUANTO AO GÊNERO E O FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O presente capítulo visa analisar o desenvolvimento histórico das questões referentes ao gênero, bem como os principais significados e diferenciações atribuídos a palavra. Pretende-se ainda, tratar sobre o feminismo nas relações internacionais que afloraram durante a Guerra-Fria, visto que esses primeiros estudos de gênero e do feminismo colaboraram para a difusão e evolução desses temas até a contemporaneidade.

ABORDAGEM CONCEITUAL E HISTÓRICA SOBRE GÊNERO

Primeiramente faz-se necessário esclarecer a conceituação atribuída ao gênero na sua forma mais ampla, onde segundo Izadora Xavier do Monte (2010, p. 8), gênero é antes de qualquer coisa, uma categoria relacional, alusiva aos pressupostos sociais que constroem, ou compõem as diferenças entre homens e mulheres. Aduz ainda que não se refere apenas como uma forma de diferenciar os corpos masculino e feminino, mas sim, uma maneira de dar ao mundo uma das formas primárias de atribuir significado ao poder na maior parte das sociedades humanas.

Nesse sentido, Luciana Brasil (2008, s.p.) afirma que diferente do sexo, o gênero é uma construção social, moral, imbuída de valores que são atribuídos ao sexo feminino ou ao sexo masculino, além das diferenças biológicas, sendo que essas construções possuem uma

carga de conceitos simbólicos, o que nos leva a compreender a prevalência da dominação masculina no campo das relações internacionais.

Joan Scott (1995, p. 7), historiadora estadunidense, observa que o gênero é uma categoria de análise socialmente construída e está diretamente associada às relações de poder, rejeitando a ideia de que o termo designa paridade apenas para com as mulheres, sendo igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos.

Em outras palavras, Virginia Marcuci Razaboni relata que:

o gênero não é algo dado nem tampouco natural, mas sim aprendido e, portanto, mutável. Exaltando assim a flexibilidade tanto da disciplina quanto da teoria. (RAZABONI apud PETERSON, 2014, p. 9)

Entretanto, existe uma incompatibilidade a se levar em consideração, pois a variável de gênero da mesma forma que expande a noção de gênero, já que anteriormente a mesma era submetida apenas a questões feministas voltadas para as mulheres e agora passa abranger também os demais gêneros, de outro modo, pode restringir as análises, pois existe a ameaça de estar limitando as feministas à variável de gênero. (RAZABONI apud WEBER, 2014, p.10).

Diante dessa breve análise sobre a conceituação do gênero, podemos afirmar a prevalência dos discursos abordados a partir da visão masculina no campo das relações internacionais, contudo pretende-se nos próximos capítulos demonstrar como o feminismo se confirmou dentro dos estudos das relações internacionais, bem como em suas teorias e abordagens em contextos de guerra e pós-guerra fria.

RELATOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS FEMINISTAS NO PERÍODO DA BIPOLARIDADE MUNDIAL

Com o intuito de introduzir e diferenciar gênero de feminismo, vale mencionar o apontado por Joan Scott (1995, p. 6), onde o gênero parece se integrar com as ciências sociais e se dissociar da política do feminismo, não implicando necessariamente na tomada de decisões sobre desigualdades ou poder, enquanto que o termo história da mulher revela uma posição política quando afirma que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, usando o gênero para incluir as mulheres sem as nomear, sendo que essa forma de abordagem é considerada pela autora como uma forma de afirmar a busca da legitimidade acadêmica dos estudos feministas nos anos 1980.

Nessa mesma linha, Virginia Marcuci Razaboni (2014, p. 3) pondera que foi nos anos 1980 que o feminismo ganhou corpo nas RI, “momento em que as estudiosas feministas almejam uma correlação entre suas teorias, as Relações Internacionais e o gênero, uma categoria analítica socialmente construída de acordo com Scott.”

Larissa Bozza Isquierdo cita que:

nas relações internacionais, autoras como Ann Tickner e Sandra Harding afirmam que houve uma entrada tardia da perspectiva feminista na disciplina. Enquanto que nas demais ciências sociais, o feminismo apresentava uma penetração crescente desde a década de 1960, nas Relações Internacionais (RI) ele entra apenas na década de 1980. Para Tickner, a entrada das feministas nas RI pode ser dividida em dois momentos, que ela classifica como “duas gerações”. A primeira geração⁵ de feministas em RI, preocupou-se fundamentalmente em desafiar os vieses masculinistas a partir dos quais se estruturavam as premissas centrais e conceitos do campo, de modo que as autoras introduziram uma crítica que evidenciava a genderização da teoria e da prática da disciplina. Já a segunda geração, deu enfoque à investigação de casos empíricos, com o objetivo de dar visibilidade as questões de gênero e da vida das mulheres. Enquanto a primeira geração, deu enfoque à desconstrução de conceitos e formas de conduzir as análises vigentes, as autoras da segunda geração são mais propositivas neste sentido, e apresentam um interesse metodológico comum pela investigação sociológica, baseada na identidade (identity-based), interpretativa ou linguística (2012, p. 2).

No decorrer do período da Guerra-Fria os movimentos feministas tomaram força, principalmente nos Estados Unidos, a mulher passou de esposa e dona do lar para ocupar espaço no mercado de trabalho e desenvolver pesquisas nas universidades, sendo que muitas dessas pesquisas eram

voltadas às mulheres, podendo ser citadas as teorias feministas como alvo de seus estudos, o que veremos no capítulo que segue.

ESTUDOS TEÓRICOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS REFERENTES AO FEMINISMO

O presente capítulo visa entender os estudos teóricos referentes ao feminismo e como estiveram presentes como um instrumento de crítica, discussão e entendimento sobre as diferenças de gênero e o papel da mulher na sociedade. Tratam-se ainda das questões que culminaram na inserção de tais teorias como as abordagens que se destacaram na guerra fria.

INSERÇÃO DAS TEORIAS FEMINISTAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O contexto do surgimento de movimentos antagônicos referente ao movimento feminista resultou em dois campos de estudo e entendimento das mulheres bem distintos, ou seja, as liberais que buscam a igualdade e as radicais que contestam os valores (MONTE, 2010).

Para se entender os estudos feministas faz-se necessário que se compreendam os grandes debates teóricos das relações internacionais ocorridos até o surgimento dos estudos feministas neste campo. O primeiro envolveu realistas x liberais entre aproximadamente 1920 e 1940, a segunda a oposição de idéias entre behavioristas e tradicionalistas, o terceiro marcado por divisões e divergências de pensamentos entre eles os neorrealistas e neoliberais que continuam se desenvolvendo e se subdividindo entre positivas x pós-positivistas e racionalistas x reflexivistas.

Para Isadora Xavier do Monte as positivistas representam as teorias tradicionais e a pós-positivistas estão atreladas ao campo interpretativo. As principais feministas vêem nesta teoria não apenas “localizar as mulheres em suas posições marginais ou subordinadas, mas também para demonstrar como essas posições estão ligadas ao poder do gênero” (MONTES, 2010, p.35). Teoria esta que busca entender e compreender a política global, a construção de conhecimento, englobando o construtivismo, o pós-modernismo, o pós-estruturalismo, a teoria crítica e por fim as teorias feministas, onde são inseridas nos estudos das relações internacionais, relacionado-as sobre questões de identidade, de gênero e grupos minoritários antes relegados a algo fora no âmbito teórico das relações internacionais que a partir da década de 1980 passaram a ser incluídos em sua agenda de pesquisa (RAZABONI, 2014).

Em relação aos estudos teóricos sobre o gênero e conseqüentemente as mulheres, uma compreende-se em entender as origens do patriarcado e a outra se posiciona em uma tradição marxista

com a crítica feminista e, por fim, o pós-estruturalismo francês e as relações de objeto em entender a produção da identidade de gênero do sujeito (FILHO, 2005).

A inserção das teorias feministas nos estudos das RIs, relacionado-se as questões de identidades, de gênero e grupos minoritários que passaram a ser incluídos em sua agenda de pesquisa a partir da década de 1980, teorias estas que ganharam espaço no cenário social devido principalmente as mudanças na política e nas relações internacionais, geralmente entendidas como um movimento que visa à igualdade de gênero se contrapondo aos discursos machistas e patriarcais construídos até então de que a mulher não estava inserida nas relações internacionais (BRASIL, 2008).

PRINCIPAIS ABORDAGENS FEMININAS QUE AFLORARAM NO PERÍODO DA GUERRA FRIA

Segundo, os autores Messari e Nogueira, as abordagens bem distintas que afloraram neste período se referem ao ponto de vista feminista e o feminismo pós-moderno, o primeiro pretende incluir as questões de gênero em poder das RIs que representa uma forma alternativa de realismo e este ponto de vista se desempenha no pensamento militar e ideológico. O feminismo pós-moderno por sua vez, usa a indeterminação para questionar o conceito sobre a identidade, rejeitam tanto o ponto de vista feminismo como as posições das disciplinas de RIs, pois para essa abordagem e excluí e sexo em vez de incluí-lo ao feminismo (MESSARI e NOGUEIRA, 2005).

Uma terceira abordagem mescla os dois já mencionados, pois permitem a formulação das alternativas políticas e as críticas teóricas que reforçam esta abordagem, outras se identificaram com o princípio do construtivismo que surgiu como uma virada construtivista respondendo as abordagens referentes às construções sociais da política global (MONTE, 2010).

Para Barry Buzan e Lene Hansen entre os fatores que contribuíram nos estudos feministas ligadas ao gênero estão as questões de discriminação e violência contra as minorias excluídas socialmente, através de estupros das mulheres como arma de guerra, a ocorrência de debates pela participação dos homossexuais nas forças armadas dos EUA, o tráfico sexual, escândalos dos mantenedores da ONU que cometiam estupros e mantinham prostitutas, de mulheres e crianças como combatentes, além de homens como vítimas de violência sexual obrigou que as disciplinas de relações internacionais revisassem a questão do gênero na política internacional (BUZAN e HASEN, 2012).

Questionamentos estes que foram e continuam sendo atuais: “em que o fato de sermos mulheres terá afetado a nossa vida? Que possibilidades nos foram oferecidas, exatamente, e quais nos foram recusadas? Que destinos podem esperar nossas irmãs mais jovens e em que sentido convém orientá-las?” (BEAUVOIR, 1970, p.22).

Como citado por Simone de Beauvoir, uma das principais expoentes do movimento feminista a qual levantou diversas reflexões sobre quais são as perspectivas das mulheres em relação a sua história pessoal, perguntas que ecoam na busca do entendimento sobre a igualdade de gênero.

OS ESTUDOS FEMINISTAS DE SEGURANÇA

A partir dos anos 1980, como explica (BUZAN, 2012, p. 214), dentre as abordagens críticas surgidas a partir da Pesquisa da Paz, e trabalhando conceitos de segurança ampliados, desenvolve-se a abordagem dos Estudos de Segurança Internacional a partir do Feminismo.

É a partir desta abordagem que, principalmente nos últimos 20 anos, o conceito de “paz” e “segurança” passam a pensar/problematizar o papel social a ser desempenhado pela mulher, pois “reconhecer os impactos diferenciados de conflitos armados em homens e mulheres e aprofundar o entendimento sobre ‘gênero’ são passos importantes para se alcançar a paz sustentável e duradoura em sociedades devastadas pela guerra” (RABELO, 2011, p. 818).

Os Estudos Feministas de Segurança (EFS) que nascem no final dos anos 70, deixam claro a inexistência do gênero enquanto questão examinada pela violência estrutural. Esta destacava questões de classe, religião e raça, segundo (BUZAN 2012 p. 218/219), pode-se afirmar que tal ausência se relaciona ao fato de a crítica existente partir do pensamento marxista, logo as relações de classe eram o debate de principal importância, havendo de certo modo uma consciência de que o fim do capitalismo traria em consequência a igualdade entre os sexos, ignorando-se assim contribuição das mulheres para a Pesquisa da Paz, mesmo nas correntes críticas, fossem na grande área das R.I ou nos E.S.I. tão pouco analisava-se se as mulheres estavam enfrentando ou não problemas específicos de segurança.

Assim os EFS passam a se ocupar destas questões, a fim de problematizar e entender a maneira como o papel de mulheres criadoras davam à essas uma visão diferente da guerra, da paz e da segurança. Pesquisas começam a mostrar que as mulheres apoiam mais a redução dos gastos militares e ampliação da ajuda aos pobres no seu país e no exterior, demonstra-se assim a existência de valores diferentes, de um caráter mais cooperativo, pacífico, mais propenso a sistemas alternativos de segurança. (Ibid. p. 219).

O pensamento feminista dos ESI passa então a defender um conceito ampliado de segurança, capaz de fortalecer, simultaneamente, a segurança nos níveis internacional, estatal e individual. Conforme (MONTE, 2010, p. 6) o conceito tradicional de segurança será criticado inclusive por sua dependência dos discursos naturalizados sobre identidades de gênero o que não apenas reforça as identidades naturalizadas para “homens” e “mulheres”, como também invisibiliza experiências e inseguranças de determinadas mulheres.

É preciso questionar, seguindo-se os EFS, por exemplo, como é possível ouvirmos “sempre dizer que a igualdade dos sexos nunca esteve tão próxima, ao mesmo tempo em que sabemos que as mulheres, as adolescentes e as sexagenárias constituem a imensa maioria das pessoas mais empobrecidas do planeta. Como explicar isto?” (FALQUET, 2008, p. 123).

Apenas um conceito amplo de segurança, é então capaz de abarcar a amplitude dos debates e questões trazidos pelas feministas, que deixam clara a importância de se perceber, dentre outros aspectos, o indivíduo mulher enquanto sujeito nos ESI para além das relações inter-estados, assim, (MONTE, 2010, p. 97) afirmará que a não-revisão e ampliação da “segurança” terá uma série de implicações negativas não apenas para as mulheres, mas principalmente para o relacionamento entre o Estado e suas cidadãs e cidadãos, e para a democracia.

Os EFS possibilitaram deste modo uma reformulação geral dos ESI, ao abordarem novas perspectivas acerca do que se consideram “ameaças”, “objetos de estudo” e, especialmente, do que se entende por “segurança” e “proteção”. Conforme (SOUZA, 2014, p. 5) autoras feministas de RI conseguiram finalmente trazer para discussão questões como: o estupro enquanto estratégia militar e não um “incidente” ou “efeito colateral” de situações de conflito; construir reflexões acerca de a maior parte das vítimas civis de conflitos armados, bem como de pessoas refugiadas e deslocadas, serem mulheres e crianças. Desafiou-se a partir dessa abordagem então toda a lógica do Estado enquanto último provedor da segurança de seus cidadãos, pois em última instância problematizou “a forma como a perseguição de um ideal estatal de segurança põe em risco a vida e a integridade daqueles e, especialmente, daquelas que deveriam ser ‘protegidos.’” (DALBY, 1997 apud Ibid).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem feminista, ao contrário do que pensam seus críticos, esta visivelmente preocupada com a repercussão prática de suas demandas teóricas, para elas, o objetivo da teoria é a emancipação humana. Não procurando oferecer uma maneira neutra de estudar as Ris e sim uma objetividade da pesquisa. Preocupada em superar as estruturas de gênero que desvalorizam a experiência feminina. Para a filósofa feminista, Simone de Beauvoir, por ser obra dos homens, a representação do mundo é descrita a partir do seu próprio ponto de vista. É essa descrição que o paradigma de gênero, no âmbito das relações internacionais, procura ampliar ou ao menos questionar. Com a evolução do paradigma de gênero, certamente se caminharia em direção ao desenvolvimento e manutenção da paz e de outras formas de segurança.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. O segundo Sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970.

BRASIL, Luciana. Reflexões sobre a Teoria de Gênero em Relações Internacionais. Disponível em: <<http://www.tigweb.org/youthmedia/panorama/article.html?ContentID=22049>>. Acesso em 14 de junho de 2016.

BUZAN, Barry, HANSEN, Lene. A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional. Trad. Flávio Lira. São Paulo: Editora Unesp, 2012. 576p.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. Revista Mediações • v. 13, n.1-2, p. 121-142, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma Questão de Gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf> . Acesso em 13 de julho de 2016.

GIANNINI, Renata Avelar. Promover gênero e consolidar a paz: a experiência brasileira. Instituto Igarapé, Artigo Estratégico 9, Setembro, 2014. . Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_pazeseg/Mulheres_paz/Artigo-9-Promover-Genero-e-Paz-web3.pdf> Acesso em 13 de julho de 2016.

GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teóricos- políticos do feminismo na contemporaneidade. 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminismoelutadeclasse.pdf . Acesso em 13 de julho de 2016.

ISQUIERDO, Larissa Bozza. Pensando o gênero nas relações internacionais. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Pensando-o-g%C3%AAnero-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-internacionais.pdf>>. Acesso em 15 de julho de 2016.

MESSARI, Nizar e NOGUEIRA, João Pontes. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MONTE, Izadora Xavier do. Gênero e Relações Internacionais: uma crítica ao discurso tradicional de segurança. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7726/1/2010_IzadoraXavierMonte.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2016.

NEOLIBERAL. REVISTA MEDIAÇÕES • v. 13, n.1-2, p. 121-142, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

RABELO, Tamyá Rocha . O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. Revista Estudos Feministas. Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), em agosto de 2011.

RAZABONI, Virginia Marcuci. O feminismo nas relações internacionais. Disponível em: <<http://www.seminarioamericaplatina.com/restrito/trabalho/Virginia-Marcuci-Razaboni-3110-14-0039Artigo%20V%20Semin%C3%A1rio%20Am%C3%A9rica%20Platina-VIRGINIA.pdf> f.> Acesso em 16 de junho de 2016.



SANTOS, Cláudia. Leitura de gênero sobre os estudos de segurança internacional. *Conjuntura Global*, Vol. 4, n. 2, maio/ago., 2015, p. 171-184. acesso em julho de 2016, . Disponível em: <[http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaaglobal/files/2016/02/4-Leitura-de- %C3%AAnero-sobre-os-estudos-de-seguran%C3%A7a-internacional.pdf](http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaaglobal/files/2016/02/4-Leitura-de-%C3%AAnero-sobre-os-estudos-de-seguran%C3%A7a-internacional.pdf)>. Acesso em 13 de julho de 2016.

SCOTT, Joan. 1995. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <<http://www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>>. Acesso em 16 de junho de 2016.

SOUZA, Ana Clara Telles C. de. “O pessoal é internacional”: como as teorias feministas transformam o estudo das Relações Internacionais. *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, GT10 - Teorias Feministas*, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.